



ACADEMIA MILITAR

A Disputa entre a Rússia e a Ucrânia pela Região da Crimeia

Aspirante Oficial Aluno Infantaria Uriel Rodrigo Repas de Oliveira

Orientador: Professora Doutora Licínia Simão

Co-orientador: Tenente-Coronel Infantaria (Doutor) Rui Velez

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2016



ACADEMIA MILITAR

A Disputa entre a Rússia e a Ucrânia pela Região da Crimeia

Aspirante Oficial Aluno Infantaria Uriel Rodrigo Repas de Oliveira

Orientador: Professora Doutora Licínia Simão

Co-orientador: Tenente-Coronel Infantaria (Doutor) Rui Velez

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2016

*“As armas devem ser usadas em última instância,
onde e quando os outros meios não bastem.”*
(Nicolau Maquiavel)

Dedicado à minha esposa.

AGRADECIMENTOS

A tarefa a que me propus para esta dissertação não teria sido possível sem o contributo inestimável de um conjunto de pessoas. Gostaria de destacar e dar uma palavra de apreço especial à minha orientadora, a Doutora Professora Licínia Simão, cuja dedicação, conselhos, revisão e rigor intelectual permitiram que esta dissertação chegasse a um bom termo. Sem o seu apoio e disponibilidade manifestados não seria possível.

Um agradecimento ao co-orientador Tenente-Coronel Infantaria (Doutor) Rui Velez por me ter apoiado no desenvolvimento deste tema e por todos os conselhos que me deu ao longo da execução do mesmo.

À Instituição Militar, a minha segunda casa, o agradecimento pelo investimento na minha formação, como homem e como militar e por toda a confiança depositada.

O meu agradecimento ao Jornalista José Milhazes, ao Professor Doutor Adriano Moreira e ao Diplomata Arnaud Lion, pelos seus contributos para o enriquecimento desta dissertação.

Uma palavra de gratidão à minha esposa, Nádja Loureiro, por toda a compreensão, sacrifício, encorajamento e apoio que me deu ao longo do meu percurso pessoal e profissional.

Aos meus camaradas do Curso Brigadeiro D. Carlos de Mascarenhas pelos bons e maus momentos passados, pelo apoio e pela boa disposição que reinava em todos os nossos momentos. Aos meus instrutores e camaradas de toda a vida militar, desde Corpo de Fuzileiros à Academia Militar, que contribuíram todos para que o meu percurso militar chegasse até aqui.

A todos aqueles cujos nomes não foram aqui referidos, mas que de forma direta ou indireta contribuíram através da sua opinião e experiência.

Muito Obrigado a Todos!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a tensão criada entre os países da União Europeia, Estados Unidos da América e Ucrânia relativamente à Rússia após a incorporação da península da Crimeia na Federação Russa em 2014, região que pertencia ao território ucraniano desde 1954. Procura descrever os indicadores que confirmam ou não a esta crise características de uma nova Guerra Fria.

Com este objetivo, analisou-se primeiramente a Guerra Fria que cessou em 1991, com base nas teorias das Relações Internacionais e de poder, na análise de crise e conflito e as características relevantes desta conflitualidade, como o conceito de dissuasão e guerras por procuração. Com base na contextualização histórica da região da Crimeia e os fatores geopolíticos e geoestratégicos dos intervenientes, fundamentaram-se os interesses dos intervenientes nesta questão.

Por fim foram analisados a legalidade da intervenção, o posicionamento das partes envolvidas, bem como os mecanismos desenvolvidos para a resolução da situação. O objetivo será responder à discussão se atualmente o Mundo se encontra ou não numa nova Guerra Fria e compreender como será a relação da Rússia com a Ucrânia com os EUA e os países europeus após a incorporação da península.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias das Relações Internacionais, Guerra Fria, Ucrânia, Crimeia, Sebastopol

ABSTRACT

This study aims to analyze the tension created between the countries of the European Union, the United States and Ukraine with Russia after the incorporation of the Crimean peninsula in 2014 into the Russian Federation, a region that belonged to the Ukraine since 1954. It seeks to describe the indicators which grant or not that this crisis have characteristics of a new Cold War.

For this purpose, first Cold War that ended in 1991 based on the theories of International Relations and power theories, crisis and conflict analysis and relevant features of this conflict such as the concept of deterrence and proxy wars. Based on the historical context of the Crimea region and on the, geopolitical and geostrategic factors of stakeholders, the stakeholders' interests are defined.

Finally the legality of the intervention, the positioning of the parties involved and the mechanism developed to resolve the situation were analyzed. The aim is to find answers to the discussion on whether currently the world is or not experiencing a new Cold War, as well as to understand how the relationship between Russia and Ukraine, the United States and European countries will be after the incorporation of the peninsula.

KEYWORDS: Theories of International Relations, Cold War, Ukraine, Crimea, Sebastopol

ÍNDICE

| | |
|---|------------|
| AGRADECIMENTOS..... | iii |
| RESUMO | iv |
| ABSTRACT | v |
| ÍNDICE | vi |
| ÍNDICE DE FIGURAS..... | ix |
| LISTA DE APÊNDICES | x |
| LISTA DE ANEXOS..... | xi |
| LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS..... | xii |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO 1..... | 4 |
| ENQUADRAMENTO TEÓRICO..... | 4 |
| 1.1. Introdução | 4 |
| 1.2. Revisão da Literatura | 4 |
| CAPÍTULO 2..... | 8 |
| METODOLOGIA | 8 |
| 2.1. Introdução | 8 |
| 2.2. Natureza da investigação | 8 |
| 2.3. Objetivos da investigação | 9 |
| 2.4. Forma de abordagem | 9 |
| 2.5. Procedimentos técnicos de recolha de dados | 10 |
| 2.6. Desenho de estudo | 11 |
| CAPÍTULO 3..... | 12 |
| TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A GUERRA FRIA..... | 12 |
| 3.1. Introdução | 12 |
| 3.2. Visão realista e neorrealista | 13 |
| 3.3. Visão institucionalista neoliberal | 15 |

| | |
|---|-----------|
| 3.4. Visão construtivista..... | 17 |
| 3.5. As teorias do poder | 20 |
| 3.6. A análise do conflito | 23 |
| 3.6.1. Análise da Guerra Fria | 25 |
| 3.6.2. A estratégia de dissuasão | 27 |
| 3.6.3. As guerras por procuração | 30 |
| CAPÍTULO 4..... | 33 |
| CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO..... | 33 |
| 4.1. Introdução | 33 |
| 4.2. Antecedentes da Ucrânia e da Crimeia | 33 |
| 4.3. O fim da Guerra Fria e a independência ucraniana..... | 34 |
| 4.4. Oposição europeia e russa pela Ucrânia | 37 |
| CAPÍTULO 5..... | 40 |
| FATORES GEOPOLÍTICOS E GEOESTRATÉGICOS DAS PARTES | |
| INTERVENIENTES..... | 40 |
| 5.1. Introdução | 40 |
| 5.2. Os interesses russos | 40 |
| 5.3. Ucrânia e a construção da soberania..... | 43 |
| 5.4. Os interesses do Ocidente | 46 |
| CAPÍTULO 6..... | 49 |
| A INTERVENÇÃO E A REAÇÃO INTERNACIONAL..... | 49 |
| 6.1. Introdução | 49 |
| 6.2. A crise ucraniana: o poder da Rússia e os interesses do Ocidente | 49 |
| 6.3. As retaliações e sanções económicas e consequências | 52 |
| 6.4. A crise da Crimeia e os pronúncios de uma nova Guerra Fria | 55 |
| CONCLUSÕES | 60 |
| RECOMENDAÇÕES | 63 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 64 |
| APÊNDICES..... | I |

| | |
|---------------------|-------------|
| APÊNDICE A | I |
| APÊNDICE B | VI |
| APÊNDICE C | IX |
| APÊNDICE D | XIV |
| ANEXOS | XVII |
| ANEXO A | XVIII |
| ANEXO B | XIX |
| ANEXO C | XIX |
| ANEXO D | XX |
| ANEXO E | XXI |
| ANEXO F | XXII |
| ANEXO G | XXIII |
| ANEXO H | XXIII |
| ANEXO I | XXIV |
| ANEXO J | XXIV |
| ANEXO L | XXV |
| ANEXO M | XXV |
| ANEXO N | XXVI |
| ANEXO O | XXVII |
| ANEXO P | XXVII |
| ANEXO Q | XXVIII |
| ANEXO R | XXIX |
| ANEXO S | XXIX |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--------------------------------------|----|
| Figura nº 1 – Desenho de estudo..... | 11 |
|--------------------------------------|----|

LISTA DE APÊNDICES

| | |
|------------|---|
| Apêndice A | Análise da legalidade da intervenção russa na Crimeia |
| Apêndice B | Entrevista do jornalista José Milhazes |
| Apêndice C | Entrevista ao Professor Doutor Adriano Moreira |
| Apêndice D | Entrevista a Arnaud Lion, diplomata europeu na Rússia |

LISTA DE ANEXOS

| | |
|---------|---|
| Anexo A | Relação comercial UE – Rússia 2013 |
| Anexo B | Os Estados-Membros da OTAN vs Pacto de Varsóvia durante a Guerra Fria |
| Anexo C | Alcance dos mísseis soviéticos em Cuba |
| Anexo D | Mapa da Guerra Fria (1945-1990) |
| Anexo E | Mudança das fronteiras ucranianas do Séc. XX ao Séc. XXI |
| Anexo F | Mar Negro, mar Mármara, estreito de Bósforo e estreito de Dardanelos |
| Anexo G | Mapa da URSS (1922-1991) |
| Anexo H | Mapa da Crimeia |
| Anexo I | Mapa do mar Azov |
| Anexo J | OTAN vs Rússia – orçamento de defesa, perspetiva para a década atual |
| Anexo L | Mapa dos gasodutos na Europa |
| Anexo M | Divisão política e cultural da Ucrânia |
| Anexo N | A situação das regiões de leste da Ucrânia |
| Anexo O | Países da Comunidade de Estados Independentes |
| Anexo P | A exportação ucraniana de bens e serviços por destino (1996-2012) |
| Anexo Q | Capacidade de confronto entre a Ucrânia e a Rússia |
| Anexo R | Perdas de capital no sector privado russo em biliões de dólares |
| Anexo S | PIB russo de 2012 a 2015 |

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

| | |
|-------------|--|
| AM | Academia Militar |
| CEI | Comunidade de Estados Independentes |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| NEP | Normas de Execução Permanente |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OSCE | Organização para Segurança e Cooperação na Europa |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PEV | Política Europeia de Vizinhança |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| RSS | Reforma do Sector da Segurança |
| SIC | Sociedade Independente de Comunicação |
| TIA | Trabalho de Investigação Aplicada |
| UE | União Europeia |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) é o culminar de um percurso académico do Ciclo Estudos de Mestrado Integrado em Ciência Militares da arma de Infantaria. A sua temática circunscreve-se ao mais recente conflito que ocorreu na região da Crimeia e o impacto que teve nas Relações Internacionais.

Com a “queda” do Muro de Berlim, em 1989, e o desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Rússia perdeu o seu estatuto de potência central no sistema internacional, assistindo a uma aproximação dos países do Pacto de Varsóvia (1955) e algumas das ex-repúblicas soviéticas à União Europeia (UE) e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Gaspar, 2005).

Desde 2004 a Ucrânia, procurou uma aproximação ao Ocidente, o que não tem sido bem aceite pela Federação Russa. O jovem país, desde a sua independência tem sido palco dos mais variados tipos de manifestações e movimentações civis. Na Crimeia, o movimento independentista, com apoio da Rússia, procurou a autonomia desde que a Ucrânia se tornou independente. Com a crise ucraniana de 2014, o movimento vislumbrou uma oportunidade de levar a cabo o seu objetivo (Engle, 2015).

A região da Crimeia tem um posicionamento estratégico no Mar Negro. Assume importância tanto para os líderes russos como para os ucranianos. Aquela zona possui pertinência tanto a nível comercial como militar, pois facilita a movimentação de cargas e garante o controlo do canal que liga este mar ao Mar de Azov. Os portos da Crimeia são responsáveis por boa parte do escoamento da produção agrícola ucraniana que segue em direção à Europa e à própria Rússia. É ali que se situa o porto de Sebastopol tem uma posição estratégica para a Rússia (Varettoni, 2011).

Em dezembro de 2013, surge em Kiev uma onda de manifestações ultranacionalistas (movimento *Euromaidan*), após o Presidente ucraniano ter recusado assinar um acordo com a UE. Estas manifestações reclamavam maior integração europeia e apelavam à renúncia do Presidente Viktor Yanukovytch (pró-russo). Como consequência o Presidente ucraniano foi destituído, instalando-se uma instabilidade política aproveitada pelos movimentos separatistas armados que, logo após este facto, tomaram dois aeroportos e o Parlamento da

região da Crimeia (Smith & Harari, 2014). A 16 de março de 2014, os cidadãos da Crimeia votaram num referendo, convocado pelo Parlamento da Crimeia, onde se decidiu entre uma cisão da Ucrânia e uma união com a Federação Russa. Este resultado culminou num cenário de confronto violento entre as tropas ucranianas e rebeldes da Crimeia que se suspeita terem sido apoiados pelo governo russo. A 18 de março de 2014, o Kremlin declarou a Crimeia como parte integrante da Federação Russa (Bebler, 2015).

Uma onda de manifestações contra a incorporação russa da região ocorreu um pouco por todo o mundo. A principal questão que se colocou com estes acontecimentos foi de que a ação russa seria, conforme afirma Samantha Power¹, um flagrante desrespeito da ordem internacional e uma ameaça para a paz e a segurança internacionais (LoGiurato, 2014), configurando assim uma situação em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas deveria pronunciar-se.

O tema em análise desta dissertação será” a disputa entre a Rússia e a Ucrânia pela região da Crimeia” que, considerando toda esta conjuntura assume uma especial relevância dada a sua atualidade. Entender o contexto em que ocorre esta disputa e os motivos desta tensão são pertinentes no âmbito das Relações Internacionais nomeadamente para compreender se confere uma ameaça à segurança mundial e, daí ser importante a sua análise no Ciclo Estudos de Mestrado Integrado em Ciência Militares.

Analisar os factos históricos que culminaram na verificada situação e os desenvolvimentos que têm vindo a ocorrer são fundamentais para compreender a temática. A tensão entre os países da OTAN e Rússia agravou-se e este antagonismo fez emergir a sombra da Guerra Fria (Chapard & Shapiro, 2015). É esta situação que o presente trabalho pretende abordar. Para o efeito, foi desenvolvida a seguinte pergunta de partida: "Poderá a disputa entre a Rússia e a Ucrânia pela região da Crimeia gerar uma nova Guerra Fria?".

Sendo objetivo geral desta dissertação, analisar se a disputa entre a Rússia e a Ucrânia pela região da Crimeia poderá gerar uma nova Guerra Fria. Primeiramente será analisada a bibliografia desenvolvida em torno deste tema e feita a sua revisão. De forma a especificar a análise, será feito o seu enquadramento teórico e delimitação deste estudo de caso (região da Crimeia), sendo que a base fundamental da análise será o conceito de Guerra Fria e como é interpretado pelas teorias das relações internacionais, considerando os fatores históricos, geopolíticos e geoestratégicos que influenciaram o conflito. No final procura-se

¹ Embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas. Informação disponível em: <http://www.businessinsider.com/samantha-power-russia-ukraine-war-invasion-2014-8>. Acedido a: 04 de Março de 2016.

responder à pergunta sobre se a situação ocorrida será uma Guerra Fria e serão retiradas conclusões e recomendações para trabalhos futuros. É assim simultaneamente objetivo específico do trabalho analisar a particularidade da região disputada e as características singulares verificadas desta disputa entre a Rússia e a Ucrânia.

A metodologia de investigação para esta dissertação será uma investigação aplicada, quanto à forma de abordagem será o método dedutivo. Os procedimentos técnicos assentarão no método histórico e estudo de caso, já o objetivo será exploratório e explicativo. As técnicas de investigação serão a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e entrevistas a especialistas no tema que servirão de fundamento ao argumento.

CAPITULO 1

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Introdução

A revisão bibliográfica é a análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento. Esta desenvolve-se na primeira fase da investigação e só se encerra quando se dá por terminada a mesma (Fortin, 2009).

É um processo que consiste em fazer inventário e exame crítico do conjunto de publicações pertinentes sobre um determinado domínio de investigação. No decurso da revisão, o investigador seleciona no conjunto dos documentos examinados, os conceitos em estudo, as relações teóricas estabelecidas, os métodos utilizados e os resultados obtidos (IESM, 2014).

1.2. Revisão da Literatura

Para abordar o tema proposto para o Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) recorreu-se a várias referências bibliográficas, sendo no seu essencial relatórios científicos e artigos de jornais e revistas académicas. Os relatórios provêm de instituições como: Instituto Português de Relações Internacionais, *Center for American Progress*, *Center for Military Studies – University of Copenhagen*, entre outros. Os principais jornais onde se encontram esses relatórios são: *Jornal de Defesa e Relações Internacionais* e o *Jornal Público*, entre outros. E as revistas académicas: *Nação e Defesa*, *Foreign Policy*, *Security Dialogue*, *Europe-Asia Studies*, *Post Soviet Affairs*, entre outras.

Uma crise internacional está em constante mutação, considerando-se como "uma sequência de interações entre os Governos de dois ou mais Estados, em conflito intenso, perto da iminência da Guerra, porém com a percepção do perigo que representa uma elevada probabilidade de Guerra" (Borges, 2008, p. 9). Das crises internacionais, com vencedores e derrotados, surge uma nova ordem mundial que irá influenciar significativamente a configuração da conflitualidade futura. O fim da Guerra Fria resultou na hegemonia dos

Estados Unidos da América (EUA) e no desmembramento da URSS (Charap & Shapiro, 2014). Com este desmembramento surgiram novos Estados no Leste da Europa que procuraram cimentar a sua identidade nacional (Prazeres, 2014).

A conflitualidade em torno da incorporação da Crimeia pela Federação Russa continua no palco dos debates mundiais. Ao abordar a separação da Crimeia do território da Ucrânia no início do ano 2014, pretende-se ilustrar a análise referente à tipologia do conflito (Prazeres, 2014). Este caso tem a singularidade de ser um exemplo de uma região pertencente a um país que foi arbitrariamente anexada pelo país vizinho (Smith & Harari, 2014).

A Rússia sempre defendeu formalmente os tratados e as convenções internacionais², mas a intervenção da OTAN no Kosovo em 1999 alterou a posição deste país. Esta intervenção foi levada a cabo sem a aprovação da Organização das Nações Unidas (ONU)³ e apesar da contestação internacional, obteve o consentimento do Ocidente que reconheceu o Kosovo como Estado. Depois disto, Moscovo passou a gerir os princípios de direito internacional forma mais incerta, utilizando-os, como se verificou com o caso da Crimeia, como argumento de defesa dos seus interesses mais imediatos (Barata C. , 2014).

Ao abordar a temática, percebe-se que o caso envolvendo a Península da Crimeia não se ajusta, pelo menos à vista das atuais circunstâncias, em alguma hipótese de autodeterminação externa⁴ (Stern, 2014). Houve, de um lado, afronta ao princípio da integridade territorial ucraniana; de outro, não existe qualquer indicação de que a Ucrânia tratasse de modo diferenciado os direitos dos habitantes da península (Legvold, 2014).

O presente ensaio pretende utilizar a situação de conflitualidade na Ucrânia como caso ilustrativo, tendo como objetivo último perceber aspetos típicos que possam enformar a conflitualidade internacional regional e global, de modo a que os Estados sejam eles grandes ou pequenas potências, possam antecipar um novo olhar para as suas Forças Armadas.

² Conforme definido no Direito Internacional vigente, nomeadamente os princípios de respeito de integridade territorial dos Estados, de inviolabilidade de fronteiras, de não intervenção dos assuntos internos, previstos nos Projeto de Artigos sobre a Responsabilidade do Estado por Atos Internacionalmente Ilícitos da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, na Ata Final de Helsínquia, no Memorando de Budapeste e na Cooperação e Parceria entre a Federação da Rússia e da Ucrânia (Gray, 2008).

³ Após a intervenção da OTAN no Kosovo, os EUA construíram aí a sua segunda maior base militar na Europa em Bondsteel. A intervenção não teve o consentimento da ONU e teve na altura contestação internacional. Informação disponível em: http://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/2014_03_06/Crimeia-e-Kosovo-quais-s-o-as-diferen-as-6937/. Acedido a: 04 de Março de 2016.

⁴ Há situações em que determinados povos em um dado território são tratados de maneira discriminatória por governo pouco representativo. Desse modo, no caso de um povo ter bloqueado seu direito de “autodeterminação interna”, ele poderia, como recurso derradeiro, exercer seu direito de “autodeterminação externa” (secessão) (Smith & Harari, 2014).

O mundo da Guerra Fria foi marcado pela bipolarização de poder entre os EUA e a URSS, que procuravam ampliar as suas zonas de influência. Como afirmara Raymond Aron “Guerra Fria, paz impossível, guerra improvável!” (Aron, 2002). Na altura observava-se uma paz impossível, dado que as superpotências apresentavam diferendos insuperáveis e conflitos de interesses. Porém também era improvável o deflagrar de um conflito armado direto uma vez que poderia significar o fim de todos, tendo em conta o poder nuclear.

Em termos de espaço físico sob controlo russo, durante a Guerra Fria foi assumida a sua máxima expansão e após a desintegração da URSS verificou-se também o seu maior nível de retração (Friedman, 2009). Com o fim desta guerra, a Rússia perdeu parte do controlo das margens do Mar Negro, restando-lhe o espaço a norte entre a Ucrânia e a Geórgia e o espaço de utilização ucraniano negociado pelo Memorando de Budapeste, em 1994 e pelo Tratado Bilateral de Amizade e Cooperação de 1997 com a Ucrânia (Gaspar, 2005).

Em 2010, George Friedman faz uma análise da situação estratégica da Rússia à luz da sua visão expressa no livro *The Next 100 Years*. Um dos aspetos importantes que George Friedman refere é que, a Rússia necessita fortalecer a sua esfera de influência, sob o risco da própria Federação Russa se poder fraturar. Será provável que Rússia tente atingir uma configuração geográfica intermédia, em que, apesar de já não ser uma superpotência, procura recuperar a influência sobre as regiões que pertenceram à ex. URSS (Friedman, 2009).

Todavia, a tentativa de aproximação da Ucrânia à UE e aos EUA terá marcado um ponto de não-admissibilidade para a Rússia. A Ucrânia controlava, através da Crimeia, o acesso da Rússia ao Mar Negro e, por essa via, ao Mediterrâneo. Os portos de mar de Odessa e de Sebastopol proporcionam saídas para as exportações de carácter militar ou comercial, particularmente a partir do sul da Rússia. Passa também pela Ucrânia um gasoduto principal crítico para o abastecimento da Europa e da própria Ucrânia (Stravridis, 2014).

Sendo assim, a zona da Crimeia assume um interesse estratégico quer para a Rússia quer para a Ucrânia, a nível económico, político, estratégico e territorial (Legvold, 2014).

Dada a instabilidade com a crise política ucraniana de 2013, a Rússia atuou de forma célere, com o intuito de garantir iniciativa e de ganhar liberdade de ação. Para tal, fez avançar para o terreno da Crimeia, fora das suas bases navais legitimamente guarnecidas, forças bem equipadas, sem distintivos no fardamento que as pudessem identificar perentoriamente como forças armadas russas (Rosca, 2014). Com isto, as autoridades russas pretendiam dissuadir as forças ucranianas de efetuarem algum tipo de resistência (Rosca, 2014).

A Ucrânia é um país estratégico para a UE e para os EUA. Tendo já sido assinado em 1998 o Acordo de Parceria e Cooperação com a UE, sob o escopo do diálogo político, relações comerciais e económicas. Para a Ucrânia a Política Europeia de Vizinhança⁵ significa uma oportunidade de se aproximar do modelo económico europeu, tendo sido a primeira república independente da ex-URSS a firmar estes tipos de acordos com a U.E. (Engle, 2015). Por outro lado, a Rússia representa um importante parceiro comercial da União⁶, pelo que uma afronta direta poderá colocar em causa esta relação (Trenin D. , 2014).

Como explana Patrícia Daehnhardt, o Ocidente enfrenta hoje um desafio geopolítico, como já não acontecia no espaço euro-atlântico desde o fim da Guerra Fria: um reordenamento no antigo espaço soviético – que a Rússia reclama e o Ocidente prossegue – que coloca em causa a ordem euro-atlântica criada com o fim da hegemonia soviética sobre a Europa de Leste, a “queda” do muro de Berlim e a implosão da União Soviética. A autora defende que a crise na Ucrânia é a maior ameaça à segurança europeia desde o fim da Guerra Fria. A Rússia está a pôr em causa as regras e normas da ordem liberal internacional, através de uma contestação fora dos contornos dessa mesma ordem (Daehnhardt, 2014).

Perante a incerteza de quais são os limites da política de Putin, a dificuldade para o Ocidente (UE, EUA e OTAN) é definir como deverá responder no caso de se seguir à anexação da Crimeia uma intervenção russa na Ucrânia oriental (Stravridis, 2014). Atualmente a Crimeia permanece como uma região autónoma russa, as retaliações impostas à Rússia permanecem, mas nenhuma intervenção no local foi feita pelas instituições internacionais ou as potências ocidentais. Vladimir Putin recusa qualquer tipo de negociação que envolva a cedência deste território (Studies, 2015).

Kiev, de acordo com o chefe de Estado ucraniano Petro Poroshenko (2016), durante pretende-se propor a criação de um mecanismo internacional para acabar com a ocupação na península, cujo formato ideal seria com a participação da UE e dos EUA e talvez com os países signatários do Memorando de Budapeste (Garanich, 2016).

⁵ A Política Europeia de Vizinhanças, oferece uma série de acordos políticos que estabelecem os objetivos estratégicos da cooperação entre a EU e os seus países vizinhos. As prioridades fixadas de comum acordo com cada um desses países. Uma das grandes prioridades é fomentar o crescimento económico, melhorando as condições para manter o investimento e aumentar a produtividade. Informação disponível em: http://ec.europa.eu/economy_finance/international/neighbourhood_policy/index_pt.htm. Acedido a: 08 de Março de 2016.

⁶ Ver Anexo A – Relação comercial UE – Rússia 2013

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

2.1. Introdução

A produção de um trabalho de investigação em qualquer área pressupõe que exista uma prévia reflexão metodológica, oriunda de uma imaginação politico-sociológica, que se apoie e consolide na coerência por meio da qual o método regulador organize, atempadamente, as operações da investigação, tendo sempre presente que a teoria precede a metodologia pois sem a teoria não se conheceria metodologia (Gil A. C., 1994).

A metodologia científica é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para reformular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática. A metodologia utiliza dois meios principais: a exposição e a argumentação. Enquanto o primeiro se refere a afirmações descritivas que apenas constata e não dão razão, já o segundo permite explicar, interpretar, defender, desafiar e explorar significados (Selltiz, 1987). A metodologia da exposição será utilizada para relatar os factos históricos que envolvem tanto o despoletar da crise que assola a Crimeia, bem como a crise e o âmbito em que se poderá assemelhar à Guerra Fria.

2.2. Natureza da investigação

Existem diversos tipos de investigação, assumindo estes, normalmente, a forma de investigação básica ou fundamental e investigação aplicada.

A investigação básica ou fundamental tem como objetivo gerar conhecimentos novos para avanço da ciência sem aplicação prática prevista. A investigação aplicada procura gerar conhecimentos para aplicações práticas dirigidas à solução de problemas específicos (Gil A. C., 1994).

Na investigação acerca da crise na Crimeia, esta será desenvolvida com base numa pesquisa aplicada, pois será primeiro desenvolvido todo um enquadramento conceptual em que este estudo de caso será aplicado. A envolvente da crise será comparada a situações que

ocorreram no passado cujo enquadramento teórico e desenvolvimento são semelhantes ao que atualmente se verifica. Servirá também de base de estudo para situações que possam ocorrer no futuro, cujas circunstâncias sejam semelhantes.

2.3. Objetivos da investigação

Do ponto de vista dos objetivos, teoricamente uma pesquisa pode ser: exploratória, descritiva ou explicativa (Gil A. C., 1991). A pesquisa no âmbito do estudo será exploratória e explicativa. A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com um problema. Envolve levantamento bibliográfico, assume em geral a forma de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. A pesquisa explicativa identifica os fatores que determinam fenómenos, explica o porquê das coisas e assume em geral a forma de levantamento (Gil A. C., 1991).

Sendo assim e complementando estes dois tipos, será possível abordar o conflito de forma bastante aprofundada e conseguir analisar as ações que cada interveniente tem ou virá a ter de modo a comprometer a atual Ordem Mundial. A abordagem à crise na Crimeia, não só é uma pesquisa exploratória, pois como já referido no âmbito do procedimento técnico, irá fazer-se um levantamento do que já foi escrito acerca do tema, como explicativa uma vez que procurará, com base em fontes exploratórias, comparar e explicar os comportamentos assumidos pelas partes.

2.4. Forma de abordagem

Uma das características fundamentais do método científico é a sua replicabilidade, podendo-se atingir através do desenvolvimento de diferentes estratégias. Cada uma destas estratégias deu lugar a variantes deste método, particularmente aos métodos indutivo, dedutivo e hipotético-dedutivo, que correspondem a formas de raciocínio que podem ser adotadas durante a investigação (Freixo, 2011).

O método dedutivo, ou método racionalista, pressupõe a razão como a única forma de chegar ao conhecimento verdadeiro e utiliza uma cadeia de raciocínio descendente, da análise geral para a particular, até à conclusão (Gil A. C., 1994). Assim, no âmbito do tema proposto, iremos analisar o conflito comparando com situações semelhantes que ocorreram no passado, analisaremos a conflitualidade na sua generalidade até ao âmbito do estudo de caso. Deste modo, a Crimeia e o *modus operandi* dos intervenientes serão comparados com

situações de crise semelhantes que ocorreram no passado, verificando como se desencadeou no passado e como poderá vir a desenvolver-se futuramente. Se irá ou não ocorrer uma nova Guerra Fria consequentemente a este conflito.

2.5. Procedimentos técnicos de recolha de dados

Os procedimentos técnicos utilizados proporcionam ao investigador os meios adequados para garantir a objetividade e a precisão no estudo de ciências sociais (Gil A. C., 1994). Os procedimentos técnicos são vários, a pesquisa bibliográfica, documental, a pesquisa experimental, o levantamento, o estudo de caso e a pesquisa *expost-fato* (Gil A. C., 1991). Para esta dissertação sobre a crise da Crimeia e o seu impacto na ordem mundial, utilizarei a pesquisa bibliográfica e documental, o estudo de caso e a entrevista.

A pesquisa bibliográfica é toda a investigação elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, jornais, internet, entre outros (Gil A. C., 1994). É o procedimento técnico mais importante para a dissertação em causa, devido não só à distância geográfica em que ocorrem os acontecimentos, o que impede a pesquisa experimental *in loco*. A pesquisa documental, por sua vez, vem no seguimento do procedimento técnico anterior, e é elaborada a partir de material que não recebeu tratamento analítico (Kerlinger, 1980).

A pesquisa documental, por sua vez, vem no seguimento do procedimento técnico anterior, e é elaborada a partir de material que não recebeu tratamento analítico (Kerlinger, 1980). Nesta pesquisa serão utilizados jornais que relatam os factos atuais, bem como dados qualitativos de cada um dos intervenientes em separado (exemplo: tratados, poderio militar, baixas militares e civis).

O estudo de caso envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira a que se permita o amplo e detalhado conhecimento (Kerlinger, 1980). No tema proposto, o estudo de caso é a crise da Crimeia de 2014 e a possibilidade de entrada num clima de Guerra Fria no âmbito do espectro do conflito internacional.

As entrevistas são uma das fontes de informação mais importantes para a análise de um estudo de caso. São uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes procura recolher dados e a outra apresenta-os como fonte de informação. O tipo de entrevista utilizado é a entrevista estruturada, em que foram desenvolvidas questões diretas e de ordem rígida, organizadas num guião que foi

utilizado para todos os entrevistados (Gil A. C., 1994). Esta fonte de informação permitirá o controlo, verificação, aprofundamento e exploração do tema em estudo (Yin, 2009).

Em suma no âmbito da metodologia, em tipo de investigação e procedimento técnico, pode-se concluir que o uso da pesquisa qualitativa, neste caso, no vai permitir uma análise ampla e flexível, permitindo estudar o fenómeno, os intervenientes e as situações que ocorreram em toda a sua plenitude. Com uma análise documental exaustiva será possível abordar a crise da Crimeia e em simultâneo procurar comparar o seu conteúdo.

Adicionalmente foram entrevistados o Professor Doutor Adriano Moreira, o jornalista enviado especial da SIC em Moscovo, José Milhazes e Arnaud Lion, diplomata belga na Rússia. Desta forma, procurar-se-á fazer uma abordagem profunda e alargada do tema, tentando explanar e clarificar as várias posições adotadas pelos intervenientes e sustentar se a ação dos mesmos, propícia, ou não, poderá causar o surgimento de uma nova Guerra Fria.

2.6. Desenho de estudo



Figura nº 1 – Desenho de estudo.

CAPÍTULO 3

TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A GUERRA FRIA

3.1. Introdução

Com o fim da II Guerra Mundial, surgiu uma nova Ordem Mundial, onde o poder estava distribuído de forma diferente, com novos equilíbrios (Nye, 2009). Como afirma John Ikenberry (2000), “o Estado vencedor pós-guerra é recém-poderoso - na verdade, em alguns casos, é recém-hegemónico, adquirindo uma preponderância poder material⁷” (Ikenberry, 2000, p. 4) .

A Guerra Fria reflete um clima bipolar, no contexto do conflito que nunca foi direto e opunha dois grandes blocos políticos e económicos. Alguns autores chegam a considerar esta como a terceira grande guerra mundial do século XX. Este conflito envolveu potências, criando uma cultura particular nos dois países e que alimentou o conflito em si (Hein, 2006).

No estudo das relações internacionais, o fenómeno da Guerra Fria pode ser analisado pelas grandes correntes realista, institucionalista liberal e construtivista (Hein, 2006). O fim da Guerra Fria proporcionou o desenvolvimento de um novo panorama e pensamento em relações internacionais, onde a discussão sobre a mudança no equilíbrio de poder e tipo de conflitualidade diferenciada que entretanto terminou, desenvolveu uma nova discussão sobre a mudança e o papel das ideologias vencedoras e vencidas (Petrova, 1997).

Para compreender se existe ou não uma nova Guerra Fria com a anexação da Crimeia, é importante perceber o que se sucedeu na Guerra Fria original. Assim conseguir-se-á obter as bases para justificar a existência ou não de uma conflitualidade semelhante.

⁷ *A state that wins a war acquired what can usefully be thought of as a short windfall of power assets. The winning postwar state is newly powerful - indeed, in some cases it is newly hegemonic, acquiring a preponderance of material power capabilities* (Ikenberry, 2000, p. 4).

3.2. Visão realista e neorrealista

O realismo surge no final da II Guerra Mundial e considera que o sistema internacional é naturalmente anárquico, onde os Estados são os únicos atores relevantes do sistema internacional e controlam-se reciprocamente através de mecanismos de poder. A política internacional é, por isso, uma luta pelo poder. O maior valor é assim a preservação do Estado e, para o conservar, muitas vezes são criadas alianças entre Estados, de modo a atingirem os seus interesses (Sousa & Mendes, 2014). Os realistas asseguravam que os EUA, após a II Guerra Mundial, deveriam continuar envolvidos nos problemas internacionais de forma a adquirirem um poder cimentado, abandonando o isolacionismo americano (Keohane, 1986).

Na perspetiva realista, a guerra tem custos para os Estados. Assim a manutenção do *status quo* é benéfica a todos, logo, a paz é importante e pode ser conseguida através de um equilíbrio de poder entre as nações hegemónicas. Assim, para os realistas a segurança é compreendida como um estado permanente de conflitos entre Estados (Morgenthau, 2003).

Para os realistas, as divergências entre Estados são uma necessidade. Num ambiente competitivo, o Estado é expansionista e procura aumentar a sua zona de influência. O realismo não previa a existência de forças transnacionais como as Organizações Internacionais (Waltz, 2002) e via o conflito, equilíbrio, contenção e a própria polarização do sistema internacional como elementos definidores e estruturantes constantes. Mesmo que se alterassem os atores ou os fatores de poder do sistema, este persistiria fundamentalmente um espaço de confrontação e de disputa pelo poder (Keohane & Nye, 1998).

Numa resposta ao realismo clássico, Kenneth Waltz, o nome principal do neorrealismo (ou realismo estrutural), considera que as ações dos Estados são influenciadas pela pressão da competitividade internacional, que delimita as suas políticas⁸ (Waltz, 2002).

Com base na análise realista e neorrealista, pode-se considerar que a Guerra Fria foi um período em que os Estados se agregavam de forma instrumental em organizações internacionais lideradas pelos Estados mais fortes do sistema internacional, considerando os seus interesses e sob o escopo de manutenção da sua segurança. Num sistema internacional anárquico, os Estados movimentam-se e aderem a organizações mais próximas dos valores americanos como a OTAN ou mais próximas dos valores soviéticos, como do Pacto de

⁸ No mundo subsiste um estado constante de anarquia internacional. O teórico reforça que o sistema internacional é perpetuamente anárquico, onde os Estados procuram garantir a sua segurança acima de tudo (Waltz, 2002).

Varsóvia⁹. A competitividade internacional existente na época fez com que os EUA e a URSS se controlassem reciprocamente, sem nunca se confrontarem diretamente, mas utilizando mecanismos de poder que permitam aumentar a sua esfera de influência (Waltz, 1959).

Com o fim da Guerra Fria, surge a unipolaridade americana que está ligada ao universalismo dos valores defendidos e disseminados pelos EUA quer no plano doméstico como internacional (Gaddis, 1993). Dá-se o advento da globalização, cujos valores seriam o triunfo da democracia liberal, a economia de mercado, baseada na livre iniciativa. Era evidente a sua supremacia nos níveis económico, militar, cultural científico e tecnológico. Os EUA conseguiram fazer prevalecer os seus interesses a nível mundial através do domínio económico militar, ideológico e ético-político¹⁰. As Organizações Internacionais ocidentais que se formaram durante a Guerra Fria, como a EU e a OTAN permanecem até hoje, e muitas outras surgiram como formas de agregação de Estados (Economist, 2002).

Porém, a ideia de que a hegemonia dos EUA é permanente começa a desvanecer-se. Os realistas consideram que esta supremacia que se verificou por mais de duas décadas poderá agora dar lugar a um sistema multipolar, com a emergência de novas grandes potências (UE e China entraram na corrida pela liderança global¹¹) (Layne, 2009).

O realismo e o neorealismo têm assim muitas lacunas na análise da Guerra Fria e da ordem mundial que surgiu depois desta. Foi uma época única na história mundial, onde os conceitos de guerra e conflito deixaram de estar essencialmente ligados a um confronto armado direto, onde se conheceram novas formas de luta e demonstração de poder. Os teóricos não previram que os países ocidentais industrializados mantivessem uma relação estável e de cooperação institucional em muitas áreas que são de interesse vital para os

⁹ O Pacto de Varsóvia, foi um acordo de cooperação militar assinado em 17 de maio de 1955 pelos oito países que formavam o Bloco do Leste (países socialistas). A sede da aliança militar ficava na cidade de Moscovo. O Pacto de Varsóvia era liderado pela União Soviética e surgiu no contexto da Guerra Fria, momento da história em que houve uma grande corrida armamentista entre países socialistas e capitalistas. Informação disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/pacto-de-varsovia.htm>. Acedido em: 15 de Março de 2016.

¹⁰ O domínio dos seus valores são atualmente base de organizações mundiais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e que permitiram a dispersão deste domínio unipolar dos EUA (Economist, 2002).

¹¹ Layne (1993), indo ao encontro dos realistas defende que “... num sistema unipolar, as pressões estruturais sobre os competidores para aumentarem o seu poder relativo e tornarem-se grandes potências devem ser irreversíveis. Se não adquirem recursos de poder para se tornarem grandes potências, podem ser dominados pelo Estado hegemónico” (Layne, 1993, p. 12). Isto verifica-se por exemplo na política externa russa atual relativamente ao espaço da ex-URSS que agora está independente. Putin vê neste espaço como um meio de atingir o estatuto de superpotência global perdido com o fim da Guerra Fria, projetando neste espaço a influencia e o poder na nação russa (Layne, 1993).

Estados (Ikenberry, 2000). A visão fechada do sistema internacional feita por estas correntes não se consegue enquadrar na realidade dos factos, sendo muito débil a sua explicação das causas e das consequências que surgiram com o confronto bipolar.

3.3. Visão institucionalista neoliberal

O institucionalismo neoliberal é uma das correntes que derivam do liberalismo, que enfatiza a importância das organizações internacionais, nomeadamente as intergovernamentais, promovendo diálogo e a cooperação dos Estados (Keohane R. , 1989).

A teoria analisa os últimos séculos das relações internacionais como um sistema político fragmentado que passa por modificações que ocorrem de forma progressiva. Assim, inicialmente o Estado teve o seu surgimento e uma consolidação institucional, onde as relações entre as unidades se baseavam exclusivamente no poder e na força, e progrediu para um sistema atual que se baseia numa relação mais integrada e interdependente, incluindo para além dos Estados, outras entidades não-estatais (Sousa & Mendes, 2014). Esta característica de interdependência foi herdada da corrente liberal, que também defende que o mundo está cada vez mais integrado e que as decisões de um Estado afeta os outros, mesmo que distantes (Martin, 1997).

Dois dos principais teóricos desta corrente são Robert Keohane e Joseph Nye, que defendem que os Estados continuam a ser os principais atores internacionais, tal como defendem os realistas. Contudo, estes atores criam uma série de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão implícitos e explícitos em torno dos quais as suas expectativas convergem numa determinada área em que fundam a forma como se organizam (Krasner, 1985). Assim as instituições podem estimular a cooperação entre os atores racionais, reduzindo as incertezas, diminuindo os custos de transações, estabilizam as expectativas, modificando as relações entre Estados (Keohane R. , 1989).

O institucionalismo neoliberal tem três características principais: reforça o facto de as instituições multilaterais, juntamente com os regimes internacionais, regularizarem a conduta externa dos Estados; salienta a importância da boa-fé, da transparência discursiva e da ação democrática como prática que é aceite e debatida nos fóruns internacionais; esta corrente baseia-se na necessidade da participação multilateral dos Estados que estão posicionados num patamar de paridade e coordenação (Martin, 1997).

No sistema internacional, ao contrário do realismo, o conflito não é um meio primordial para manutenção da segurança dos Estados. Para os institucionalistas liberais, a guerra não é considerada um instrumento privilegiado, uma vez que as relações entre Estados são baseadas na cooperação e na institucionalização de organizações internacionais. Com o surgimento de instituições internacionais, dá-se uma renovação do sistema internacional, que passou a funcionar regido por normas e regulamentos provenientes dessas instituições deixando de haver a tradicional relação de poder dos Estados (Sousa & Mendes, 2014).

As instituições permitem que a relação entre os Estados seja recíproca, em que existe interação, podendo recorrer à retaliação sempre que a estratégia cooperativa não for respeitada. A instituição torna-se um importante instrumento de poder do Estado (Jervis, 1999).

Na obra *Coercive Cooperation*, Lisa Martin expõe a forma como as sanções económicas impostas pelas organizações internacionais estão relacionadas com os níveis de cooperação entre os Estados-membros. Assim, quanto maiores forem esses níveis, mais austeras para os Estados serão essas sanções em caso de incumprimento (Martin, 1992).

A Guerra Fria significou a formação de algumas organizações internacionais que serviam os interesses das superpotências, nomeadamente o Pacto de Varsóvia e a OTAN¹² (Krasner, 1985).

Porém o institucionalismo neoliberal teve dificuldades em explicar os esforços persistentes, unilaterais e decididamente sem qualquer natureza cooperativa que cada superpotência levava a cabo para superar o poder nuclear da outra superpotência. A corrida ao armamento nuclear, ao espaço e até nas guerras por procuração eram feitas pelas superpotências sem que estas pedissem a cooperação ou análise no seio das organizações. Era algo unilateral e que desde logo demonstrava a sua supremacia relativamente às organizações a que pertenciam (Milner, 1997).

O fim da Guerra Fria e o desmembramento da URSS ditou o fim do Pacto de Varsóvia, porém a organização que mais marcou este período permanece até aos dias de hoje, a OTAN. A OTAN é mais do que uma aliança militar. É uma comunidade de valores partilhados. Ao contrário do que previam os neorrealistas, a organização sobreviveu ao fim da Guerra Fria e ao desmoronar da ameaça soviética e persiste até aos dias de hoje,

¹² Neste âmbito verificou-se que apesar de haver um clima de tensão, nunca houve um confronto direto entre as duas potências, já que, as organizações serviam desde instrumento dissuasor (poder do bloco como um todo) a uma forma de agredir o oponente, pois cada Estado que integrava a organização significava uma perda para o bloco oponente (Krasner, 1985).

ajustando-se ao novo ambiente de segurança com acordos cooperativos entre os membros. O sucesso desta organização deve-se à sua mutabilidade. A OTAN pode alterar a sua missão e os seus membros, dependendo da ameaça que seja identificada (Hellman & Wolf, 1993).

Várias organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a UE fortaleceram a sua posição internacional após o fim do conflito bipolar. Sendo organizações com um quadro de normas e formas de conduta que os Estados que pretendem aderir têm de seguir e respeitar. No caso de os Estados não cumprirem com os pressupostos da organização, sofrerão sanções que podem vir a ser danosas para esse próprio Estado. Esta situação demonstra a validade desta teoria relativamente à existência de instituições internacionais fortes e com um papel importante como facilitadores de cooperação sendo a base essencial para que haja racionalidade nas decisões dos atores no sistema internacional (Keohane R. , 1986).

3.4. Visão construtivista

A teoria construtivista analisa as relações internacionais como se elas acontecessem no âmbito de uma sociedade cujas normas e agentes se influenciam mutuamente. As escolhas feitas por estes agentes são condicionadas por este processo. Wendt, teórico central desta corrente, critica o neorrealismo, argumentando que esta teoria não é suficiente para explicar as mudanças no sistema internacional, uma vez que o considera como sendo permanentemente anárquico. O principal interesse desta teoria era responder à questão de como são formados os interesses dos Estados (Wendt, 1992).

Ao contrário de Waltz, que defende que o sistema é estruturado entre os países através da distribuição de bens materiais, Wendt considera que o sistema internacional é estruturado de acordo com a distribuição do conhecimento e das inovações. Todavia, o construtivismo não materializa esta distribuição como instituições internacionais como o institucionalismo liberal e também não descarta a importância dos recursos naturais, sendo importante a forma como eles são geridos (Hopf, 1998).

Os principais elementos desta corrente são a compreensão do mundo¹³ e os instrumentos intelectuais utilizados para o compreender. Estes instrumentos são o resultado

¹³ Nesta corrente o sistema internacional é um todo, independente dos agentes, podendo ser dividido em micro e macroestruturas. As primeiras referem-se às interações entre as partes do sistema, os agentes internacionais, e podem ser causais. As segundas dizem respeito ao sistema como um todo e pode ter o efeito constitutivo. A interação entre Estados é que produz a estrutura através das suas ações, que por sua vez são condicionadas primariamente pela sua identidade e posteriormente pela estrutura internacional em que estão

de conceitos que são socialmente construídos, logo é importante compreender de onde vêm essas concepções e a maneira como estas influenciam a ação dos vários atores (Wendt, 1992). Logo no âmbito da Guerra Fria é importante compreender como foram concebidas as percepções que o bloco ocidental e o bloco soviético criavam um do outro e como elas justificaram as políticas seguidas pelos Estados neste período.

O construtivismo apresenta três lógicas de anarquia no sistema internacional: a *hobbesiana*, a *lockeana* e a *kantiana*, ou seja, inimigo, rival e amigo, respetivamente. Esta visão entre Estados decorre das condições estruturais do sistema em se se encontram inseridos e a interação entre Estados pode conduzir a uma identidade coletiva (Hopf, 1998). Como afirma Wendt, “anarquia é o que os Estados fazem dela” (Wendt, 1999, p. 313). No decorrer do conflito bipolar eram delineados como inimigos de cada bloco aqueles que eram aliados do bloco oponente. Consideravam rivais os que subscreviam as organizações que se opunham entre si e naturalmente amigos, aqueles que seguiam as suas políticas¹⁴.

A identidade criada no caso soviético, na altura da Guerra Fria, era centrada na política imperialista preconizada por Lenine, com a sua convicção de que as relações entre Estados socialistas e capitalistas são naturalmente conflituosas, definindo assim os padrões das alianças. Este pensamento teve força própria, na medida em que a própria atitude hostil de um dos blocos levava o outro a considerar a identidade de rival ou inimigo que correspondia à posição do primeiro. A interação entre os dois é marcada por uma cultura de antagonismo ou rivalidade que saía reforçada em cada ação tomada (Katzenstein, 1996).

Nos dias de hoje, este pensamento imperialista está restaurado sendo a base da política externa russa relativamente às repúblicas que se tornaram independentes com o fim da URSS. Já os países ocidentais, nomeadamente da Europa, não vêm a Rússia como um rival ideológico, nem uma ameaça (militar) potencial tendo estabelecido profundas relações comerciais. Porém a política externa de Putin relativamente às repúblicas pós-soviéticas trouxe instabilidade e receio à fronteira Leste da UE (Stravridis, 2014).

inseridos (Wendt, 1999). Logo, nesta corrente não existem interesses dos Estados *a priori*, como sugeriam os realistas, nomeadamente com a cumulação do poder. Com o passar do tempo, e conforme for ocorrendo a interação, os Estados podem mudar a sua política de interesses e a sua identidade (Wendt, 1992).

¹⁴ Esta teoria considera as instituições internacionais instrumentos para construir visões de mundo moldando o comportamento estratégico dos agentes que as compõem. As organizações internacionais são assim padrões globais de relações que definem e reproduzem os interesses e ações dos agentes que as subscrevem. Estas fornecem mapas normativos e cognitivos para interpretação e ação, afetando as identidades e objetivos sociais dos atores. Os agentes agregam-se nestas organizações procurando obter vantagens e recursos que lhe permitem ter maior projeção a nível mundial (Ikenberry, 2000).

O desenvolvimento do conflito conheceu um revés com a *Perestroika*. Pode-se considerar que a política de Mikhail Gorbachev¹⁵ foi uma mudança de rumo da URSS, sendo este um dos mais importantes fenómenos da política mundial contemporânea, pois permitiu a abertura ao diálogo entre os blocos oponentes e foi o grande marco para o fim da potência soviética e para o fim da Guerra Fria. Porém, esta política do presidente soviético estava condenada ao fracasso. A introdução de regras capitalistas e democráticas, apesar de muito controlada, não tinha bases identitárias na sociedade soviética para rapidamente absorver estas medidas¹⁶. Assim, o império soviético rapidamente se desmoronou (Kubálková, 2001).

No que se refere à segurança, a visão construtivista aproxima-se dos realistas, considerando o Estado a mais importante unidade na estrutura política internacional. Mesmo considerando a importância dos atores não estatais no sistema, são os Estados os principais impulsionadores das mudanças e da ordem que ocorre a nível mundial (Katzenstein, 1996). Esta teoria refere que dilemas de segurança, comunidades de segurança e a segurança coletiva podem ser consideradas como diferentes avaliações das regras sociais, conforme a sua identidade e interesses (Wendt, 1999).

O fim da Guerra Fria trouxe um desafio aos construtivistas para compreenderem o novo cenário unipolar. Os Estados puderam reinventar as suas identidades e conscientemente transformar o seu papel internacional, agregando-se em várias organizações internacionais, mediante os seus interesses e identidade nacional, alterando assim a ordem mundial tal como a conhecemos atualmente (Nugroho, 2008). As relações internacionais deixaram de ser focadas em questões de defesa da soberania e segurança, para dar lugar a questões económicas globais. Os EUA puderam, através do fenómeno da globalização impor a sua identidade como uma identidade global, patrocinando organizações mundiais assentes nos princípios que defendem a nível doméstico e internacional. A Rússia, perdeu o seu estatuto

¹⁵ Mikhail Gorbachev foi o último líder da União Soviética, entre 1985 e 1991. O seu percurso foi marcado pela democratização da URSS, o fim da Guerra Fria (cujo papel desempenhado lhe valeu o Prémio Nobel da Paz) e o desmembramento da URSS após a queda do muro de Berlim. Informação disponível em: <http://www.biography.com/people/mikhail-sergeyevich-gorbachev-9315721#early-life>. Acedido em: 18 de Março de 2016.

¹⁶ A política defendida pelo líder soviético tinha vários riscos de desestabilização interna. Alexander Wendt (1992) argumenta que a nova política de Gorbachev pode ser interpretada como evidência de que "os atores internacionais podem envolver-se em autorreflexões e práticas especificamente concebidas para transformar as suas identidades e interesses e, assim, a mudança dos jogos em que estão envolvidos" (Wendt, 1992, p. 420). O clima de maior liberdade que se fazia sentir na governação de Gorbachev foi acompanhado pela confusão de identidade nas repúblicas soviéticas e pela decadência económica, criando frustrações e incertezas na evolução da URSS. Deu-se o início a uma série de conflitos étnico-nacionais com movimentos de desagregação do império soviético (Vizenini, 2000).

de superpotência e iniciou uma vaga de perdas de território que na altura se tornaram independentes e a ideologia comunista entrou em declínio nos países que eram influenciados pela ideologia soviética. A agitação sentiu-se através dos movimentos nacionalistas, com conflitos generalizados na Geórgia, guerra civil no Tajiquistão e o conflito entre Armênia e Azerbaijão (Kubáľková, 2001).

Dada a dificuldade na criação de uma Comunidade de Estados Independentes (CEI)¹⁷, com o Presidente Vladimir Putin, a herança imperial e o discurso nacionalista voltaram a ter um papel central na política interna e externa do país, em particular no que concerne os países da URSS. A política deste presidente é marcada pelo revigorar da ambição russa e a reconquista do estatuto perdido, que nem a crise económica que tem afetado o país tem conseguido travar (Aguilar, 2014).

3.5. As teorias do poder

No âmbito do estudo das relações internacionais, as relações de poder são um objeto de estudo de bastante relevo e que é difícil de concretizar, dado ser multifacetado e estar ligado aos mais diversos fenómenos (Katzenstein, 1996). Se não existe uma entidade superior à vontade e interesses dos Estados, a relação existente entre eles será de poder, e assim será delineada a realidade internacional. A política internacional caracteriza-se pela ausência de um fiscal e de uma política supranacional reguladora (Aron, 1962).

Em termos gerais, o poder é a capacidade de fazer, de produzir, de destruir, de influenciar. Como afirma Aron, “significa a capacidade legal de comando (chegar ao poder, exercer o poder), bem como a capacidade (individual ou coletiva) de impor a vontade, ideias” (Aron, 1962, p. 721). É um conjunto de meios que podem ser materiais, morais, militares, psicológicos que conferem capacidade a um ator do sistema internacional para impor a sua vontade a outro ator, mediante a suposição de sanções eficazes no caso da não-aceitação dessa vontade¹⁸ (Aron, 1962).

¹⁷ Em 1991, os presidentes da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia criaram uma nova organização que, respeitando a independência política de cada um destes Estados, manteve o funcionamento da economia dos países. Assim surgiu a CEI (Comunidade dos Estados Independentes), influenciada pelo sistema económico capitalista. Esta organização teve uma adesão relativamente rápida das outras repúblicas, compondo 12 países no final de 1993. Todavia, o sucesso da CEI dependia muito do crescimento económico da Rússia, que se revelou problemático (Cimbala, 2004).

¹⁸ Considera-se que existem vários tipos de poder: o *hardpower*, o *softpower*, o poder relacional e o poder estrutural. O primeiro tipo caracteriza-se pelo poder material, esta relacionado com o uso de recursos materiais ou recursos que lhe conferem uma grande capacidade (recursos militares, económicos, naturais, domínio de meios de comunicação, entre outros), o *softpower*, também descrito como o poder imaterial, está

A teoria do equilíbrio de poder de Waltz considera que a principal preocupação dos Estados é a sua própria sobrevivência. A repartição do poder é a característica que diferencia as unidades. A mutação de poder afeta as relações de poder entre os atores estatais (Waltz, 2002). Havendo uma concentração única de poder num só Estado (unipolaridade) existe uma ameaça à sobrevivência dos outros. Assim, com a finalidade de melhorar as hipóteses de sobrevivência, os outros Estados irão criar mecanismos para equilibrar a concentração do poder (Smith & Harari, 2014).

O pensamento predominante na Guerra Fria e que ilustra esta leitura realista das relações internacionais é de que qualquer ameaça à sobrevivência dos Estados só poderá ser minimizada quando este atinge tanto poder como o Estado hegemónico ou é aliado de Estados que possuem poder. Por reflexo desta circunstância, surgem organizações internacionais que procuram criar um equilíbrio sistémico do poder (Monteiro, 2013).

Para o institucionalismo neoliberal, o Estado que é mais dotado de certos recursos faz com que este tenha mais poder entre os seus pares e no sistema internacional, dado que a interdependência nem sempre se dá de maneira equilibrada (nem todos os participantes recebem o mesmo custo-benefício) (Mearsheimer, 1994). O poder que os Estados exercem no sistema internacional é mediado pela sociedade internacional e por outros interesses (económicos, sociais, entre outros), sem que estes comprometam o funcionamento das organizações internacionais. Assim, a instituição pode tornar-se um importante instrumento de poder do Estado, em que, apesar de haver uma igualdade de Estados (soberania), existem Estados que se sobrepõem aos outros devido à sua capacidade superior, demarcando os seus interesses no seio da instituição internacional¹⁹ (Keohane & Nye, 1998).

À semelhança dos realistas, a teoria construtivista dá importância ao poder. Contudo, enquanto na teoria realista o poder é entendido em termos materiais (militar, económico, político, por exemplo) os autores construtivistas consideram-no em termos discursivos (ideias, cultura, linguagem, por exemplo) (Wendt, 1999). O poder existe em qualquer troca

relacionado com o bem-estar, as ideias, a cooperação e relações externas, a cultura, entre outros (Dougherty & Pfaltzgraff, 2001). O poder relacional, ou direto, é aquele que um agente pratica sobre o outro sem intermediação, sendo bilateral entre as partes intervenientes (só pode existir numa manifestação declarada e aberta dos interesses de determinado agente). Já poder estrutural é um tipo de poder indireto, mediado por estruturas. Normalmente é resultado de uma equação de poder ou problema a ser resolvido, em que o peso relativo de um agente será tão maior quanto a importância que lhe for dada pelos outros “stakeholders”. A simples presença deste poderoso agente é o suficiente para alterar o rumo de uma determinada situação (Strange, 1996).

¹⁹ Os teóricos institucionalistas demarcam-se da premissa dos realistas de que os atores buscam sempre ganhos relativos nas suas relações de poder. Para eles, nas situações em que se distanciam dos jogos de soma zero (em que para um ganhar o outro tem de perder) a possibilidade de cooperação aumenta, sendo este o pilar a ordem internacional (Martin, 1997).

que se procede entre atores, pelo que o objetivo dos autores da perspetiva construtivista passa pela investigação do que constitui fonte de poder (Mingst, 2011).

A Guerra Fria caracteriza-se pela bipolarização do poder mundial que influenciava quase todos os países. O poder soviético e norte-americano caracterizava-se por uma política expansionista do regime, tentando-se travar mutuamente no cenário internacional (Gaddis, 1993). Na época, o poder caracterizava-se pelo avanço tecnológico, pela força do dinheiro, pela força das armas, e pela força do *status* de ser uma superpotência²⁰ (Barbé, 1987).

Com o fim da Guerra Fria, houve assim uma mudança no equilíbrio bipolar que existia na distribuição do poder. Surgem dúvidas de como os Estados poderiam criar uma ordem internacional duradoura. O Estado vencedor de uma guerra assume o lugar de potência hegemónica, sendo evidente a sua capacidade material (Ikenberry, 2000). Esta intensificação da globalização neoliberal promoveu uma aceleração e um aprofundamento do impacto dos fluxos e padrões inter-regionais baseada na política americana (Held & McGrew, 2007).

Moscovo verificou assim uma perda no seu poder material e imaterial. No primeiro, devido ao facto de ter deixado de poder fazer frente em termos bélicos e económicos ao bloco ocidental. No poder imaterial, considerado pelos autores construtivistas como um elemento central, também perdeu a sua hegemonia, o estatuto internacional que possuía dissipou-se e muitas das repúblicas soviéticas deixaram de se identificar com o comunismo. Surgiu uma explosão de nacionalidades sufocadas e nos anos que se seguiram, muitas repúblicas desintegraram-se da URSS, como é o caso da Ucrânia e tentaram uma aproximação aos valores e organizações do Ocidente (Friedman, 2009).

Os soviéticos observaram que as alianças criadas pelos países ocidentais permaneceram após o fim da Guerra fria, como é o caso da OTAN²¹. O mesmo não se observou com as alianças soviéticas (exemplo do Pacto de Varsóvia) que sucumbiram ao fim da URSS. Com este resultado é notória a hegemonia americana e dos seus princípios com o fim desse conflito (Held & McGrew, 2007).

²⁰ No decorrer da disputa bipolar, várias medidas foram tomadas por ambas as potências, no sentido de não perderem a sua posição hegemónica. Verificou-se a corrida armamentista, a guerra espacial, as políticas económicas, as políticas expansionistas russas e por outro lado as políticas americanas de bloqueio ao comunismo (Boniface, 1997).

²¹ Ver Anexo B - Os Estados-membros da OTAN vs Pacto de Varsóvia durante a Guerra Fria.

3.6. A análise do conflito

O relacionamento entre Estados é marcado por relações de cooperação e de competição, sendo claro que quanto menor forem os relacionamentos entre Estados, maior será a probabilidade de conflito.

De acordo com o Dicionário de Relações Internacionais (2014), a crise é definida como “um ponto de viragem decisivo entre atores ou entre atores e o seu meio. Descreve uma situação grave de ameaça a objetivos prioritários, que, embora não envolvendo conflito armado, exige uma resposta rápida e adequada dos centros de decisão dos políticos, dada a elevada probabilidade de escalada de guerra” (Sousa & Mendes, 2014, p. 56). Pode-se considerar que a crise, enquanto fenómeno político está associado a acontecimentos que interferem profundamente no equilíbrio do sistema internacional (Saraiva, 2011).

A crise ocorre quando surge um problema que altera repentinamente as circunstâncias políticas existentes, sendo um ponto de viragem e de tensão que carece de uma resolução urgente (Lebow & Stein, 1995).

O conflito é explicado por Sousa & Mendes (2014) como “a rivalidade ou antagonismo entre indivíduos ou grupos de uma sociedade. O conflito pode ter duas formas: uma ocorre quando há um confronto de interesses entre dois ou mais indivíduos ou grupos; a outra acontece quando há pessoas ou coletividades envolvidas numa luta direta com outras. O conflito de interesses nem sempre leva à luta declarada, enquanto os conflitos diretos podem, por vezes, surgir entre grupos que, erradamente, acreditam que os seus interesses são opostos aos dos outros grupos” (Sousa & Mendes, 2014, p. 47). Um conflito designa uma oposição de interesses são se traduzindo literalmente no emprego de força armada.

As teorias realista e neorrealista consideram os Estados vivem sem uma autoridade superior capaz de determinar as regras internacionais de convivência e de implementar essas regras. Como já foi referido o sistema internacional é permanentemente anárquico, vivendo numa situação de permanente conflito, em que cada Estado procura o maior poder possível a fim de manter a sua segurança, dado que a segurança nacional está no topo da hierarquia dos interesses dos Estados (Morgenthau, 2003). Estas correntes consideram o sistema internacional como um espaço de disputa pelo poder, motivada pela manutenção da segurança criando estratégias (alianças, conflitos) que permitam a sobrevivência e a manutenção da soberania e poder. Assim o conflito é uma constante no sistema internacional que se baseia numa sociedade em que existe disputa constante de todos contra todos (Waltz, 1959).

Para os institucionalistas neoliberais no sistema internacional, a guerra não é considerada um instrumento político privilegiado, uma vez que as relações entre Estados são baseadas na cooperação e na institucionalização de organizações internacionais. O sistema internacional inclui tanto o conflito quanto a cooperação, prevalecendo um ou outro conforma a situação. O uso da força é visto cada vez mais como um instrumento inadequado para a resolução dos conflitos internacionais. Havendo cooperação nos Estados sob a forma de instituições, mais relação existe entre eles, e assim existem mais alternativas de resolução de crises e conflitos, sem recorrer a intervenções agressivas ou militares (Keohane & Nye, 1998). Acrescentando a isso, havendo interesses comuns entre os Estados, as instituições poderão ajudar os Estados a resolverem os diferendos políticos. Desta forma os atores deixam de atuar num jogo de soma zero, em que os ganhos de uma parte implicam automaticamente em perdas para a outra, permitindo resultados mutuamente benéficos (Keohane R. , 1989).

Os construtivistas consideram que o sistema internacional é construído pelos Estados, fruto das suas escolhas e onde estes são os protagonistas. O sistema internacional é assim constituído por agentes políticos que atuam de acordo com as suas identidades, interesses e comportamento. O conflito, ao invés de serem considerados choques entre forças de interesse como nos realistas, é visto pela teoria construtivista como equívocos, falhas na comunicação ou diferendos de ideias entre os agentes (Wendt, 1992).

Os meios de solução de conflito podem ser pacíficos e não-pacíficos. Estes últimos caracterizam-se pelo uso da força entre as partes envolvidas na conflitualidade. Os primeiros podem proceder por meios diplomáticos, políticos ou jurisdicionais (Coleman, Deutsch, & Marcus, 2014). Wallensteen, citado por Luís Bernardino (2008), define a resolução de conflito como “ a adoção de medidas tendentes a resolver o cerne da incompatibilidade que esteve na origem do conflito, incluindo as tentativas de levar as partes a se aceitarem mutuamente (...); conjunto de esforços orientados no sentido de aumentar a cooperação entre as partes em conflito e aprofundar o seu relacionamento, focalizando-se no sentido do fortalecimento das Instituições e dos processos das partes...” (Bernardino, 2008)

Os conflitos estão em constante mutação. A Guerra Fria trouxe uma nova tipologia de crise e ameaça de escalada de conflito nunca antes vistos no sistema internacional.

3.6.1. Análise da Guerra Fria

A Guerra Fria trouxe profundas alterações no cenário internacional, que se traduziram em modificações substanciais do quadro de confrontação regional traduzidas na conflitualidade bipolar. As esferas de influência de cada uma das potências foram definidas no continente europeu, já as confrontações verificaram-se nas áreas geográficas periféricas, em que o controlo garantia a sustentação dos seus interesses globais através do desenvolvimento de estratégias de alcance mundial (Nunes I. F., 1996).

O interesse político e científico pelo estudo das crises surgiu quando se sucedeu um dos maiores momentos de tensão da Guerra Fria, a crise dos mísseis de Cuba em 1962²². A instalação em Cuba de mísseis habilitados para transportar ogivas nucleares, colocou os americanos em alerta devido à possibilidade de escalada da crise para uma fase de guerra convencional ou até mesmo nuclear. Graças à diplomacia americana, o conflito não deflagrou. Na altura considerava-se que a crise antecedia o conflito, eram uma forma de competição lícita (Saraiva, 2011).

As crises eram entendidas essencialmente como um conflito de interesses. Assim, a gestão das crises surgia como uma atividade de controlo apertado da evolução da situação política de um país pelas autoridades políticas de outro país. Logo o sistema bipolar existente no período da Guerra Fria foi uma verdadeira gestão constante da crise existente que nunca deflagrou num confronto militar direto (Lebow & Stein, 1995).

Um exemplo de que a utilização de força militar foi ineficiente durante a Guerra Fria foi a Guerra do Vietname que provou que o uso da força acarreta prejuízos. Provou que os mecanismos e as intenções de resolução pacífica por cooperação e diplomacia produzem mais benefícios do que prejuízos, nomeadamente nas baixas civis (Keohane & Nye, 1998).

Kenneth Waltz desenvolveu quatro argumentos em defesa da estabilidade conferida pelo sistema bipolar. O primeiro é de que num sistema bipolar não existem Estados periféricos, pois qualquer avanço de uma superpotência numa certa região será logo contido pelo contra avanço da outra superpotência (Waltz, 1964). A Europa não poderia ser um espaço de confronto militar direto entre os blocos dado o poder nuclear. Logo, a confrontação ocorreu de forma indireta, através do patrocínio de conflitos periféricos (Nunes I. F., 1996).

²² Ver Anexo C – O alcance dos mísseis em Cuba.

O segundo argumento de Waltz refere-se à competição global que existe entre os dois blocos de poder e que se estende a todos os quadrantes da política internacional²³, mesmo nos domínios menos importantes, nenhuma das potências quer ser vencida (Waltz, 1964).

Já o terceiro argumento do teórico defende que um fator de estabilidade fundamental do sistema bipolar deriva da pressão consequente da ocorrência de constantes crises. As crises neste sistema são assim um fenómeno positivo, na medida em que significam que nenhum dos interesses das potências, por mais relativo que seja, é esquecido. A manutenção do equilíbrio do poder implica que os atores defendam os seus interesses até ao limite (Waltz, 1964). A ideia de que qualquer confrontação militar direta entre as potências poderia desencadear um conflito nuclear que teria consequências catastróficas, criou um clima de medo potenciado pelo gradual avanço tecnológico (Nunes I. F., 1996).

Por fim, o último argumento afirma que o poder que cada um dos blocos tem no sistema bipolar é tão grande, que para ser posto em causa o equilíbrio de poder, terá de acontecer uma série de alterações, nomeadamente questões de cariz interno, que fragilizem a posição hegemonia dessa potência (Waltz, 1964). Este argumento vai ao encontro do que ditou o fim da Guerra Fria. A subida ao poder de Gorbachev e a sua política de negociação com o Ocidente, a incapacidade de Moscovo de manter a corrida bélica e a explosão nacionalista de algumas das repúblicas que o compunham ditou a implosão do bloco soviético.

A desintegração da URSS e o desaparecimento do Pacto de Varsóvia mudaram a geopolítica e a divisão do poder até aí existente²⁴. Este novo cenário trouxe ao cenário internacional novos atores e novas agendas de debate sobre a segurança internacional. Surgem ameaças não-estatais à segurança internacional, novos tipos de conflitos e a luta pelo poder e expansionismo dão lugar a temas como a etnicidade, a religião, a cultura ou a classe como instrumentos para mobilizar poder e influência, e como legitimadores da conflitualidade violenta e das grandes manifestações regionais (Nunes I. F., 1996).

De acordo com os teóricos institucionalistas neoliberais, o colapso da URSS trouxe realmente uma nova distribuição do poder em que se previa que a unipolaridade americana poderia colocar em perigo as instituições criadas para travar o poder soviético. Porém tal não se verificou e a OTAN tem sido um elemento fundamental no sistema internacional de

²³ Ideológicos, económicos, militares, científicos, tecnológicos, meios de propaganda, comunicação, culturais, entre outros (Waltz, 1964).

²⁴ Ver Anexo D – Mapa da Guerra Fria (1945-1990).

manutenção da paz e aumento os países membros, sendo o alargamento às repúblicas da ex-URSS um dos assuntos da agenda atual da organização (efeito de *spillover*) (Stein, 2008).

Com o fim do conflito bipolar, a ordem internacional altera-se profundamente, existe uma aceleração e um aprofundamento do impacto dos fluxos e nas formas inter-regionais de interação social. O fim do antagonismo entre a URSS e o Ocidente trouxe uma nova abordagem ao conceito de conflito. Os conflitos deixaram de ter um sentido profundo de lógica bipolar, ultrapassando os Estados que nele participam e passam a ter explicação numa escala regional ou local. Como afirmam Miall et al, “...a relação entre as superpotências da Guerra Fria fez desaparecer o mito dos conflitos regionais, pela ideologia e pela simples competição militar ...” (Miall & al, 2004, p. 20). A segurança das pessoas deixa de ser ameaçada estritamente pela violência armada, mas por toda uma panóplia de novos fatores que ameaçam o Estado-nação (Armiño, 2006)

A nível mundial, começaram a surgir movimentos contraditórios, pois a nível político, ocorreu a presença de fenómenos de desintegração, exclusão e decomposição de unidades políticas. No seio de toda esta onda de movimentos surgem os países que pertenceram à URSS, que vivem conflitos internos devido à multiplicidade étnica onde ainda persiste muita população de origem russa que mantém a esperança de se voltar a unir à Federação Russa. Isto cria instabilidade na região, dificultando a tarefa dos governos destes países de desenvolverem políticas que se distanciem das praticadas por Moscovo (Balouziyeh, 2014).

A segurança e a defesa deixaram de ser assuntos estritamente nacionais ou das organizações internacionais, estando hoje ligadas a movimentos com um cariz mais sociocultural e religioso. Como defendem os construtivistas, o sistema internacional é constituído por agentes políticos que atuam de acordo com as suas identidades, interesses e comportamentos, sendo o conflito resultado de equívocos, falhas na comunicação ou diferendos das ideias (Wendt, 1992). Já em termos económicos, assiste-se a fenómenos de agregação, integração e cooperação. As organizações regionais assumem o papel que antes pertencia somente aos Estado-nação na gestão de crises e conflitos regionais, sendo garante de estabilidade regional e de mecanismos de solidariedade regional (Nunes I. F., 1996).

3.6.2. A estratégia de dissuasão

A dissuasão é um conceito que está ligado à ideia que decorre do medo, receio ou temor das consequências de se cometer um ato que possa gerar represália muito violenta. Pressupõe a existência de um clima de rivalidade ou a existência de inimigos identificados

que é preciso alertar para os riscos que correrão se não tiverem em conta os interesses da outra parte²⁵ (Aron, 2002). Dissuasão, soberania e equilíbrio de poder trabalham em conjunto. Quando a dissuasão deixa de ser viável, os outros vetores começam a desmoronar-se (Ikenberry, 2002).

Para os realistas e neorrealistas a dissuasão, enquadrada como capacidade que um país tem de dissuadir a agressão externa, depende da sua capacidade bélica, dos recursos naturais e financeiros que o país possui. É uma questão de poder material que lhe confere poder e capacidade de demonstrar o poder criando temor no seu oponente (Gralnick, 1988).

Considerando a base da teoria institucionalista neoliberal, as instituições poderão servir de instrumento de dissuasão dos Estados. O facto de existir uma relação de cooperação no seio de uma organização pode servir de instrumento dissuasor de um Estado de agredir outro, sob efeito das normas e regras que marcam a presença a essa organização. Adicionalmente o facto de um país pertencer a uma organização acaba por demover o agressor de levar a cabo a sua intenção, dado que tal poderia levar a uma intervenção conjunto por parte dos Estados aliados dessa organização²⁶ (Hellman & Wolf, 1993). Porém o carácter de dissuasão pouco serve à intervenção, já que as organizações estão dependentes da vontade dos seus membros (Keohane & Nye, 1998).

Já a teoria construtivista aborda a dissuasão assente na base da coragem e da coesão do seu povo e do reconhecimento que a sociedade internacional atribui a esse país. Quanto maior for o reconhecimento internacional do Estado, maior será o seu poder de dissuasão (Zagare & Kilgour, 2003).

A dissuasão dos Estados depende da posição que o Estado quer adotar: defensiva, neutra ou ofensiva. Como afirma Aron (2002), “a potência de dissuasão torna-se puramente defensiva no caso do Estado que busca exclusivamente evitar a agressão dirigida contra ele. O Estado neutro só exercita dissuasão em seu próprio benefício; uma formação militar voltada inteiramente para a defensiva satisfaz as exigências da sua diplomacia, também puramente defensiva” (Aron, 2002, p. 510). Este tipo de estratégia mais defensiva ou neutra

²⁵ A estratégia de dissuasão é compreendida como o meio de gerar, organizar e preparar o emprego da força cuja finalidade é a de impedir que o Estado oponente faça uso de certos meios ou tenha certos comportamentos ou concretize as suas ameaças. Para que seja mantido um determinado nível de dissuasão, os Estados tomam medidas de várias naturezas com o objetivo de criar temor aos agentes que ameaçam a sua segurança. Assim, esta estratégia de cariz político procura ter um efeito psicológico nos adversários, retirando-lhes a vontade de agir e o ímpeto agressivo. A dissuasão obriga os Estados a um cálculo de perdas e ganhos e de incertezas (Sousa & Mendes, 2014).

²⁶ Exemplo, os países membros da OTAN, a agressão a um dos membros significa a agressão ao conjunto da organização (Hellman & Wolf, 1993)

é adotada pelos Estados mais pequenos. Baseia-se na criação de sistemas que levem o inimigo a considerar que não vale a pena atacar, uma vez que pode ser um preço demasiado elevado levar a cabo essa agressão (Sousa & Mendes, 2014).

As grandes potências normalmente adotam estratégias de dissuasão ofensiva, podendo assim expandir a sua política e impor a sua influência nos Estados mais pequenos. Em termos estratégicos, esta pode ser definida como o esforço das potências a convencer um país, ou coligação de países a reprimir aquela ação que significa uma ameaça aos interesses e objetivos dessa superpotência ou que pode afetar a paz mundial. Por outras palavras o objetivo é deter o adversário de cometer qualquer tipo de agressão, sob a ameaça de um contra-ataque que poderá criar danos inaceitáveis para o oponente (Kugler, 2002).

Aquando da Guerra Fria, a dissuasão foi marcada pela estratégia americana de contenção cujo objetivo era deter o comunismo em todos os quadrantes. Desta forma, os EUA almejavam que os líderes soviéticos compreendessem que as suas ambições universalistas e revolucionárias não eram exequíveis (Nunes J. C., 2007).

As armas nucleares trouxeram um maior poder de dissuasão às duas superpotências. Neste período a posse deste tipo de armas foi decisiva, dado que o poder de dissuasão dos dois blocos assentava na capacidade de resposta que cada um tinha de infligir danos tremendos a quem desencadeasse o primeiro ataque (o contra-ataque poderia ser esmagador) – a chamada estratégia da Destruição Mútua Assegurada²⁷ (Bogle, 2001).

A estratégia de dissuasão foi um fenómeno marcante em todo o período que se seguiu entre o fim da II Guerra Mundial e a queda da URSS, podendo até considerar-se o mais evidente. A constante competição entre as duas potências pelo domínio económico, domínio político, domínio do espaço, domínio tecnológico e domínio militar (incluindo o armamento nuclear) foi a base de sustentação do conceito de hegemonia bipolar e da definição da rivalidade que marca o conceito de Guerra Fria: “guerra improvável, paz impossível” (Boniface, 1996). Assim, a dissuasão não remete para um ambiente de paz. A impossibilidade de um confronto direto cuja consequência seria a aniquilação total dos blocos oponentes fez com que os cenários de guerra fossem outros. O conflito entre

²⁷ Cada ação tomada e proporcionalidade dos meios usados por cada uma das partes tinham de ser muito bem calculados. Havia uma gestão criteriosa das crises que envolviam as potências. Soviéticos e americanos prepararam-se para uma guerra que não queriam concretizar, tendo na memória o devastador efeito dos ataques nucleares no Japão (1945) – o nuclear tornou-se uma arma de não uso. Mantinha-se assim um “equilíbrio de terror”, as perdas humanas e os danos materiais sem comparação inibiam as superpotências a levar a cabo esse ataque (Aron, 2002).

soviéticos e americanos ocorria de forma indireta, sendo esta também uma forma de dissuasão²⁸ (Kugler, 2002).

Nos dias de hoje, a dissuasão já não se baseia tanto no poder que o agente detém. Hoje os Estados têm de lidar com o imprevisível, pois os agentes dissuasores não têm morada. O terrorismo transnacional torna a estratégia de dissuasão desenvolvida pelos Estados cada vez mais ineficaz (Ikenberry, 2002).

3.6.3. As guerras por procuração

O impasse nuclear entre as superpotências no conflito bipolar fez com que surgissem pelos quatro cantos do mundo as *proxy wars*, também conhecidas como guerras por procuração, ou guerras de substituição ou por delegação. Caracterizam-se como sendo conflitos bélicos fomentados por uma potência sem que se envolva no confronto direto (Cimbala, 2004). Estas guerras serviriam de representação dos interesses das potências através de forças exteriores que alimentam o conflito. Assim, esta conflitualidade caracteriza-se como um tipo de guerra em que os oponentes utilizam partes terceiras, sejam elas forças governamentais, mercenários ou atores não-estatais que agem como seus representantes ou substitutos na condução material do conflito (Bar-Simon-Tov, 1984).

Racionalistas e neorrealistas vêem a Guerra Fria como um produto do equilíbrio de poder e, com base nesta análise, as guerras por procuração serão um instrumento desse poder. São um símbolo da capacidade de os Estados fazerem valer os seus interesses mesmo não estando diretamente envolvidos. Assim, num sistema internacional anárquico, as guerras por procuração configuram mais um instrumento do poder do Estado, pois os Estados mais poderosos tiveram o seu poder de intervenção e de ditar o rumo do conflito a favor do seu interesse e evidenciando o seu poder (Alterman, 2013).

Os institucionalistas neoliberais não fazem uma análise explícita às guerras por procuração, uma vez que nem existiam normas no seio de nenhuma organização que regulassem a conflitualidade indireta, nem estas aconteciam no seio das organizações.

²⁸ Na disputa pelas zonas de influência, as superpotências patrocinavam forças oponentes nas guerras de países terceiros (Guerras do Vietname e Coreia são exemplos) e assim as guerras por procuração (*proxy wars*) também se tornaram um instrumento de dissuasão deste conflito, caracterizando-se como disputas militares de natureza convencional (Gaddis, 1993).

Considera-se que as guerras por procuração podiam ser vistas pelos institucionalistas quando as superpotências agiam através da organização a que pertenciam²⁹ (Hellman & Wolf, 1993).

Quanto aos construtivistas consideram o conflito bipolar como um confronto de ideias, ideologias. Assim, estas guerras são um veículo de expansão do seu domínio ideológico. Assim, considerando o facto de o comunismo ser expansionista, os americanos procuraram impedir este expansionismo através da “teoria do efeito dominó”³⁰ (Bogle, 2001).

A dissuasão nuclear tomou a sua grande repercussão durante o conflito bipolar, consideradas as consequências devastadoras para todos, considerando as armas de destruição em massa que ambos possuíam. Entre 1950 e 1980, soviéticos e americanos intrometeram-se, favoreceram, combateram indiretamente em conflitos civis, conflitos revolucionários ou confrontos armados diretos em países terceiros. O objetivo era bloquear o acesso a quaisquer recursos materiais e imateriais da superpotência oponente (Miller, 2007).

No início da década de 1970, a paridade militar entre os dois blocos, tanto no plano convencional como no que se refere a armas estratégicas era evidente. Moscovo parecia ter uma maior força no apoio às lutas dos povos e pelo expansionismo do socialismo soviético (Bogle, 2001). A URSS desejava mais do que o simples não alinhamento ao capitalismo ou uma neutralidade, pretendia uma cooperação ativa com o comunismo. Os americanos procuravam travar este expansionismo soviético, nomeadamente nos espaços pós-coloniais patrocinando as forças que se opunham. Assim, na Guerra Fria, os conflitos entre as grandes potências eram exportados para os países em processo de afirmação das suas independências, nomeadamente em África e na Ásia (Miller, 2007).

As guerras por procuração serão uma representação de interesses de potências exteriores, sendo que estas alimentam o conflito com apoios financeiros, armamento e muitas vezes até com envio de conselheiros militares. Governos, grupos terroristas, grupos separatistas, mercenários, podem ser utilizados para atingir o inimigo, ao mesmo tempo evita-se uma guerra total entre as potências (Loveman, 2002).

Na altura, o que motivava as guerras por procuração seriam as expectativas de que esses conflitos atingissem e enfraquecessem o oponente e ao mesmo tempo atrair população. Neste período, por todo o mundo, verificaram-se movimentos de descolonização com o

²⁹ Por exemplo as intervenções da OTAN para a manutenção da paz em conflitos que afetam os seus países membros direta e indiretamente são um exemplo do papel das instituições internacionais para a regularização da ação do Estado e para a criação de laços de cooperação entre eles (Hellman & Wolf, 1993).

³⁰ Esta teoria defendia que se um país, ou região, se tornasse comunista, os países com os quais esse fizesse fronteira iriam ser os próximos a aderir a esta ideologia. Assim, eram fundamental para os EUA apoiar países que lutassem contra a expansão comunista (Bogle, 2001).

exacerbar de reações independentistas das colônias, conflitos étnicos, conflitos internos. As superpotências atuavam assim nestes territórios procurando aumentar as respectivas esferas de influência mais precisamente no Sudeste Asiático (Guerra da Coreia 1950-1953), na África Austral (Guerra em Angola 1972-2002), no Médio Oriente (Guerra do Afeganistão 1979-1989) América Central (Guerra Civil da Guatemala 1960-1996) e Caraíbas³¹ (Loveman, 2002).

A Guerra Fria foi um conflito que não opôs apenas americanos e soviéticos, mas fez-se sentir em todo o mundo e esteve presente em todos os acontecimentos que ocorreram na sua vigência. A descolonização em África e as guerras que se seguiram após o período de independência também contaram com a intervenção das superpotências. Assim, este tipo de guerra ocorre quando as potências usam terceiros como substitutos ao invés de lutarem entre si diretamente (Miller, 2007).

³¹ Ver Anexo D – Mapa da Guerra Fria (1945-1990).

CAPÍTULO 4

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO

4.1. Introdução

Uma nação constrói-se com história, que, com o passar dos anos cria uma memória coletiva no seu povo e que dita quem são os seus aliados, inimigos, interesses e as suas perspetivas para o futuro. A Ucrânia, apesar de ser uma jovem nação, desde sempre enfrentou desafios à construção da sua identidade nacional³².

A Crimeia tornou-se a maior fonte de conflito doméstico e internacional deste país. Sendo historicamente ocupada pelos mais diferentes povos, foi o palco das mais diversas batalhas que sempre tornaram indefinida a sua identidade nacional.

4.2. Antecedentes da Ucrânia e da Crimeia

A história da Ucrânia já vem desde o domínio dos povos tártaros sobre os russos. Kiev que é a atual capital ucraniana foi outrora capital de um Estado constituído no século IX, a Kievan Rus, que esteve na génese de três nações eslavas atuais: Rússia, Bielorrússia e Ucrânia (Peres, 2014). Este domínio cessou em 1480, altura em que Moscovo iniciou uma conquista dos territórios que já tinham sido seus. Esta expansão foi muito além dos territórios perdidos e tornou a Rússia num grande império (Hingley, 2003).

A Crimeia pertencera ao Império Otomano durante o período de 1475 a 1774, servindo este Império em muitas frentes de batalha contra polacos, russos e austríacos. Apesar de ainda ter permanecido nominalmente independente por algum tempo, em 1783 a Crimeia foi integrada no Império Russo por Catarina, “a Grande”. Esta conquista permitiu à Rússia o acesso aos Mares Negro, e Mármara e Estreitos de Bósforo e Dardanelos³³ (Howard, 2015). Nessa altura, a Imperatriz mandou construir o forte de Sebastopol, onde foi instalado o quartel-general da frota russa do Mar Negro (Peres, 2014).

³² Ver Anexo E - Mudança das fronteiras ucranianas do Séc. XX ao Séc. XXI.

³³ Ver Anexo F – Mar Negro, Mar de Mármara, Estreito de Bósforo e Estreito de Dardanelos.

A Ucrânia e a Crimeia sempre estiveram ligadas à história do império russo, mas no âmbito deste estudo é essencial expor os acontecimentos desde o século XX.

Na Rússia de Estaline, a Ucrânia sofre o mais duro golpe da sua existência. O líder soviético lança uma política de extermínio em 1932 contra os ucranianos, o Holodomor³⁴, que mata mais de sete milhões de ucranianos à fome, forçando muitos a exilarem-se da região (Rosas, 2014). Este facto trágico ficou para sempre na memória coletiva ucraniana, que via no domínio russo uma opressão à sua identidade coletiva.

Entre 1941 e 1942, no auge da II Guerra Mundial, o exército nazi bombardeou o porto de Sebastopol por mais de 8 meses, perante a inoperância do exército vermelho ao deparar-se com a devastação nazi. Destruíram parte da cidade e aterrorizavam os habitantes. Este episódio ficou na memória dos habitantes russos da região, onde permanece o receio de serem perseguidos e discriminados pelos ucranianos (Bebler, 2015). Porém, tártaros, arménios, búlgaros e gregos da península foram desterrados, sob a culpabilização de terem colaborado com os alemães (Coffey, 2016). Ainda no dia de hoje a Rússia olha para a região como o local onde pereceram muitos russos ao longo da sua história (Azaredo, 2015).

Em 1954 a Crimeia é cedida ao território ucraniano por Nikita Kruchev, líder soviético que sucedeu Estaline, num ato de amizade e por motivo da comemoração do 300º aniversário da unificação dos dois países (Kulike, 2014).

4.3. O fim da Guerra Fria e a independência ucraniana

Durante o conflito bipolar, a Ucrânia pertencera como república soviética à URSS³⁵. Com o fim da URSS, ocorre a independência da Ucrânia em 1991 e surge uma nova ordem no Leste da Europa onde a autoridade soviética é fraca, fazendo com que os conflitos de interesses que emergem dentro desses países seja ainda mais flagrantes.

³⁴ Entre o outono de 1932 e primavera de 1933, sete milhões de agricultores ucranianos foram condenados a morrer de fome. A fome não era devido aos caprichos da natureza, mas foi uma campanha orquestrada por Estaline para punir todos aqueles, em toda a URSS, que se opunham à coletivização forçada. Na Ucrânia o extermínio dos camponeses, o chamado Holodomor, estava também ligado à perseguição da elite intelectual e lutava contra o sentimento patriótico do povo. Informação disponível em: <http://ucrania-mozambique.blogspot.pt/2015/08/ucrania-o-genocidio-esquecido-de-1932.html>. Acedido em: 25 de Março de 2016.

³⁵ Ver Anexo G – Mapa da URSS (1922-1991).

O descontentamento dos ucranianos em relação a Moscovo deflagra quando se dá a o desastre de Chernobyl³⁶, situação que levou o povo às ruas para manifestar o descontentamento relativamente à forma desastrosa como o governo russo lidou com a situação. Nos anos seguintes, os movimentos nacionalistas ucranianos ganharam força e, à semelhança do que ocorria na altura nas repúblicas do Báltico, as mobilizações eram contra o controlo da então URSS. Surge assim o Rukh, o Movimento de Apoio Popular à *Perestroika* que se envolve na luta por uma Ucrânia livre (Wilson, 2000).

Em março de 1991, Gorbachev convoca um referendo na Ucrânia, cujos resultados inequívocos³⁷, favoráveis a uma Ucrânia independente, fortaleceram no seio dos ucranianos o sentimento nacionalista. Os nacionalistas do Rukh convocaram uma votação especial no parlamento, cuja questão central seria a independência da Ucrânia. No parlamento ucraniano a vitória foi unânime a favor de uma Ucrânia independente e, seguido de um escrutínio popular³⁸ que confirmara a vontade do povo em que o país se tornasse independente. Nesse mesmo dia, é eleito o primeiro Presidente ucraniano Leonid Kravchuk (Satzewich, 2003).

Em 1994 foi eleito Presidente Leonid Kuchma cujo mandato foi marcado por reformas na economia e pela ratificação do Tratado de Redução de Armas Estratégicas e do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (a Ucrânia estava em vias de se tornar a terceira potência nuclear do Mundo). Em simultâneo foi assinado o Memorando de Budapeste³⁹ que garantia à Ucrânia a segurança e integridade territorial em troca do seu total desarmamento nuclear (Encyclopedia, 2016).

³⁶ O desastre de Chernobyl foi o maior acidente nuclear de sempre que ocorreu em 26 de abril de 1986 na central elétrica da central nuclear de Chernobyl. Nesta altura esta central estava sob o domínio das autoridades centrais da União Soviética. Uma explosão seguida de um incêndio lançou grandes quantidades de partículas radioativas na atmosfera que se espalharam pela União Soviética e pela Europa Ocidental. Até aos dias de hoje se fazem sentir as consequências deste desastre. Informação disponível em: <http://www.world-nuclear.org/information-library/safety-and-security/safety-of-plants/chernobyl-accident.aspx>. Acedido em: 30 de Março de 2016.

³⁷ 70,5% dos ucranianos votaram a favor da construção de uma nova instituição federativa, e 80,2% votaram a favor de uma Ucrânia soberana. (Wilson, 2000).

³⁸ O referendo popular teve o resultado de 90,3% de votos a favor da independência da Ucrânia. Informação disponível em: (Wilson, 2000).

³⁹ No dia 5 de dezembro de 1994, deu-se na cidade com o mesmo nome, o “Memorando de Budapeste”, assinado pelo Reino Unido, EUA, Rússia e Ucrânia. Neste Memorando, a Rússia garantia a soberania e o tratado de amizade com Ucrânia, garantia que não haveriam disputas ou reclamações territoriais e se comprometia a apoiar a soberania e a integridade territorial da Ucrânia. Em simultâneo, a Rússia, Reino Unido e os Estados Unidos comprometeram-se a não ameaçar e não usar a força contra a integridade territorial ou a independência política da Ucrânia. Não utilizariam a coerção económica como forma da Ucrânia ceder aos seus interesses. Particularmente, estes países reforçaram que iriam se abster de ocupação militar do território dos outros participantes, e qualquer outro uso da força que possa violar o direito internacional. Informação disponível em: <http://ucrania-mozambique.blogspot.pt/2015/12/ucrania-do-memorando-de-budapeste-oat.html>. Acedido em: 30 de março de 2016.

A Crimeia sempre fora uma região de tumultos e nesta altura as tensões faziam-se sentir na região, cuja população é na sua maioria de origem russa⁴⁰. Em 1995, desafiando a governação da Ucrânia a região ameaçou com a separação. Kiev em contrapartida cedeu-lhe uma governação como região autónoma, com constituição própria, mantendo a região sob a sua soberania (Varettoni, 2011). Na mesma altura, a Ucrânia adere à Parceria para a Paz na OTAN, sendo o primeiro país da ex-URSS a aproximar-se do Ocidente (Peres, 2014).

Outra situação que marcou a governação de Kuchma foi a assinatura da cedência de utilização do porto de Sebastopol, localizado na cidade mais importante da Crimeia⁴¹, aos russos. Um acordo que se arrastava em negociações desde 1993 em que a maioria da frota do Mar Negro ficaria sob o controlo da Rússia e em contrapartida seriam sanadas as dívidas pelo fornecimento de petróleo e gás de Kiev a Moscovo. Em 1997 era acordado que a Rússia teria permissão de basear a sua tropa naquele porto por mais 20 anos (Wilson, 2000)⁴².

Em 1998 é assinado entre a Ucrânia e a UE o Acordo de Parceria e Cooperação⁴³. Para os primeiros representou o aproximar-se das instituições europeias e o rumo a uma economia de mercado fomentando o investimento. Para os segundos fora um passo importante para o incremento da estratégia de segurança (Barata P. , 2014).

Em janeiro de 2003 foi assinado entre a Rússia e a Ucrânia um tratado que definia as fronteiras comuns, com exceção do Mar Azov⁴⁴. Em Setembro desse ano, os russos começaram a construir um dique no mar em direção do Estreito de Kerch⁴⁵, provocando uma crise entre estes dois países. O resultado foi um acordo em que a Ucrânia também poderia utilizar esse dique e seria aí delimitada a fronteira entre ambos (Encyclopedia, 2016).

Também em setembro desse mesmo ano, a Ucrânia, Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia começaram negociações cujo objetivo era criar um espaço económico comum (Encyclopedia, 2016). Este espaço desde logo se revelou um instrumento ineficaz de

⁴⁰ De acordo com o último recenseamento, feito em 2001, 58,5% da origem étnica da população é russa, 22,4% de etnia ucraniana, e 12,1 tártara. Informação disponível em: <http://pt.euroneews.com/2014/03/15/importancia-estrategica-da-crimea/>. Acedido em: 3 de abril de 2016.

⁴¹ Ver Anexo H – Mapa da Crimeia.

⁴² Nesse mesmo ano, a Rússia assina um acordo bilateral com a OTAN, o que facilitou as relações com a Ucrânia. Nesta altura começaram negociações para reconhecimento das fronteiras bilaterais (Gaspar, 2005).

⁴³ A União Europeia assinou dez Acordos de Parceria e Cooperação (APC) com a Rússia, os países da Europa Oriental (onde consta a Ucrânia), do Cáucaso Meridional e da Ásia Central. Estes acordos visam consolidar a democracia e desenvolver a economia destes países através de uma cooperação num vasto leque de domínios e de um diálogo político. Informação disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3Ar17002>. Acedido em: 3 de abril de 2016.

⁴⁴ Ver Anexo I – Mar Azov.

⁴⁵ Ver Anexo H – Mapa da Crimeia.

Moscovo para a manutenção de influência numa área que considera vital. Todavia aquando da assinatura do acordo, em 2009, a situação entre ucranianos e russos já era tensa, e os primeiros decidiram não subscrever o acordo (Freire, 2008).

Em 2004 deram-se novas eleições presidenciais na Ucrânia, ocorrendo também um dos acontecimentos mais marcantes da mais recente história das ex-repúblicas soviéticas: a Revolução Laranja (Stern, 2014). Os ideais desta revolução referem-se a uma mudança na liderança, à afirmação de uma nova política mais democrática e a criação de uma nova identidade nacional. Visava a transformação política, institucional, social e económica. A eleição de Viktor Yushenko, derrotando Viktor Yanukovich (que tinha o apoio da Rússia) trouxe à governação um líder mais favorável ao Ocidente, que tinha como bandeira a transição democrática e a luta contra a corrupção nas áreas vitais do país em detrimento da arbitrariedade e restrições dos direitos e liberdades fundamentais que dominavam a política ucraniana. Contudo Yushenko acabou por desiludir não cumprindo as promessas eleitorais (Freire, 2008).

4.4. Oposição europeia e russa pela Ucrânia

A incorporação da Crimeia na Federação Russa em 2014, foi precedida pela crise que ocorreu na Ucrânia. Esta crise surge na sequência da competição que se verificava entre a UE e a Rússia quanto à orientação geoestratégica e económica pela governação ucraniana⁴⁶ (Trenin D. , 2014).

A Federação Russa tenta atrair as antigas repúblicas soviéticas para uma união aduaneira lançada em 2009, a União Eurasiática⁴⁷, fundada em 2014. Além de atrair as antigas repúblicas, esta união económica procura criar uma comunidade liderada pela Rússia, reforçando assim a sua posição internacional (Trenin D. , 2014).

⁴⁶ Em 2008 ocorrera o conflito entre a Rússia e a Geórgia em 2008 que tanto a UE como a Rússia retiraram diferentes conclusões deste conflito e da crise. Os primeiros, através do Programa de Parceria Oriental lançado em 2009, procuraram reforçar a nível económico e político a relação entre a UE e as seis repúblicas pertencentes à ex-URSS, localizadas na Europa de Leste e Cáucaso do Sul . Este seria um passo importante para o futuro alargamento da UE, constituindo uma zona de conforto a Leste da fronteira da União (Trenin D. , 2014).

⁴⁷ A União Económica Eurasiática (UEE) foi ratificada em 2015 em Astana, capital do Cazaquistão. A Rússia é o país impulsor e inclui a Bielorrússia, o Cazaquistão, a Arménia e mais recentemente o Quirguistão. O seu objetivo é a criação de um espaço económico comum que rivalize com a União Europeia no mercado global. Informação disponível em: <http://pt.euronews.com/2015/05/23/uniao-economica-eurasiatica-a-resposta-de-Leste-a-uniao-europeia/>. Acedido em: 5 de abril de 2016.

Desta forma, tanto a UE como a Rússia olhavam para a Ucrânia como um elemento importante para os seus desígnios geopolíticos. A Rússia, principalmente após Vladimir Putin ter assumido a presidência em 1999, observou ali o ressurgimento da geopolítica russa e a recuperação do poder do Estado russo, perdido com o fim da Guerra Fria. Viu também a possibilidade de consolidação como potência, um aspeto central da sua ação política (Aguilar, 2014).

De 2010 a 2014 a Ucrânia foi governada pelo Presidente Viktor Yanukovych, que procurou continuar a tradição de uma política externa multi-vectorial e retirar a vantagens da disputa entre a UE e a Rússia. Assim, este Presidente, apesar de ter o apoio da governação russa, procurou uma aproximação à UE, contudo, não obteve o retorno financeiro desejado por parte desta organização (Trenin D. , 2014).

Em abril de 2010, numa manobra de aproximação a Moscovo, Kiev concordou em alargar o contrato de arrendamento da Rússia sobre a base naval de Sebastopol até 2042 e em troca seriam recebidos descontos no fornecimento de gás. Porém, em 2012, constatou-se que esses descontos nunca existiram. Nesta mesma altura, o Presidente ucraniano rejeitou o processo em curso de adesão à OTAN (Howard, 2015).

A pressão exercida pela Rússia fez também com que, em 2013, Yanukovych suspendesse o acordo político e económico de livre comércio com a UE, assinando um acordo com a Rússia que reduzia as barreiras comerciais entre os estes países, sendo que a Ucrânia receberia ajuda financeira e económica por parte dos russos (Aguilar, 2014).

Esta decisão fez com que em novembro de 2013 ocorressem em Kiev inúmeros protestos contra a governação de Yanukovych e a favor da associação à UE, que para a maioria dos ucranianos correspondia a uma melhoria nas suas condições de vida e uma possibilidade de alavancar a sua adesão à organização (Aguilar, 2014).

Aos protestos civis, conhecidos como movimento *Euromaidan*, juntaram-se grupos nacionalistas provenientes da Ucrânia ocidental, que sempre insistiram numa identidade nacional ucraniana, separada ou até mesmo antagónica à Rússia. O Presidente, que era proveniente da parte oriental do país, era visto como um pró-russo com grandes suspeitas de receber subornos por parte do governo russo para rejeitar o acordo com a UE. Estes grupos foram financiados pela oligarquia ucraniana, que via no movimento *Euromaidan* uma oportunidade de depor o Governo e convocar eleições antecipadas (Trenin D. , 2014).

Em fevereiro de 2014, a situação de tensão em Kiev resultou em confrontos violentos entre os protestantes e forças de seguranças. As negociações entre o governo e a oposição,

não resultaram e várias instalações governativas foram invadidas, principalmente na parte oeste do país (Aguilar, 2014). A situação redundou na demissão do Presidente ucraniano e a retirada das forças de segurança das ruas. Yanukovych abandonou o país e foram convocadas eleições para maio desse mesmo ano.

Logo após este facto, forças armadas tomam os dois aeroportos e o parlamento da Crimeia e Putin mobiliza as tropas para a fronteira do país. Logo de seguida, em março, no parlamento da região da Crimeia é convocado um referendo local para decidir sobre a possível proclamação da independência e uma incorporação do território russo. De acordo com as autoridades locais, mais de 97% dos eleitores foram às urnas e votaram num resultado de 83% a favor da separação da Ucrânia e anexação à Rússia. Perante estes resultados, a região declarou independência em relação ao território ucraniano e pede a incorporação ao território da Federação Russa (Bebler, 2015). Dois dias mais tarde é assinado em Moscovo um tratado que incorpora a Crimeia e o porto de Sebastopol na Federação Russa (Trenin D., 2014).

Os EUA e a UE opuseram-se a esta anexação. Argumentaram que a Rússia havia não apenas violado um acordo internacional, celebrado em Budapeste, em 1994⁴⁸, mas também normas imperativas de Direito Internacional, ao violar a soberania e a integridade territorial da Ucrânia por meio do uso ilegítimo da força (Trenin, 2014).

A Rússia, por sua parte, argumentou que nunca teve nenhuma intervenção militar na Ucrânia antes do referendo, que foram as milícias separatistas da região que lutaram pela separação em relação ao território ucraniano (Balouziyeh, 2014). Depois da queda do governo do Presidente Yanukovych de forma ilegal, as condições que estavam expressas nos acordos firmados não existiam mais. Moscovo justifica assim, que a incorporação da península é fundamentada, uma vez que está a agir de acordo com a vontade do povo da Crimeia. Adicionalmente a conflitualidade e instabilidade que assolava a Ucrânia colocavam em perigo os cidadãos de origem russa, que são a maioria na Crimeia (Bruni, 2014).

⁴⁸ O Memorando de Budapeste sobre Garantias de Segurança é um acordo político assinado em Budapeste, Hungria, em 5 de Dezembro de 1994, oferecendo garantias de segurança por seus signatários com relação à adesão da Ucrânia ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. O Memorando foi originalmente assinado por três potências nucleares: a Federação Russa, os EUA e o Reino Unido. China e França mais tarde deram declarações individuais de garantia também. O memorando inclui garantias de segurança contra ameaças ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política (Editorial, 2014).

CAPÍTULO 5

FATORES GEOPOLÍTICOS E GEOESTRATÉGICOS DAS PARTES INTERVENIENTES

5.1. Introdução

Todas as histórias nacionais são construídas com base em fatores geopolíticos e geoestratégicos, cimentando a sua identidade nacional (Digest, 1988). A geopolítica agrega a ciência política com a geografia, estudando as relações que existem entre a condução da política exterior de um país e o quadro geográfico no qual ela é praticada. Já a geoestratégia é o estudo das relações entre as questões estratégicas e os fatores geográficos, aplicando-se à escala das grandes regiões ou mesmo à escala mundial⁴⁹ (Sousa & Mendes, 2014).

A recente crise criada pela Rússia ao anexar a Crimeia evidenciou a importância geopolítica e geoestratégica de todos os intervenientes que despoletaram a sombra da Guerra Fria. Os russos exploraram as vulnerabilidades ucranianas para benefício próprio, apesar dos esforços políticos e diplomáticos da ONU, da UE e dos EUA (Barata C. , 2014). Já o Ocidente observa a Ucrânia como uma zona tampão na fronteira Leste da Europa e como a localização da rota comercial de grande parte dos recursos energéticos que abastecem o continente, por isso, aproximar este país do bloco europeu sempre foi do seu interesse (Bebler, 2015). Esta disputa trouxe um novo clima de tensão, em que as posições tomadas pelas partes envolvidas demonstram o interesse que os atores têm naquela região.

5.2. Os interesses russos

Com o fim do sistema bipolar, a queda da União Soviética e a falência dos sistemas socialistas da Europa Oriental, a Rússia, como república principal da URSS, perdeu o seu estatuto de superpotência (Heller, 2014).

⁴⁹ Procura compreender a influência dos factos geográficos (económicos, demográficos, sociais, entre outros) nas situações estratégicas, assim como as possíveis consequências, nesses factos geográficos, da aplicação de manobras estratégicas (Sousa & Mendes, 2014).

Vladimir Putin considera mesmo que o colapso da URSS foi a maior “catástrofe geopolítica do século XX” (Monaghan, 2015). Na verdade, a Rússia perdeu o seu estatuto de superpotência para se tornar um Estado da semiperiferia que, por sua vez, é dominada pelo fenómeno da globalização (Pick, 2012). Putin caracteriza-se por ser um Presidente que não desistiu da ideia de recuperar o império soviético, concedendo novamente à Rússia o estatuto de superpotência e apelando aos russos em toda a Eurásia para a "reunificação" de toda a Rússia que se encontrem em territórios do antigo espaço soviético (Tsygankov, 2015). Daí o país ter um papel ativo nos conflitos que emergem no espaço soviético, não demonstrando interesse em que estes conflitos se resolvam pacificamente, sob pena de perder capacidade de influência sobre as partes em conflito (Allison, 2014).

Moscovo exerce na região das repúblicas da ex-URSS, um *smart power*⁵⁰ composto por um *soft power*⁵¹, que se manifesta na presença de organizações não-governamentais pró-russas, campanhas de russificação através da entrega de passaportes e políticas que incentivem a imigração para a Rússia, entre outras (Salmon & Rosales, 2014). Logo em 1991, propôs a criação da CEI⁵², que tinha como objetivo permitir que a Rússia mantivesse controlo sobre os mercados regionais e fortalecer a sua posição sobre os países que pertenceram à URSS e que nunca deixaram de estar sob a influência russa⁵³ (Smith & Harari, 2014).

Verifica-se, nesta disputa de influências pelas repúblicas da ex-URSS, uma luta pela esfera de influências entre a Rússia, UE, OTAN⁵⁴ e também os EUA. Moscovo continua a observar o Ocidente como um rival na disputa pelo poder. Em simultâneo, o Ocidente continua a olhar para a Rússia como uma ameaça, apesar de ter estabelecido várias parcerias. Esta disputa foi um dos fatores que impulsionou a crise da Crimeia, pois a possibilidade da Ucrânia aderir à OTAN e se aproximar de UE e do Ocidente representou para Moscovo uma afronta e uma ameaça à sua política externa de influência (fazendo lembrar o mesmo sentimento que a URSS tinha perante o Ocidente durante a Guerra Fria).

⁵⁰ *Smart power* envolve o uso estratégico da diplomacia, persuasão, capacitação, projeção de poder e influência de modo que seja rentável e legítima como políticas sociais. (Pallaver, 2011)

⁵¹ O *soft power* é a habilidade de um corpo político, como um Estado, para influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros corpos políticos por meios culturais ou ideológicos. Informação disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/reviews/capsule-review/2004-05-01/soft-power-means-success-world-politics>. Acedido em: 10 de abril de 2016.

⁵² Ver Anexo O – Países da Comunidade de Estados Independentes.

⁵³ O objetivo central do Kremlin é evitar que os países vizinhos se aliem a outras potências. Com essa finalidade, Putin tem empenhado uma série de meios diplomáticos, militares e económicos. Desta forma, os primeiros alvos da ofensiva geopolítica russa foram a Geórgia (2008) e a Ucrânia (2014) cujos governos demonstraram vontade de aproximação à OTAN e UE (Götz, 2015).

⁵⁴ Ver Anexo J – OTAN vs Rússia – Orçamento meios de defesa, perspetiva para a década atual.

Kiev é o quinto maior parceiro comercial da Rússia, dependendo de Moscovo em todos os quadrantes da economia (agricultura, indústria, defesa, entre outros). A economia russa será muito afetada se Kiev se aliar à UE ou à OTAN, abrindo fronteiras à política e investimento europeu (Balouziyeh, 2014). Os russos utilizam a sua influência que ainda têm sobre os países vizinhos e a dependência que a Europa tem do gás russo para ganhar terreno sobre a UE e evitar uma possível adesão da Ucrânia ao bloco europeu (Varettoni, 2011). A localização geopolítica do país faz com que os russos façam tudo o que estiver ao seu alcance para manter Kiev longe das alianças militares com o Ocidente. O Kremlin terá de estabelecer uma zona de segurança em toda a sua fronteira ocidental (Götz, 2015).

A Crimeia é uma região autónoma com 25.900 Km⁵⁵ de extensão que antes de ter sido integrada na Ucrânia pertencera à URSS, apesar de ser região ucraniana desde 1954⁵⁶. A sua população é maioritariamente russa⁵⁷ e nunca se sentiu ucraniana. Também a sua localização é um ponto delicado e crucial nos assuntos diplomáticos devido à sua localização geográfica estratégica, sendo uma importante saída para o mar Negro (Bebler, 2015). Assim, ao manter o porto de Sebastopol⁵⁸ sob a alçada russa, Moscovo procura bloquear qualquer ensejo da Ucrânia em integrar a OTAN (Barata P. , 2014).

Em termos geoestratégicos, a Crimeia representa uma vantagem para a Rússia em relação ao Ocidente através das exportações de matérias-primas energéticas sendo zona de passagem dos gasodutos de gás natural que fornecem a Europa⁵⁹. Sendo assim, em termos económicos e estratégicos era importante para Moscovo anexar a região (Teper, 2015)

A crise interna ucraniana proporcionou à Rússia a oportunidade de anexar a península. O argumento foi de que as transformações políticas na Ucrânia entraram num estado de caos e configuravam uma ameaça à segurança dos cidadãos russos e militares

⁵⁵ Ver Anexo H – Mapa da Crimeia.

⁵⁶ Segundo uma das narrativas oficiais na Rússia, Putin reconquistou para a Rússia o território onde o sangue russo foi derramado durante a Guerra da Crimeia (1853-1856) e a II Guerra Mundial, mas que em ambos os conflitos saiu vitorioso, mostrando a glória e o poder sem precedentes dos militares russos (Suslov, 2014).

⁵⁷ Os habitantes, 2.033.736 são maioritariamente russos (58,3%) (sendo a percentagem ainda maior na cidade “independente administrada por Moscovo Sebastopol) seguindo-se ucranianos (24,3%), tártaros da Crimeia (13%), e os restantes bielorrussos, tártaros arménios, judeus e outras nacionalidades. Por isso, tendo em vista a crise ucraniana, o líder russo reagiu rapidamente (Burke-White, 2014).

⁵⁸ É crucial para os russos manterem o controlo do porto de Sebastopol e em simultâneo da parte oriental do mar Negro, do estreito de Kerch e do mar de Azov. Como instalação militar, é um dos melhores portos navais da região. Sendo um porto de águas profundas e formações rochosas porosas é há séculos um elemento militar estratégico para Moscovo (Varettoni, 2011).

⁵⁹ Ver Anexo L – Mapa de gasodutos na Europa.

residentes no território ucraniano e por isso a Rússia invocou a “responsabilidade de proteger⁶⁰” os seus nacionais (Salmon & Rosales, 2014).

A incorporação da Crimeia permitiu o envio de uma mensagem política russa para Kiev, dando a entender que qualquer afastamento da Ucrânia dos interesses estratégicos russos poderia correr o risco de desmembramento de parte do seu território (Götz, 2015). Em simultâneo consolidou a política interna russa evitando que esta onda revolucionária democrática das repúblicas da ex-URSS proliferem para o país (Suslov, 2014).

Moscovo também argumentou que a queda do governo de Yanukovych de forma ilegal inviabilizou os acordos firmados entre os dois países e, considerando a importância daquela região ucraniana para os russos, a atuação russa estava perfeitamente justificada (Prazeres, 2014). Putin não pretendeu uma invasão de larga escala à Ucrânia, mas sim reconquistar algum controlo sobre a orientação da política externa daquele país, espalhando a sua influência pela zona oriental da Ucrânia, que se manifesta pró-russa e contra as manifestações de orientação ocidental que ocorrem no país (Götz, 2015).

A pressão política e económica, o patrocínio aos separatistas da Crimeia e a incorporação unilateral da região denotam como Moscovo se assume como a potência na região e impõe a sua influência nem que seja através da força, nas zonas que considera do seu interesse estratégico.

5.3. Ucrânia e a construção da soberania

Desde a sua independência, em 1991, a Ucrânia soube tirar proveito da sua posição intermediária e utilizou a Europa e os EUA para equilibrar a influência russa e a Rússia para contrabalançar a influência dos ocidentais. A Ucrânia tem procurado afirmar a sua identidade nacional, procurando criar um modelo de Estado de direito⁶¹ assente numa economia de

⁶⁰ "Responsabilidade ao proteger" (R2P) assenta em três pilares: (a) o Estado é o principal responsável de proteger suas populações do genocídio, dos crimes de guerra, das limpezas étnicas e dos crimes contra a humanidade; (b) a comunidade internacional tem de cooperar e assistir os Estados no cumprimento das suas responsabilidades; (c) as medidas anteriores falharem, a comunidade internacional estaria autorizada a fazer recurso à ação coletiva, seguindo as normas e procedimentos estabelecidos pela Carta da ONU, para proteger as populações em situação de risco. Informação disponível em: <http://www.responsibilitytoprotect.org/index.php/component/content/article/134-americas/2519-a-tribuna-gilberto-rodriguez-and-andres-serbin-responsabilidade-de-proteger-portuguese->. Acedido em: 12 de abril de 2016.

⁶¹ Com a adoção pelos ucranianos do modelo de Estado de direito, baseado na separação de poderes, confere-se uma maior independência do poder legislativo face aos outros poderes, executivo e judicial, promovendo assim um Estado de direito, de liberdade de imprensa, com um regime eleitoral livre permitindo aproximar-se dos valores ocidentais.

mercado⁶², muito diferente do modelo soviético que, por sua vez, era baseado na economia planificada⁶³. Porém, na prática, a aplicação destes valores coexiste com a herança soviética e velhos hábitos (Barata P. , 2014).

A Ucrânia é um país caracterizado pela sua pluralidade política em que surgem vários grupos – partidários e não-partidários – que disputam o poder na Ucrânia ou tentam influenciar as posições diplomáticas e medidas económicas do país⁶⁴ (Stern, 2014). Estes fatores influenciam a estabilidade do país e o facto desta luta ser constante faz com que, ao longo dos anos, este país ainda não tenha construído uma governação estável e duradoura⁶⁵.

A política externa ucraniana, até esta crise, caracterizou-se como uma política que segue vetores múltiplos, procurando equilibrar-se entre a Rússia e o Ocidente (EUA, UE e OTAN)⁶⁶. Pode-se assim considerar que Kiev tenta tirar partido da luta que estes agentes levam a cabo pela influência do país. Conforme a oportunidade que lhe pode ser proveitosa, o governo aproxima-se do agente que lhe faculta essa oportunidade (Freire, 2009).

Internamente a Ucrânia tem encontrado muitas dificuldades em manter a estabilidade. A instabilidade dos sucessivos governos, as políticas sociais e económicas débeis e fortemente dependentes da Rússia, a corrupção, a influência das elites na política, os governantes e a relação conflituosa com a oposição têm provocado divisões na sociedade, incluindo o surgimento de movimentos separatistas como os que atuam no Leste do país (Barata P. , 2014).

A nível económico, o destino das exportações da Ucrânia é na sua maioria para os países da CEI representando 38% das suas exportações em 2012, e para a UE é de cerca

⁶² É um sistema económico em que os agentes económicos (empresas, bancos, prestadoras de serviços, agricultores, entre outros) podem atuar com pouca interferência governamental. Existe iniciativa privada. É um sistema típico da economia capitalista e dos países ocidentais. Informação disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$economia-de-mercado](http://www.infopedia.pt/$economia-de-mercado)

⁶³ A Economia planificada é um sistema económico no qual a produção é prévia e planeada pelo Estado, na qual os meios de produção são propriedade do Estado e a atividade económica é controlada por uma autoridade central que estabelece metas de produção e distribui as matérias-primas pelas unidades de produção. Informação disponível em: <http://www.hist-socialismo.com/docs/KatassonovMilagreEconomico.pdf>. Acedido em: 15 de abril de 2016.

⁶⁴ Anexo M – Divisão política e cultural da Ucrânia.

⁶⁵ Ver Anexo N – A situação das regiões de Leste da Ucrânia.

⁶⁶ Procurava integrar-se na UE e em simultâneo preservar as boas relações com Moscovo. Assim, em termos político e estratégicos a Ucrânia estava orientada para o Ocidente, enquanto a orientação pro-Rússia se manifesta nos campos económico e cultural. Estas intenções de tirar melhor partido possível da sua posição estratégica também estão presentes na perceção da Ucrânia de que a OTAN e os EUA são um meio garantidos da sua independência e integridade territoriais e de que mantendo em simultâneo relações históricas e culturais com a Rússia, mantém o acesso à CEI, que lhe permite o acesso a um mercado que não tem regras tão rigorosas de acesso como a UE e consegue lucros rápidos e escoamento de produtos (Freire, 2009).

25%⁶⁷. Na verdade, a parte da UE tem vindo a diminuir gradualmente, enquanto a percentagem dos países da CEI tem aumentado na última década (Smith & Harari, 2014).

A crise política ucraniana resultante da Revolução Laranja resultou em ameaças de corte de fornecimento de gás por Moscovo. O presidente da empresa estatal russa Gazprom⁶⁸ declarou que se o governo ucraniano não pagasse a dívida que tinha com a empresa, relativo ao fornecimento de gás, os gasodutos seriam encerrados e seria cortado o abastecimento.

A Crimeia foi até 2014 território da Ucrânia, ligada ao continente europeu pelo istmo de Perokop. Um fator importante da região é o seu valor económico, dado ser uma grande produtora de grãos e vinhos, apresentando também uma avançada indústria alimentar. Os portos da Crimeia também são responsáveis de grande parte do escoamento da produção agrícola ucraniana que segue em direção à Europa e à Rússia. Aliás os principais portos da marinha ucraniana localizam-se nesta península (Calbraith, 2014).

Sendo aquela região território ucraniano, Kiev consegue controlar a atividade marítima no mar Negro e retiram também lucro da utilização dos russos do porto de Sebastopol. Também é através da Crimeia que a Ucrânia realiza uma considerável parte de suas importações, incluindo do gás natural russo, conseguindo também controlar os *pipelines* de petróleo e gás russos que abastecem a Europa e atravessam aquela região (Calbraith, 2014).

A nível cultural, a península sempre se assumiu como distinta do resto do território. A maioria da população fazia questão em preservar a língua e cultura russas. Em simultâneo consideravam que, se o território pertencesse à Rússia, beneficiaria de melhores condições de vida (Keating, 2014).

Atualmente a Ucrânia perdeu a soberania sobre a península e teme que esta situação tenha um efeito de contágio e que o país sofra um desmembramento maior do que apenas o da própria Crimeia. Por isso, em termos políticos, a Ucrânia cada vez mais procura uma aproximação ao Ocidente e sua integração no bloco europeu.

⁶⁷ Ver Anexo P – A exportação ucraniana de bens e serviços por destino (1996-2012).

⁶⁸ Gazprom é uma empresa de energia russa. É a maior empresa da Rússia e é a maior exportadora de gás natural do mundo. É controlada pelo estado russo e tem partes das ações privatizadas. A companhia tem investimentos de empresas alemãs. Exporta gás natural para a Europa através de gasodutos na Ucrânia e Bielorrússia. Fornece 60% do gás natural da Áustria, 35% da Alemanha e 20% da França. Informação disponível em: <http://www.gazprom.com/about/>. Acedido em: 13 de abril de 2016.

5.4. Os interesses do Ocidente

Desde o fim da Guerra Fria, a UE observa o Leste da Europa como uma área de oportunidade de reforço da sua segurança económica e energética, uma vez que um dos objetivos do bloco é a criação da estabilidade na vizinhança da União. Através de uma política *de soft power*⁶⁹ o bloco europeu procura estender a cooperação ao nível político, económico e de segurança, de forma a manter os países daquela zona sobre a sua esfera de influência (Barata P. , 2014).

Através da Política Europeia de Vizinhança (PEV) e da Parceria Oriental, a UE procura criar condições que se tornam atrativas para os países de Leste se tornarem parceiros do bloco económico. A Ucrânia tem uma posição privilegiada dado que nenhum outro país não membro tem as vantagens que os países de Leste têm relativamente ao acesso ao mercado da União. Tem sido muita a pressão que a UE lança sobre estes países, pois assim consegue criar uma zona tampão relativamente à Rússia e manter a estabilidade nas fronteiras do espaço comunitário (Archick, 2016).

Porém, apesar de a Parceria Oriental oferecer uma parceria singular à Ucrânia, não indicava a possibilidade deste país poder vir a ser membro. Ou seja, demandava toda uma série de reformas mas sem o incentivo deste país poder fazer parte da UE (a parceria apenas se baseia na cooperação política e económica) (Freire, 2009).

Porém, há uma relação comercial profunda no fornecimento de energia russa para o espaço da UE, especialmente entre a Rússia e a Alemanha (Westphal, 2014)⁷⁰. Há uma grande interdependência económica entre estes dois países que torna difícil uma adesão dos

⁶⁹ Em 2004, devido ao alargamento da UE, foi lançada a Política Europeia de Vizinhanças (PEV), que permitiu a criação de um laço político mais forte entre a UE e os países a Sul do continente e os países de Leste, neste caso de salientar os que pertenciam à URSS. Este relacionamento deu ímpeto para uma integração económica e aliança política mais profundas. A Rússia, apesar de ser um país a Leste que faz fronteira com a UE não subscreveu a aliança (Barata P., 2014).

Em 2009 é lançada a Parceria Oriental que tinha como objetivo apoiar os países que pertenceram à URSS (Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia) a encontrarem o seu caminho político, que passava pela consolidação da democracia, da integração da economia de mercado, promovendo a mobilidade e a cooperação destes países com a UE, sendo que a Ucrânia é de longe o maior parceiro comercial dentro destes países (Barata P., 2014). Esta estratégia política de *soft power* sobre estes países de Leste procura assim manter ativa a sua política de vizinhança que, nos dias de hoje é o principal instrumento político securitário da UE. Desta forma a organização permanece como um ator de influência nestes países e na região (Barata P., 2014).

⁷⁰ Na Gazprom, por exemplo, o Estado russo é o acionista maioritário, tendo a palavra final em todas as decisões estratégicas da empresa. Esta empresa tem no bloco europeu a sua maior fonte de lucro, o que significa uma fragilidade para a economia russa, considerando que representa 25% do rendimento atual de toda a Rússia por meio de impostos e fluxos financeiros. Verifica-se assim uma situação de interdependência entre a UE e a Rússia (Pick, 2012).

países pós-soviéticos à UE, dado que quando ocorrer uma integração, a Rússia considerará uma afronta e uma invasão da sua zona estratégica (Pick, 2012).

A UE teve um papel na crise da Crimeia podendo considerar que está na sua origem, pois será como que uma “causa não provocada” do conflito, pois foi a assinatura e/ou negação do acordo relativo à associação e livre comércio que esteve na origem na crise política e da instabilidade que se verificou. Esta pretensão colidiu de frente com os interesses da Rússia na área, causando uma situação de tensão entre os países da UE e a Rússia que não se verificava deste o fim da Guerra Fria (Martín, 2014).

Os alemães e as antigas repúblicas da ex. URSS são dependentes do gás natural russo que é abastecido por gasodutos que atravessam a região da Crimeia. A Rússia também é um forte mercado importador de tecnologia alemã. Estes dois fatores são influenciadores da UE se inibir de qualquer manifestação mais expressiva como forma de condenação da integração da Crimeia na Federação Russa (Prazeres, 2014).

Todas as ações económicas, políticas e diplomáticas que desenvolveu perante esta crise foram tomadas de forma cuidadosa para que não compromettesse de forma decisiva os seus interesses económicos (Prazeres, 2014). Em 22 de julho de 2014 os Ministros de Negócios Estrangeiros da UE aprovaram a criação de uma missão de Reforma do Sector da Segurança (RSS) a pedido das autoridades ucranianas. Esta missão, que tem um período inicial de dois anos, enquadra-se no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa. O seu objetivo será fomentar a estabilidade no país, contribuindo para o reforço do Estado de direito na Ucrânia, em que todos os cidadãos terão os seus direitos salvaguardados. A sede será em Kiev, mas com representação nas diferentes regiões da Ucrânia (Martín, 2014).

Já aos EUA sempre procuraram estabelecer relações bilaterais com a Ucrânia, que, apesar de nunca ter integrado a OTAN, apoiou a sua criação. A Ucrânia tem participado nas operações de paz desta organização, mesmo sem efetivamente fazer parte da mesma. A adesão à aliança militar comprometeria a relação com a Rússia (Andreev, 2014).

Os EUA assumem-se como a atual potência e líder mundial e perante a integração da Crimeia no território da Rússia era fundamental que tomasse uma posição política sobre esta questão. Os norte-americanos estavam comprometidos com os ucranianos desde o Memorando de Budapeste em que Kiev abdicou do armamento nuclear e exigiu a participação dos EUA como garante dos tratados. Porém Putin mostrou-se irredutível na decisão tomada (Bebler, 2015).

Norte-americanos e europeus não reconhecem a legitimidade e a legalidade do referendo que ocorreu na Crimeia em março de 2014. O Presidente Barack Obama informou,

aquando da anexação, que considerava a ação russa uma violação da Lei Internacional, sendo uma falha às obrigações russas perante a Carta das Nações Unidas, bem como aos acordos assinados entre a Ucrânia e a Rússia, como é o caso dos Acordos de Helsínquia e do Memorando de Budapeste, no qual Moscovo se comprometeu com os EUA e a Grã-Bretanha que iria respeitar a independência e as fronteiras da Ucrânia, em troca da retirada de suas armas nucleares desse país (Sofer, 2014).

O presidente americano aliou-se ao presidente ucraniano nesta crise da integração da Crimeia no território russo. Obama enfatizou que os EUA procuram encontrar uma solução diplomática para a crise considerando esta a melhor via para solucionar o diferendo. Mesmo quando as tropas russas controlavam a região de Crimeia e já estava em curso o referendo de março de 2014, o líder americano insistia junto de Putin que o novo governo em Kiev continuava disponível para negociações com Moscovo e que poderiam encontrar uma solução diferente para a situação criada naquela península (Aliu & Jashari, 2015).

Adicionalmente, os membros da OTAN decidiram suspender a cooperação com a Rússia, até que o país comece a retirar as tropas da fronteira ucraniana, considerando que o poder bélico entre russos e ucranianos é claramente desigual⁷¹ (Croft & Siebold, 2014). A incorporação da Crimeia pela Rússia fez com que muitos investidores estrangeiros ocidentais retirassem os investimentos daquela região, como é o caso da *McDonald's* (Aliu & Jashari, 2015).

A crise da Crimeia criou instabilidade para os governos ocidentais, notadamente a UE e os EUA que não veem com bons olhos um eventual crescimento do imperialismo russo na região. Por esta razão, o Ocidente iniciou uma série de sanções diplomáticas e comerciais contra a Rússia com o objetivo de enfraquecer Moscovo e pressionar Putin a recuar, o que vem contribuindo para elevar a tensão tanto em nível local quanto à escala mundial (Tsygankov, 2015). O Ocidente deve entender que, para a Rússia, a Ucrânia e concretamente a região da Crimeia nunca pode estar sobre a influência de outros países. As suas raízes sempre estiveram ligadas e durante séculos, e os russos sempre estiveram presentes, mesmo após a sua independência, por isso não abdicarão destas regiões facilmente (Kissinger, 2014).

⁷¹ Ver Anexo Q - Capacidade de confronto entre a Ucrânia e a Rússia.

CAPÍTULO 6

A INTERVENÇÃO E A REAÇÃO INTERNACIONAL

6.1. Introdução

Em 2014, a crise ucraniana resultou na anexação da Crimeia pela Rússia em março desse ano. A situação foi notícia em todo o mundo. Vários países manifestaram a sua posição relativamente ao sucedido, nomeadamente a UE e EUA que condenaram ação russa de anexar unilateralmente aquela região que fazia parte do território da Ucrânia. As posições dos Estados começaram a manifestar-se, havendo quem considerasse uma violação flagrante do direito internacional e por outro lado quem esperasse que a Rússia tivesse uma justificação credível para o sucedido⁷² (Urban, 2014).

A situação terminou por opor a Rússia à Ucrânia, UE e EUA. Instalou-se um novo clima de tensão entre estes países que trouxe um novo ambiente de rivalidade e conflitualidade no continente europeu.

6.2. A crise ucraniana: o poder da Rússia e os interesses do Ocidente

Após a dissolução da União Soviética a identidade russa tem sido difícil de se impor internacionalmente. Cidadãos de origem russa ficaram espalhados por repúblicas da ex-URSS e sempre ficou na nação russa o desejo de unir todos os seus nacionais, à semelhança do que acontecia durante o império soviético (Teper, 2015). Esta ideia do imperialismo soviético está próxima do que defendem os construtivistas. A Rússia perdera a imagem de grande superpotência e procura a todo o custo voltar a conquistar essa posição no cenário internacional⁷³ (Wendt, 1992).

⁷² Ver Apêndice A - Análise da legalidade da intervenção russa na Crimeia.

⁷³ O difundir da Rússia como uma grande nação onde se devem reunir todos os russos é um exemplo de como os bens imateriais, nomeadamente a língua e etnia russas servem de ímpeto para que aquele país procure a recuperar o estatuto de grande potência. Além disso esta ideia imperial assenta na criação de uma identidade russa que Putin pretende novamente reunir, tornando aliados e sobre a influência russa as ex-repúblicas soviéticas.

Por outro lado, desde o fim da Guerra Fria, a Ucrânia tornou-se um ponto geopolítico de interesse na Europa. Por outro lado, a UE procura aproximar aquele país da sua esfera de influência. Já a Rússia opõe-se a qualquer aproximação, temendo a influência política dos países ocidentais naquela região (Marxsen, 2014). A Ucrânia tentou tirar partido desta disputa assumindo uma política multi-vectorial, onde retira vantagem da relação com os vários atores com que se relaciona e que têm interesse naquele país. A teoria realista das relações internacionais analisa esta posição ucraniana, à luz das explicações que consideram que qualquer Estado que tenha ameaça à sua sobrevivência só a poderá minimizar quando este atinge tanto poder como o Estado hegemónico ou é aliado de Estados que possuem poder. Neste caso, a Ucrânia ao sentir-se ameaçada pela Rússia procurou o apoio da UE e dos EUA para condenar a ação russa e inverter a anexação da Crimeia.

Contudo, a Rússia tem um interesse fundamental em território ucraniano, devido à localização da frota do Mar Negro e do facto de ser importante parceiro comercial. A Rússia procurou impedir a adoção do Acordo de Associação UE-Ucrânia, que foi programado para ser assinado em novembro de 2013. A crise ucraniana surge com a recusa do Presidente Yanukovich de assinar esse acordo. Os protestos foram violentos e o confronto com as autoridades resultou em centenas de feridos e mortos (Marxsen, 2014).

A Rússia usou força militar para tomar o controlo da península e para forçar as tropas ucranianas a não intervir no processo de secessão da Crimeia⁷⁴. Os atos da Rússia não tiveram a legitimação internacional, uma vez que não obteve qualquer legitimidade para intervir a fim de resgatar os cidadãos russos⁷⁵. A intervenção na Crimeia, a convite de Yanukovych, não foi válida e depois da incorporação a Crimeia não se tornou um Estado independente com capacidade para convidar as tropas russas (Marxsen, 2014).

Putin segue assim a tradição das potências interagirem com as leis internacionais, reinterpretando e redefinindo as regras de forma a servir os seus próprios interesses (Burke-

⁷⁴ Após o referendo tropas russas assumiram abertamente o domínio sobre a região, apreenderam o equipamento militar ucraniano e forçaram as tropas ucranianas a renderem-se.

⁷⁵ Do ponto de vista do direito internacional, a Crimeia ainda pertence à Ucrânia, pois considerando que a península não se tornou um Estado independente, não tem autonomia que lhe permita estabelecer qualquer relação convencional com Moscovo e assim validar a incorporação. A resolução / RES / 68/ 262 de 2014/03/27 da Assembleia Geral da ONU de 27 de março de 2014 foi aprovada com 100 votos, 58 abstenções (incluindo a da China) e 11 países que rejeitaram esta resolução. Apenas um pequeno número de Estados reconheceu a incorporação da Crimeia na Federação Russa, enquanto a maioria dos estados se opõe (Marxsen, 2014). Esta resolução veio mostrar que os institucionalistas neoliberais não têm razão de que as organizações internacionais, juntamente com os regimes internacionais regularizam a conduta externa dos Estados. Em, boa verdade a Assembleia Geral da ONU procurou regularizar e punir a Rússia pela sua conduta, porém dada a posição que este país tem no Conselho de Segurança da ONU e no sistema internacional a Resolução não surtiu grande efeito para intimidar Moscovo no sentido desta reverter a incorporação da Crimeia.

White, 2014). A incorporação do território e o facto de as forças que atualmente patrulham a Crimeia serem russas são argumentos fortes de que a Rússia é uma potência ocupante de um território que não lhe pertencia. Pode-se considerar que Putin quer controlar a Crimeia e destabilizar a Ucrânia, daí o alimentar da situação no leste do país. Há aqui uma referência ao realismo das relações internacionais que defende que qualquer ameaça à sua sobrevivência só poderá ser minimizada quando a potência regional atinge tanto poder como o Estado hegemónico (Waltz, 1959).

Mesmo assim, a anexação não significa que a Rússia se tenha tornado uma superpotência ou que esteja a ressurgir como uma potência hostil (Salushev, 2014). Mesmo assim, as políticas de Vladimir Putin estão cada vez mais a assumir um teor imperialista e as constatações deste facto fazem-se sentir um pouco por toda a sociedade internacional. O presidente dos EUA, Barack Obama refere-se ao sentimento revanchista de Putin sobre a perda da URSS, sendo esta a principal motivação para as suas ações. A chanceler alemã Ângela Merkel considera que a atitude russa está ao nível do imperialismo do século XX da URSS, mostrando-se contra o domínio soviético da Europa Oriental. O líder ucraniano considera que Putin quer restaurar a URSS à custa da Ucrânia e que esta será o primeiro alvo do imperialismo russo (Teper, 2015).

Moscovo sente que é livre de atuar nestes países, considerando as leves consequências que sofreu com a ocupação da Ossétia do Sul e da Abecásia em 2008. José Milhazes considera que desta forma a Rússia poderá fazer incursões noutras áreas da região, pois a Rússia considera que a UE está mergulhada numa profunda crise que a impedirá de reagir atempadamente e de forma dura a este tipo de ações. Por outro lado a OTAN está constrangida pelo desinvestimento que tem ocorrido na organização desde o fim da Guerra Fria e os EUA estão mais preocupados com os numerosos conflitos no Médio Oriente (Milhazes, 2016).

Há também uma tentativa de demarcação, por parte de Moscovo, em relação aos valores defendidos pelos países do Ocidente⁷⁶ (Bebler, 2015). Como Milhazes afirma⁷⁷, a situação da Crimeia foi uma ação monumental de propaganda, tanto interna como externamente (Milhazes, 2016).

⁷⁶ A Rússia provavelmente estará cada vez mais isolada política e economicamente defendendo a teoria do “Choque de Civilizações” em que a Rússia se encontra isolada na Europa na defesa dos valores ortodoxos e do corporativismo e que os cidadãos de origem russa deveriam unir-se à sua nação de origem. Os cidadãos de origem russa que vivem nas repúblicas independentes sentem que pertencem ainda ao Império Soviético e ainda se consideram russos na sua maioria (Moreira, 2016).

⁷⁷ Ver Apêndice B – Entrevista a José Milhazes.

José Milhazes considera que a Rússia incorporou a Crimeia e considera que esta anexação poderá não ser a única levando a um efeito dominó no antigo espaço soviético e outros países do Leste da Europa. Para Moscovo, a situação tornou-se mais uma forma de mostrar que está numa fase de renascimento do seu poderio militar e que tem interesses e direitos especiais sobre o espaço pós-soviético⁷⁸ (Milhazes, 2016).

O presidente russo está assim a seguir o seu objetivo de concentrar o poder político do seu país nas suas próprias mãos e no seu partido: Rússia Unida. A sua forma de governo baseia-se numa hierarquia vertical, caracterizada por um autoritarismo populista do qual nem o poder judicial é independente. Esta forma de governo é aprovada e legitimada pela maioria dos russos (Sakwa, Galeotti, & Balzer, 2015).

A Crimeia tem um lugar específico na literatura russa e história russa. Por isso, os russos consideram que Crimeia faz parte da Rússia, mesmo os que criticam a governação de Putin. Para o atual regime russo, a península é, portanto, não só uma questão de política externa, mas também tem um grande simbolismo interno, nomeadamente na construção da narrativa atual que está a ser defendida pelo Kremlin, em que Putin se personifica num defensor da identidade russa e da nação contra as ameaças das forças externas (leia-se a UE, OTAN e os EUA) que estão dispostos a enfraquecer o país. Tal ideologia vive entre a maioria da população russa e isso explica em parte por que a liderança atual está a desfrutar de um enorme apoio de sua população (Lion, 2016). Como Milhazes afirma, a situação da Crimeia foi uma ação monumental de propaganda tanto interna como externamente (Milhazes, 2016). Já Adriano Moreira refere que grande parte da população da Crimeia se sente russa. Que a incorporação ocorre no seguimento de uma ideologia de Império russo, onde a Rússia sempre teve muitas nacionalidades incorporadas e que adicionalmente existe o problema do acesso ao Mediterrâneo e que o controle da Crimeia permitirá esse acesso (Moreira, 2016).

6.3. As retaliações e sanções económicas e consequências

As sanções a aplicar teriam de ser aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que, tendo a Rússia como membro permanente, impede que estas sanções ocorram

⁷⁸ Há assim uma nova ideia de “Pan-Rússia” que inicialmente seria composta por russos, ucranianos e bielorrussos. Sendo esta a base para a construção do grande Estado russo. Como afirma Adriano Moreira, o próprio presidente Putin afirma claramente que a sua fronteira de interesses é muito superior à sua fronteira geográfica, e que a UE não deveria alterar a sua fronteira de interesses (Moreira, 2016).

de facto⁷⁹. O Estado agredido, neste caso a Ucrânia não tem meios de retaliar contra a Rússia de modo a fazê-la reverter a sua intervenção na Crimeia.

Uma série de retaliações foram impostas unilateralmente pelos EUA e pela UE à Rússia como medida coerciva. Essas retaliações passam pelo cancelamento de vistos, suspensão de cooperação financeira e rompimento de relações diplomáticas e contramedidas que consistem em bloqueio e congelamento de bens⁸⁰. Contudo a Rússia teima em não aceitar estas sanções e estes países não têm como efetuar uma retaliação mais incisiva dado que neste caso os Estados europeus sairiam mais prejudicados que a Federação Russa (Allison, 2014).

Este facto comprova a política assertiva de Putin que ignora as recomendações dadas pelos outros países do sistema internacional. Mesmo com o anúncio de retaliações, o presidente russo faz “braço de ferro” e não demove a sua estratégia de incorporação da Crimeia e de incentivo a movimentos separatistas nas repúblicas da ex-URSS. O facto de a Rússia ter levado a cabo a sua ação ignorando as retaliações de natureza financeira, económica e diplomática⁸¹ mostra o falhanço da estratégia de dissuasão económica e diplomática da UE. Enquanto, durante a Guerra Fria, a dissuasão funcionava e uma

⁷⁹ Esta situação expõe a dificuldade do direito internacional em punir os donos do poder (Pick, 2012).

⁸⁰ Em 12 de março de 2014, a UE acordou um primeiro conjunto de retaliações contra a Rússia inéditas desde o fim da Guerra Fria. As medidas incluem a proibição de viagens e restrições de vistos, bem como o congelamento de bens de empresas russas que patrocinaram a incursão russa na Crimeia. O Kremlin retorquiu respondendo na mesma moeda e estabelecendo sanções unilaterais sobre alguns países da UE, tirando vantagem da relação económica que existe entre ambos (Smith & Harari, 2014).

As retaliações norte-americanas também foram enunciadas no mesmo dia das da UE. O Senado aprovou também uma medida em que fornecia 50 milhões de dólares à Ucrânia, para investir na implementação da democracia, governação e assistência à sociedade civil e 100 milhões de dólares para Kiev investir no reforço da segurança reforçada e garantiu mais 1 bilião de dólares em garantias bancárias e transferências diretas (Smith & Harari, 2014).

⁸¹ O objetivo destas retaliações é além de fazer com que a Rússia volta atrás, é criar um conjunto de medidas que visam isolar a Rússia politicamente imediatamente causando um afundamento do seu mercado de ações, criando uma enorme fuga de capitais e o consequente enfraquecimento do rublo (Trenin D., 2014). A Alemanha proibiu viagens e congelou bens de empresários e políticos russos e manifestou a sua vontade de encetar uma série de sanções comerciais, apesar de Berlim ter uma forte ligação com Moscovo que depende muito do fornecimento de gás russo (cerca de 35% das suas importações) (Larsen, 2014). Adicionalmente, a Rússia foi expulsa do G8 por proposta alemã, do FMI e da OSCE (Legvold, 2014). O Reino Unido decidiu suspender a cooperação militar e as exportações de armamento para a Rússia e pediu aos aliados europeus para bloquearem as exportações a Moscovo (no entanto os britânicos foram cuidadosos pois o país tem muito russos exilados e as suas escolas são a eleição dos magnatas russos para a educação dos seus filhos) (Larsen, 2014). Mesmo assim, este país foi o mais realista ao consciencializar os outros membros da UE relativamente às consequências de endurecer as retaliações contra a Rússia: “ao darmos um soco podemos magoar a própria mão”, ou seja, agir de forma hostil contra a Rússia, os países da UE estarão a aprofundar uma crise cujas consequências económicas e políticas são imprevisíveis (Van-Dúnem, 2014).

Os EUA tiveram uma atitude mais dura com a Moscovo, além de proibir viagens congelar bens de empresários e políticos russos deu uma grande ajuda monetária a Kiev. Houve também o reforço das tropas da OTAN na região, que congelaram as relações com Moscovo e estacionaram as suas tropas e instalaram um sistema de defesa antimíssil nos países bálticos para intervirem a qualquer momento (Larsen, 2014).

superpotência inibia-se de tomar certas decisões com receio da retaliação da outra, nesta situação a estratégia de dissuasão falhou, mostrando que a Rússia não teme a UE nem os EUA e que, ao mesmo tempo, está segura de que estes dois oponentes não têm interesse num confronto armado com Moscovo, dado que seria muito mais penalizador para a Europa do que para a Rússia. A UE depende do gás russo e a Rússia absorve muita da exportação proveniente do bloco económico e coopera na luta contra o terrorismo (Suslov, 2014).

Em simultâneo, analisando as teorias do poder, observou-se que o poder que EUA e UE têm no sistema internacional não lhe confere uma posição hegemónica, uma vez que não mostraram capacidade de impor a sua vontade à Rússia apesar do conjunto de retaliações declaradas. O poder destes países no sistema internacional não foi suficiente para garantir a integridade territorial da Ucrânia (Manni, 2014).

O sistema internacional provou assim que é naturalmente anárquico como defendem os realistas. Pois quando um Estado decide que tem um determinado interesse e leva a cabo a ação para a concretização desse interesse sem ter em conta as recomendações internacionais, fundamenta esta teoria. Porém o sucedido deve-se ao poder que a Rússia tem, nomeadamente nas relações comerciais com a UE, que de entre outros fatores, depende do abastecimento de gás russo (Manni, 2014).

José Milhazes considera que a UE deveria ter atuado de forma mais afincada e perentória em 2008, quando ocorreu a invasão russa na Geórgia. Pois se as retaliações fossem iguais às que foram impostas em 2014, que têm sido duras para Moscovo, possivelmente a Rússia tinha-se inibido da ação na Crimeia e a integração poderia nem ter ocorrido. Considerando que uma intervenção militar da OTAN estava excluída, as retaliações deveriam ter sido bem mais duras (Milhazes, 2016).

Atualmente a economia russa entrou em crise devido a uma falta de investimento estrangeiro e a estas retaliações⁸². O mercado de ações russo caiu drasticamente, a moeda desvalorizou bem como o Produto Interno Bruto⁸³ (Engle, 2015).

Como afirma Arnaud Lion, o mapa da Europa está numa situação de tensão com esta incorporação e parece que a situação está longe de ter solução⁸⁴. A Ucrânia não é um membro da UE, nem da OTAN, logo também poderia ser um risco impor retaliações mais duras, uma vez que não configura uma agressão a um membro⁸⁵. Porém, não se prevê que tais retaliações

⁸² Ver Anexo R – Perdas de capital no sector privado russo em biliões de dólares.

⁸³ Ver Anexo S – PIB Russo de 2012 a 2015.

⁸⁴ Ver Apêndice D - Entrevista a Arnaud Lion.

⁸⁵ A OTAN baseia-se num sistema de defesa coletiva através do qual seus Estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa à organização. O art.º.

sejam levantadas (tendo sido renovadas este ano), considerando a situação que se vive no leste da Ucrânia. Adicionalmente, alguns países vizinhos da Rússia (europeus orientais e Estados bálticos) que são membro da OTAN, já expressaram as suas preocupações em relação a esta assertividade militar russa (Lion, 2016).

Apesar de existir uma desconfiança profunda em relação à Rússia, na verdade a UE e a Rússia continuam a ser parceiros "naturais" (proximidade geográfica, importante mercado de exportação para os produtos UE), pelo que novas intervenções de parte a parte terão de ser acauteladas.

6.4. A crise da Crimeia e os pronúncios de uma nova Guerra Fria

A intervenção russa é comparável às ações que os EUA levavam a cabo durante os anos 70, com a intervenção na Nicarágua em 1980 e Kosovo 1990 que também foram regiões que apelavam à autodeterminação (Burke-White, 2014).

Nos últimos vinte anos, desde o fim do conflito bipolar, as relações entre os EUA e a Federação Russa tiveram um percurso atribulado, sendo marcadas por momentos de cooperação como se verificou na luta contra o terrorismo e momentos de tensão, devido principalmente ao alargamento da OTAN. Com o surgimento da crise ucraniana, as relações entre estas potências têm-se deteriorado para um nível que não se verificava desde o fim do conflito bipolar, nomeadamente com a aplicação de duras retaliações suspendendo as relações bilaterais de cooperação e as sanções económicas (Bebler, 2015).

Eric Engle aborda a conflitualidade da Crimeia questionando se esta servirá de fundamento para o surgimento de uma nova Guerra Fria. Para o autor, Rússia, a OTAN e a UE estão neste momento divididas em torno desta questão. As retaliações económicas, que muito eram usadas em tempo de guerra, foram mais uma vez aplicadas. Para este autor, apesar de Moscovo e os países do Ocidente estarem de novo numa situação de tensão, não se poderá considerar que tal seja uma Guerra Fria, mas sim uma “Paz Fria” (Engle, 2015).

Para Milhazes⁸⁶, a Península da Crimeia é um ponto estratégico no Mar Negro em que o fundamental é controlar os estreitos que ligam os mares Negro e Mediterrâneo. Para os russos, tem importância estratégica, mas para a UE e EUA o problema reside apenas no

5º do Tratado do Atlântico Norte, declara que "um ataque armado contra um ou mais países membros será considerado uma agressão contra todos." Informação disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/26664-58564-1-pb.pdf>. Acedido em: 4 de maio de 2016.

⁸⁶ Ver Apêndice B – Entrevista a José Milhazes.

facto de a sua anexação ter constituído uma violação do direito internacional (Milhazes, 2016).

As relações atuais entre Moscovo, a UE e os EUA são fundamentalmente diferentes das que existiam durante o conflito bipolar. Atualmente a Rússia e a UE são grandes parceiros comerciais (Engle, 2015). Quanto aos EUA têm vantagem sobre a Rússia, a sua economia é cerca de 8 vezes maior que a da Rússia e o seu orçamento militar é sete vezes superior (Legvold, 2014). Moreira⁸⁷ defende que os EUA já não se encaram como os “libertadores da Europa”. A luta atual é contra o terrorismo, os conflitos no Médio Oriente e em simultâneo estão a regressar àquilo que consideram que é o seu destino tradicional: o avanço para o Pacífico, nomeadamente nos mares que circundam a China (Moreira, 2016).

Ao contrário da Guerra Fria original, esta conflitualidade já não ocorre num cenário global, mas sim na esfera regional do continente europeu. O mundo já não é bipolar e surgiram novos atores que têm um papel significativo como a UE, a China e a Índia. Adicionalmente, a nova ameaça já não tem por base a dissuasão nuclear e a sua ameaça permanente, mas sim o terrorismo que surge sobre a ameaça de atores não-estatais e que, tanto russos como países ocidentais, procuram combater. Porém esta situação de tensão vai afetar a relação entre as potências no sistema (Legvold, 2014).

Outro facto que se alterou foi a economia russa, já que apesar do Estado ainda ter alguma propriedade, é uma economia de mercado, onde a propriedade e as transferências de capitais não são totalmente proibidas ou fortemente regulamentadas pelo Estado. Moscovo ainda é proprietário de parte de algumas indústrias-chave, nomeadamente o petróleo, mas os ativos estatais estão abertos parcialmente à propriedade privada através do mercado de ações. Esta situação não se verificou durante a conflitualidade bipolar, dado que a economia de mercado era um dos ideais que o comunismo soviético procurava combater (Engle, 2015). Apesar do aumento da democracia e do desenvolvimento de uma economia de mercado, permanecem divisões profundas, que ainda separam a Rússia do Ocidente e podem servir de fundamento para considerar esta relação como uma “Paz Fria”⁸⁸ (Engle, 2015).

⁸⁷ Ver Apêndice C – Entrevista a Adriano Moreira.

⁸⁸ As restrições na emissão de vistos para os países do Ocidente, a espionagem diplomática, as listas negras de pessoas que não apoiam o regime de Putin, o patrocínio e intervenção nas ex-repúblicas soviéticas (Geórgia e Ucrânia) são características fundamentais desta situação. A Rússia de Putin é influenciada pelos ideais ortodoxos soviéticos que apoiavam o corporativismo. Apesar de não ser de uma forma tão incisiva como no tempo da URSS, Moscovo continua a defender que existe um “choque de civilizações” em que a Rússia está isolada e tem de combater. A Rússia apesar de estar mais próxima do Ocidente, continua a ter um regime bastante corrupto em que existe falta de transparência e de democracia, onde o poder político se centra na imagem do Presidente e o judicial é influenciado pelo mesmo. Há direitos e liberdades fundamentais que na Rússia atual ainda não são defendidos (direitos dos homossexuais, por exemplo) (Engle, 2015).

Outro fator típico da Guerra Fria que não se verifica na conflitualidade são as guerras por procuração. Já não se verifica o patrocínio das potências em financiar e promover conflitos em que não estão envolvidas diretamente, mas que servem para medir forças indiretamente (Engle, 2015). Contudo, há a suspeita de que os russos equiparam, armaram e promoveram as milícias separatistas na Crimeia e por outro a Ucrânia recebeu ajuda dos EUA e da UE para intervir na região (Allison, 2014). Mas esta situação em nada se assemelha à situação das guerras por procuração, que ocorriam em zonas muito distantes destes países e no caso, nenhuma das partes estava efetivamente interessada num confronto.

A Rússia atual também não tem a mesma capacidade, principalmente económica que tinha durante a Guerra Fria. Dadas as retaliações económicas e a descida dos preços das matérias-primas, a economia russa está débil. A dívida soberana é avultada e a falta de um Estado de direito afasta o investimento estrangeiro e faz com que a economia russa seja dependente dos seus recursos⁸⁹ (Engle, 2015). Moscovo está mais dependente do Ocidente do que no passado constituindo um aspeto crítico da posição russa⁹⁰ (Legvold, 2014).

A utilização de retaliações económicas como forma de punição vai ao encontro do que defende Adriano Moreira de que a situação tensa verificada entre a UE, EUA e Moscovo já não é uma Guerra Fria. Há evidentemente lutas de natureza económica e financeira em que as grandes potências disputam umas com as outras (basta referir a união aduaneira da Eurásia, impulsionada pela Rússia para fazer frente à UE) (Moreira, 2016). A influência nos países a Leste tem importância para o bloco económico, porém a UE está atualmente preocupada com a crise económica, o flagelo dos refugiados provenientes do Médio Oriente e a ameaça terrorista, sendo esta a principal ameaça à segurança europeia (Gomes, 2016).

Toda esta conjuntura não fará com que a Rússia reverta a incorporação da Crimeia, nem tão pouco fará com que Putin perca a sua liderança. As retaliações eventualmente poderão ter dissuadido de incorporar mais regiões ucranianas. Contudo, se as retaliações não refrearem o ímpeto de Putin, poderão tornar-se ainda mais austeras, até que a economia russa seja arruinada. Além disso, não se vislumbram grandes investimentos do exterior na economia russa, pois o país deixou de ser uma oportunidade para investimento e o desrespeito demonstrado pelas leis internacionais tornam qualquer investimento naquele

⁸⁹ Mesmo investidores especulativos reconhecem que investir na Rússia traz riscos reais de tributação seletiva, extorsão, nacionalização, e a corrupção e os riscos de perda não são compensados pela possibilidade de lucro que valham o risco. A Rússia atual está descapitalizada, e portanto, subindustrializada (Engle, 2015).

⁹⁰ As retaliações de que Moscovo é alvo podem levar a uma grave recessão económica naquele país e a capacidade de utilizar a energia como arma política é bastante limitada, dada a existência de fornecedores e produtos alternativos (Engle, 2015).

país como arriscado (Engle, 2015). A procura de parcerias comerciais com economias emergentes, como a China e a Índia, poderá ser uma alternativa ao investimento europeu em território russo (Prazeres, 2014).

A base de poder de Putin é sólida, mas a sua expansão vai revelar-se difícil, se não impossível⁹¹. A economia russa está sob enorme pressão⁹². Estar a alimentar um conflito interno no Norte do Cáucaso, a instabilidade na Ásia Central, o conflito com a Ucrânia e na Síria contra o autoproclamado Estado Islâmico é bastante penalizador economicamente (Lion, 2016). Durante esta situação de tensão, os dois lados, apesar da amarga rivalidade, certamente serão capazes de desenvolver mecanismos que reduzam as tensões e contendo riscos, do relacionamento, permitindo alguns atos isolado de cooperação quando existirem interesses dos dois lados sobre questões específicas acontecer (Legvold, 2014).

Milhazes refere como resposta à questão se se estaria perante ou não uma Guerra Fria que o conflito bipolar não terminou em 1991, apenas abrandou. A Rússia e a UE ainda não encontraram uma forma de relacionamento e cooperação mais pacíficos e frutíferos. Ainda se reconhecem como opositores como antes da queda do Muro de Berlim e ainda disputam influência sobre países no continente europeu (Milhazes, 2016). Este argumento também é defendido por Papava, que considera que o conflito apenas abrandou, devido ao fato de uma das partes do conflito bipolar, nomeadamente a URSS, ter perdido capacidade para continuar a conflitualidade existente (Papava, 2014). Além disso, com uma crise de segurança no centro da Europa, o perigo de uma guerra nuclear poderia retornar rapidamente como instrumento dissuasor de último recurso (Legvold, 2014). Mas o caso da Ucrânia não configura um fator que faça despoletar uma destas situações, dado que nenhuma das partes tem interesse na escalada de um conflito dessa natureza.

Paralelamente ao que acontecia durante a Guerra Fria, a OTAN voltou a centrar as suas atenções na fronteira político-militar da Europa com a antiga União Soviética. Com a crise no Leste da Europa a OTAN estacionou-se no Báltico com reforço militar. A OTAN tem atualmente um orçamento muito superior ao orçamento militar da Rússia⁹³. A

⁹¹ Carlos Gaspar considera que o Presidente Vladimir Putin cometeu três grandes erros relativamente à situação da Ucrânia. O primeiro foi ter impedido o Presidente Yanukovich de assinar o Acordo de Associação com a UE, já que este acordo era crucial para inverter a crise económica e financeira do país, pois ao contrário da entrada da Ucrânia na OTAN, não implicaria uma vinculação estratégica à aliança ocidental. O segundo erro foi Moscovo considerar que o Presidente ucraniano conseguiria impedir o colapso financeiro do país e conseguia impor-se de forma violenta perante a população. O terceiro erro foi ter incorporado a Crimeia, pensando que Moscovo não seria punido, à semelhança do que aconteceu com a crise da Geórgia em 2008 (Gaspar, 2014).

⁹² Ver Apêndice D – Entrevista a Arnaud Lion.

⁹³ Ver Anexo J – OTAN vs Rússia – Orçamento de meios de defesa, perspetiva para a década atual.

organização já manifestou a sua posição perante a ação russa na Crimeia, declarando que Moscovo deverá ser considerado mais um adversário do que um parceiro (Legvold, 2014).

Robert Legvold considera que as relações entre a Rússia e o Ocidente, de facto, merecem ser chamadas de uma nova Guerra Fria, pois após a crise com a Ucrânia e a incorporação da Crimeia, as relações da Rússia com os Estados Unidos e a Europa não voltarão a ser as mesmas, como aconteceu após o conflito na Geórgia em 2008. Embora esta Guerra Fria seja fundamentalmente diferente ainda vai ser prejudicial (Legvold, 2014).

Na verdade, a Europa tem atualmente um desafio geopolítico que não se verificava desde a Guerra Fria original. A crise na Ucrânia é a maior ameaça à segurança europeia desde então. A Rússia está a por em causa as regras e normas da ordem liberal internacional, despeitando as normas e os pareceres do sistema internacional⁹⁴ (Daehnhardt, 2014).

A crise que assolou a Ucrânia constitui apenas numa parte de uma imagem maior e mais ameaçador à estabilidade da Europa, que parecia assegurada, mas que afinal não estava. O mais provável é que Kiev se aproxime cada vez mais da UE e da OTAN, dado que observa ali o último recurso para recuperar as suas fronteiras. Ao mesmo tempo, se os EUA e a UE não encontrarem uma maneira de impedir o expansionismo do Presidente Putin, com ameaças militares e retaliações credíveis a situação pode ter um “efeito dominó” e permitir à Rússia intervenções deste género noutras regiões da Ucrânia e de outras repúblicas pós-soviéticas (Sofer, 2014).

A Ucrânia atual está governada por um governo democraticamente eleito que não desistiu de recuperar a região, apesar de o seu foco atual ser evitar a perda dos territórios ocupados nas regiões de Donetsk e Lugansk, que também reclamam o separatismo a favor de Moscovo em detrimento de Kiev. O atual líder ucraniano Petro Poroshenko assumiu o compromisso de usar apenas meios políticos e diplomáticos para alcançar novamente a região e espera que a comunidade internacional desenvolva meios da mesma natureza que lhe permitam a recuperação da península da Crimeia (Garanich, 2016).

⁹⁴ Como referiu Samantha Power, foi um flagrante desrespeito da ordem internacional e uma ameaça para a paz e a segurança internacionais, pelo que será urgente uma “mão pesada” para travar o expansionismo de Moscovo (LoGiurato, 2014).

CONCLUSÕES

Com toda a análise vertida ao longo do trabalho em torno da questão proposta para esta dissertação é possível apresentar algumas conclusões.

Em termos gerais, ainda há uma herança da Guerra Fria e renasce uma polarização de interesses em torno de uma zona estratégica. De um lado existem os EUA e a UE em oposição à Rússia, tentando manter os domínios de influência, definindo assim um carácter multilateral das negociações. Os EUA tentam investir para que o governo ucraniano mantenha a sua influência na área ucraniana ocidental para que o quadro da Crimeia não se repita noutras ex-repúblicas da URSS.

As situações que têm ocorrido na fronteira Leste da Europa colocam em risco a segurança comum da UE por isso é que o bloco europeu⁹⁵ deve manter uma posição firme contra o comportamento perigoso da Rússia e responder da forma séria e estratégica que este desafio exige⁹⁶. A situação criada mostrou a fragilidade do projeto europeu no que se refere à sua segurança física e, como refere Adriano Moreira a UE carece de um Conselho Estratégico e de uma força militar de intervenção e defesa⁹⁷.

Quanto aos EUA, a atitude de Obama para evitar uma nova Guerra Fria é claramente o caminho certo. Em vez de responder de forma hostil, ameaçando com o uso da força, os norte-americanos estão conscientes de que precisam da cooperação da Rússia para outras ameaças: em particular o programa nuclear iraniano, a guerra civil síria, o processo de paz no Médio Oriente, a estabilidade do Afeganistão e a guerra contra o terrorismo. Porém é politicamente insustentável para os Estados Unidos e a Rússia manterem esta cooperação nas questões globais e considerarem Moscovo um agressor na crise que ocorreu na Ucrânia. Mantém-se uma situação de impasse que terá de ser resolvida, pois assim poderá não ser

⁹⁵ A UE tem de ter em conta a facto de que a Rússia não considera o bloco económico um parceiro, mas sim como uma organização concorrente e prejudicial ao projeto da União Aduaneira da Eurásia.

⁹⁶ Com a crise da Crimeia a UE é confrontada com as pressões políticas e económicas da Rússia nos seus países vizinhos, tendo impacto geopolítico nos interesses russos e europeus.

⁹⁷ Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia com esta crise veio apelar publicamente à criação de um exército europeu, tendo como fins o enfrentar das ameaças nas fronteiras da UE e a defesa dos valores que esta defende (Florin, 2015).

possível a escalada na Ucrânia, mantendo a cooperação em questões globais e mantendo uma posição hostil relativamente à posição do Kremlin na Europa de Leste em particular.

Os acontecimentos que tiveram lugar na Crimeia e a disputa entre a Ucrânia e a Rússia pela região, bem como a reação do Ocidente não irão certamente gerar uma nova Guerra Fria⁹⁸. Esta crise veio mostrar que nenhum dos interesses das potências, por mais relativo que seja, é esquecido. A Rússia aproveitou a crise na Ucrânia para levar a cabo os interesses que tem na região da Crimeia. A situação ilustra a deprimente evidência da persistência da velha ordem mundial, defendida pelos realistas na qual os interesses nacionais se sobrepõem à estabilidade multilateral, ao dever de honrar os acordos assinados e respeitar as fronteiras de outros Estados. Este será um conflito que se confinará à região Leste da Europa. Apesar de algum alarme na comunidade internacional, não existem factos ideológicos que justifiquem a sua existência e é improvável que os constantes conflitos entre a Rússia e o Ocidente degradem em guerras por procuração um pouco por todo o mundo como os que caracterizaram a Guerra Fria.

De facto, as ações da Rússia na Crimeia não eram parte de um estratagema geopolítico típico da Guerra Fria com o objetivo de estender controlo russo sobre o Ocidente e elevar novamente o seu perfil global como superpotência. A anexação russa da Crimeia, considerando o percurso desta dissertação, deve ser entendida pelos interesses geoestratégicas daquela região em concreto e o contexto das ligações históricas profundas de Moscovo com a península ucraniana e a política nacionalista russa de unir todas as comunidades russas fora do seu território. Para já, Putin parece estar satisfeito com a volta da Crimeia para o seu território e a UE e os EUA demonstram estar conformados com o facto⁹⁹. É improvável que a República da Crimeia que se torne parte da Ucrânia novamente.

A disputa entre a Rússia e a Ucrânia pela região da Crimeia não configura uma situação que poderá deflagrar numa nova Guerra Fria, nem afetará a atual ordem no sistema internacional. Apesar de ainda existirem resquícios do sentimento entre a Rússia e o Ocidente que façam lembrar uma Guerra Fria, a crise analisada confina-se a uma situação regional e está longe de ter a dimensão da tensão do conflito bipolar. A Guerra Fria original ocorreu num contexto em que o mundo estava devastado com o fim de um conflito mundial e parte do globo estava ainda sobre o domínio de colonização. Esta contextualização e o

⁹⁸ Apesar de Moscovo não ter abandonado a espionagem ao Ocidente, principalmente no seio da OTAN.

⁹⁹ O presidente russo já declarou que não é sua intenção dividir a Ucrânia, pelo que, apesar de haverem movimentos separatistas em Donbas, não é interesse de Moscovo, pelo menos para já, incorporar esta região (BBC, 2014).

armamento nuclear permitiu a emergência de duas superpotências antagônicas que influenciavam os acontecimentos no sistema internacional de acordo com os seus interesses, mas em simultâneo havia um receio das consequências de um confronto direto.

A situação permanecerá tensa entre a Ucrânia, a UE, os EUA e a OTAN por um lado, e a Rússia no outro. Mas não despoletará nenhuma nova Guerra Fria caracterizada por uma corrida armamentista, por disputas pela influência no sistema internacional e na luta pelo domínio ideológico. A situação será confinada à esfera regional e não se propagará para o sistema internacional. Hoje, as prioridades das potências são outras. A ameaça já não é a superpotência oponente, mas sim outros atores não estatais sem rosto, que tanto os países do Ocidente como a Rússia são vítimas e contra os quais cooperam no sistema internacional.

Concordando com José Milhazes, a situação da Crimeia representou para o Ocidente uma provocação por parte da Rússia de Putin, significando a elevação da ingerência militar em território de outro Estado a um outro patamar. Porém, tanto a UE como os EUA não têm interesse em escalar um conflito com Moscovo dadas as ligações que existem atualmente.

Em sintonia com a afirmação de Arnaud Lion, a situação está longe de ser uma Guerra Fria, pois a repercussão mundial do conflito foi muito ténue, as retaliações impostas à Rússia não tiveram qualquer efeito dissuasor¹⁰⁰. A situação pode ter trazido a sombra do conflito bipolar, mas está longe de ter o mesmo significado. Novos países e organizações internacionais emergiram¹⁰¹ e têm um papel fundamental no sistema internacional

Devido à sua atualidade, o tema em estudo ainda está em desenvolvimento, sendo muitas as fontes de informação cujas opiniões são contraditórias. A Ucrânia ainda não aprendeu a lidar com a perda daquela península, dado que não se vislumbra que esta alguma vez voltará a ser território ucraniano. Atualmente já entrou em negociações com os russos pela estabilidade na região de Donbas.

Apesar do rigor científico conferido nesta pesquisa, a mesma é suscetível de limitações derivadas do período em que está a ser executada, considerando que a situação ainda não encontra resolvida. Tendo sido utilizada uma análise qualitativa dos dados e considerando a vastidão de documentos e reportagens que surgiram em torno destes casos, foi necessário interpretá-los ao critério da subjetividade do pesquisador. Por isso, pesquisas futuras em torno do tema poderão apresentar outras interpretações, mediante os desenvolvimentos ocorridos, os dados recolhidos e a interpretação dos mesmos.

¹⁰⁰ Os EUA e a Rússia estão longe de ser as superpotências hegemónicas de outrora. A situação pode ter trazido a sombra do conflito bipolar, mas está longe de ter o mesmo significado.

¹⁰¹ Os EUA e a Rússia estão longe de ser as superpotências hegemónicas de outrora.

RECOMENDAÇÕES

Não estando a situação da incorporação da Crimeia na Federação Russa resolvida dado que o sistema internacional ainda não reconhecer a península como parte do território ucraniano, ainda há muita investigação futura a desenvolver. O sistema internacional está em constante mutação, pelo que, não é certo que a situação não terá um revés ou que a Rússia tome ações semelhantes noutros territórios das repúblicas pós-soviéticas¹⁰².

Também a UE está perante uma crise económica e a possibilidade da saída do Reino Unido que poderá ter um efeito dominó para outros membros que andam insatisfeitos com o projeto europeu.

Há que ter em atenção as eleições americanas que poderão trazer ao poder um líder mais radical de Obama. Trump poderá trazer uma política externa sem precedentes e o mundo mergulhar numa estratégia imperialista norte-americana, hostil a Moscovo e que, poderá utilizar a OTAN para estes fins.

Será deveras importante, com os novos desenvolvimentos que se avizinham e adicionando entrevistas a mais especialistas, analisar novamente a questão e verificar se a mesma servirá ou não para argumento para o surgimento de uma Guerra Fria.

¹⁰² Tudo depende de quem sucederá a Putin e de como encarará o Ocidente, se como um aliado ou um rival.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguilar, M. K. (2014). *Rússia e política de influência*. São paulo: Série Conflitos Internacionais .
- Aliu, Y., & Jashari, H. (2015). Racing Crimea: on intervention, realism and liberalization as steering analysis of Russia. *RSP*, 109-119.
- Allison, R. (2014). Russian "deniable" intervention in Ukraine how and why Russia broke the rules. *Foreign Affairs*, 1255-1297.
- Alterman, J. (8 de maio de 2013). *The age of proxy wars*. Obtido de Center os strategic and International studies: http://csis.org/files/publication/0513_MENC.pdf
- Andreev, P. (2014). *The crisis in Ukraine root causes and scenarios for the future*. Moscovo: Valdai Discussion Club.
- Archick, K. (2016). *The European Union: Current Challenges and Future Prospects*. Washington: Congressional Research Service.
- Armiño, K. P. (2006). El concepto y el uso de la seguridad humana: análisis crítico de sus potencialidades y riesgos. *CIBOD d'Afers Internacionals n°76*, 59-77.
- Aron, R. (1962). *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Aron, R. (2002). *Paz e Guerra entre as Nações* . São Paulo: Universidade de Brasília.
- Azaredo, A. S. (27 de outubro de 2015). *Ucrânia: A questão social por trás da Ucrânia*. Obtido de UPorto Ciências da Comunicação: <http://jpn.up.pt/2014/03/12/ucrania-a-questao-social-por-tras-da-crimea/>
- Balouziyeh, J. (14 de abril de 2014). *Russia's Annexation of Crimea: An Analysis under the Principles of Jus ad Bellum*. Obtido de International Law Blog: <https://www.lexisnexis.com/legalnewsroom/international-law/b/international-law-blog/archive/2014/04/14/russia-s-annexation-of-crimea-an-analysis-under-the-principles-of-jus-ad-bellum.aspx?Redirected=true>
- Barata, C. (03 de março de 2014). *Crimeia, um interesse estratégico de que a Rússia não quer abdicar*. Obtido de Jornal Público Online: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/crimea-um-interesse-estrategico-de-que-a-russia-nao-quer-abdicar-1626838>

- Barata, C. (18 de março de 2014). *O regresso da Crimeia à Rússia foi um dia de glória para Putin*. Obtido de Jornal Público: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/o-regresso-da-crimea-a-russia-foi-um-dia-de-gloria-para-putin-1628783>
- Barata, P. (2014). A Ucrânia, a U.E. e a Rússia: Softpower versus Realpolitik? *Janus, e-journal of International Relations*, 33-50.
- Barbé, E. (1987). El «equilibrio del poder» en la Teoria de las Relaciones Internacionales. *Afers Internacionals*, 5-17.
- Bar-Simon-Tov, Y. (1984). The strategy of war by proxy. *Cooperation and Conflict*, 263-273.
- Bebler, A. (2015). Crimea and the Russian-Ukraine Conflict. *Romanian Journal of European Affairs*, 35-54.
- Bebler, A. (2015). Crimea and the Russian-Ukrainian Struggle over Crimea. *Romanian Journal of European Affairs*, 35-54.
- Bernardino, L. M. (2008). A prevenção e resolução de conflitos. Contributos para uma sistematização... *Revista Militar*, 1525-0.
- Bogle, L. L. (2001). *The Cold War Vol. I : Origins of the Cold War - The great historical debate*. Nova Iorque: Routledge.
- Bolchevique, C. (07 de abril de 2016). *Mapa Político de la URSS*. Obtido de Cultura Bolchevique: <http://www.culturabolchevique.com/p/mapa-politico-de-la-urss.html>
- Boniface, P. (1996). *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editora .
- Borges, J. V. (2008). *Teoria Geral da Estratégia*. Lisboa: Academia Militar.
- Bruni, J. (2014). Putin and the Ukraine: The quintessential russian chess master. *SAGE International*.
- Bugnion, F. (2003). Jus ad bellum, jus in bello and non-international conflict . *Yearbook of International Humanitarian Law*, 167-198.
- Burke-White, W. W. (2014). *Crimea and the International Legal Order*. University of Pennsylvania: Faculty Scholarship Paper 1360.
- Calbraith, J. (04 de abril de 2014). *What is the geopolitical importance of Crimea - to Russia, Ukraine, and the EU?* Obtido de Quora: <https://www.quora.com/What-is-the-geopolitical-importance-of-Crimea-to-Russia-Ukraine-and-the-EU>
- Carvalho, J. E. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico. «Saber-Fazer» da investigação para dissertações e teses (2ª Edição ed.)*. Lisboa: Escolar Editora.
- Chapard, S., & Shapiro, J. (2015). Consequences of a New Cold War. *Survival*, 37-46.
- Charap, S., & Shapiro, J. (2014). How to avoid a new cold war. *Current History*, 265-271.

- Cimbala, S. J. (2004). *Politics of warfare: the great powers in the twentieth century*. Pen State: Pen State Press.
- Coceducacao. (11 de junho de 2013). *Os Bálcãs e a CEI*. Obtido de 171 Geografia: <http://interna.coceducacao.com.br/ebook/pages/8094.htm>
- Coffey, L. (19 de março de 2016). *Russia continues to oppress Crimea's Tatars*. Obtido de Al Jazeera: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2016/03/russia-continues-oppress-crimea-tatars-160308054208716.html>
- Coleman, P. T., Deutsch, M., & Marcus, E. C. (2014). *The handbook of conflict resolution*. West Sussex : Jossey-Bass.
- Criscuolo, R. (24 de março de 2014). *Ukraine and Jus Ad Bellum: Past Application and Future Trajectory*. Obtido de Future Foreign Policy: <http://www.futureforeignpolicy.com/ukraine-and-jus-ad-bellum-past-application-and-future-trajectory/>
- Croft, A., & Siebold, S. (1 de abril de 2014). *NATO suspends cooperation with Russia over Ukraine crisis*. Obtido de Reuters: <http://www.reuters.com/article/us-ukraine-crisis-nato-idUSBREA2U1UF20140401>
- Daehnhardt, P. (2014). *A crise na Ucrânia: a mudança alemã, eleições na Alemanha*. Lisboa: IPRI.
- Digest, S. R. (1988). *Enciclopédia Geográfica*. Lisboa: Reader's Digest.
- Economist, T. (27 de junho de 2002). *Present at the creation*. Obtido de The Economist: <http://www.economist.com/node/1188839>
- Editorial. (2014). *Condemnation isn't enough for Russian actions in Crimea*. *The Washington Post*.
- Encyclopedia, C. E. (08 de abril de 2016). *História da Ucrânia*. Obtido de Infoplease: <http://www.infoplease.com/encyclopedia/world/ukraine-history.html>
- Engle, D. E. (2015). *A new Cold War? Cold Peace, Russia, Ukraine and NATO*. *Saint Louis University Law Journal*, 59-97.
- Europe, O. f.-o. (1 de agosto de 1975). *Acta Final de Helsinki*. Obtido de OSCE - Organization for Security and Co-operation in Europe: <http://www.osce.org/node/39506>
- Eurostaat. (12 de abril de 2014). *Relações comerciais entre a UE e a Rússia*. Obtido de Eurostaat: http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_113440.pdf
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: da concepção à realização*. 5ª Edição. Loures: Luso Ciências.

- Freire, M. R. (2008). *Relações UE-Ucrânia: a complexa gestão de objectivos, motivações e expectativas*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais UNL.
- Freire, M. R. (2009). *Ukraine's multivectorial foreign policy: looking west while not overlooking its eastern neighbor*. Coimbra: UNISCI Discussion Paper.
- Freitas, F. (16 de fevereiro de 2006). *O estreito de Dardanelos*. Obtido de Praia da Claridade: <http://topazio1950.blogs.sapo.pt/7018.html>
- Freixo, M. J. (2011). *Metodologia científica: Fundamentos, métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Friedman, G. (2009). *The next 100 years*. San Francisco: Unabridged.
- Gaddis, J. I. (1993). International relations theory and the end of the Cold War. *International Security*, 5-58.
- Garanich, G. (14 de janeiro de 2016). *Ucrânia quer recuperar em 2016 territórios perdidos no leste e a Crimeia*. Obtido de Jornal Sabado Online: http://www.sabado.pt/mundo/europa/detalhe/ucrania_quer_recuperar_em_2016_territorios_perdidos_no_leste_e_a_crimea.html
- Gaspar, C. (2005). A Rússia e a Segurança Europeia. *Nação e Defesa*, 45-57.
- Geovisualist. (25 de fevereiro de 2014). *One Chart that Explains Why Ukraine was Vulnerable to Revolution*. Obtido de Geovisualist: <https://geovisualist.com/tag/ukraine/>
- Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projectos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social, 4 ed.*. São Paulo: Atlas.
- Globedia. (08 de abril de 2016). *Rússia construye puentes que unen su territorio con Crimea*. Obtido de Globedia: <http://globedia.com/rusia-construye-puentes-unen-territorio-crimea>
- Gomes, A. (17 de março de 2016). *A crise não é "dos refugiados"*. Obtido de Jornal Público: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/a-crise-nao-e-dos-refugiados-1726320>
- Götz, E. (2015). It's geopolitics, stupid: explaining Russia's Ukraine policy. *Global Affairs*, 3-10.
- Gralnick, A. (1988). Trust, deterrence, realism and nuclear omnicide. *Political Psychology*, 175-188.
- Hein, L. L. (2006). Guerra Fria, conceitos e problemas. *Núcleo de estudos contemporâneos*, 1-19.
- Held, D., & McGrew, A. (2007). *Globalization/anti-globalization*. New York: Longman.

- Heller, R. (2014). Russia's quest for respect in the international conflict management in Kosovo. *Communist and post-communist studies*, 333-343.
- Hellman, G., & Wolf, R. (1993). Neorealism, Neoliberal Institutionalism and the Future of NATO. *Security Studies*, 3-43.
- Hingley, R. (2003). *Russia: A concise history*. Londres: Thames e Hudson.
- Hopf, T. (1998). The Promise of Constructivism in International Relations Theory. *International Security*, 171-200.
- Howard, L. A. (04 de março de 2015). *The Historical, Legal, and Political Contexts of the Russian Annexation of Crimea*. Obtido de New English Review: http://www.newenglishreview.org/Lawrence_A._Howard/The_Historical,_Legal,_and_Political_Contexts_of_the_Russian_Annexation_of_Crimea/
- IESM. (2014). *Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Ikenberry, J. (2000). *After Viktory*. Princeton: Princeton University Press.
- Ikenberry, J. (2002). America's Imperial ambition. *Foreign affairs*, 44-60.
- InfoEscola. (08 de abril de 2014). *Pacto de Varsóvia*. Obtido de InfoEscola: <http://www.infoescola.com/historia/pacto-de-varsovia/>
- Jervis, R. (1999). Realism, neoliberalism and cooperation: understanding the debate. *International Security*, 42-63.
- Jorge, T. F. (julho de 2014). Media's symbolic power: RT and The Guardian's discursive construction of the Euromaidan protests and Crimean annexation. Reino Unido.
- Katzenstein, P. (1996). *Cultural norms and national security: norms and ideology in world politics*. Columbia: Columbia University Press.
- Keating, J. (2014). Crimean Foreshadowing. *The world*.
- Keohane, R. (1986). Reciprocity in international relations. *International Organization*, 1-27.
- Keohane, R. (1989). *International Institutions and State Power*. Nova Iorque: Westview Press.
- Keohane, R. O. (1986). *Neorealism and its critics*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Keohane, R., & Nye, J. (1998). Power and Interdependence: World Politics in the information age. *Foreign Affairs*, 81-94.
- Kerlinger, F. N. (1980). *Metodologia em ciências sociais um tratamento conceitual*. São Paulo: E.P.U.
- Kissinger, H. (05 de março de 2014). *To settle the Ukraine crisis, start at the end*. Obtido de The Washington Post: <https://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger->

- to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html
- Krasner, S. (1985). *Structural Conflict*. Jackson: University of California Press.
- Kubáľková, V. (2001). *The tale of two construtivims at the cold war's end*. Quebec: Dépôt légal-Bibliothèque nationale du Canada.
- Kugler, R. L. (2002). Dissuasion as a strategic concept. *Strategic Forum*, 1-8.
- Kulike, M. (2014). *As Invasões Russas na Geórgie (2008) e na Crimeia (2014)*. São Paulo: Série Conflitos Internacionais.
- Layne, C. (1993). The unipolar illusion: why new great powers will rise? *International Security*, 5-51.
- Layne, C. (2009). The Waning of U.S. Hegemony—Myth or Reality? A Review Essay. *International Security vol.39 n°1*, 147-172. Obtido de MIT Press Journals.
- Lebow, N., & Stein, J. G. (1995). Deterrence and the Cold War. *Polical Science Quarterly*, 157-181.
- Legvold, R. (2014). Managing the New Cold War: What Moscow and Washington Can Learn From the Last One. *Foreign Affairs*, 74-84.
- Lion, A. (12 de maio de 2016). Guião de entrevista: A disputa entre a Rússia e a Ucrânia pela região da Crimeia. (U. Oliveira, Entrevistador)
- LoGiurato, B. (28 de agosto de 2014). *UN Ambassador Samantha Power Warns Russia: 'THE MASK IS COMING OFF'*. Obtido de Business Insider: <http://www.businessinsider.com/samantha-power-russia-ukraine-war-invasion-2014-8>
- Loveman, C. (2002). Assessing the phenomenon of proxy intervention. *Journal of Conflict, Security and Development*, 30-48.
- Lu, G. T. (08 de abril de 2016). *Ukrainian crisis: Situation maps*. Obtido de The Washington Post: <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/special/world/ukraine-primer/>
- Manni, N. (01 de abril de 2014). *Russia's annexation of Crimea: a clear violation of Internacional law*. Obtido de Everything International Security: <https://globalizationandsecurity.wordpress.com/2014/04/21/russias-annexation-of-crimea-a-clear-violation-of-international-law/>
- Martin, L. (1992). *Coercive Cooperation: explaining multilateral economic sanctions*. Princeton: Princeton University Press.

- Martin, L. (1997). *A Institutional view: international institutions and state strategies*. Montreal: Conference on International Order in the 21st Century - McGill University.
- Martín, M. A. (2014). Ukraine and the new russian geopolitical leadership. Em M. d. España, *Geopolitical overview of conflicts 2014* (pp. 9-40). Madrid: Ministerio de Defensa de España.
- Marxsen, C. (2014). The Crimean Crisis, an International Law Perspective. *ZaoRV Magazine*, 74-89.
- Mearsheimer, J. (1994). The false promise of International Institutions. *International Security*, 5-49.
- Mezyaev, A. (10 de março de 2014). *New Ukraine Government: Questioned Legality or Criminal Nature of Staged Coup*. Obtido de Strategic Culture Foundation: <http://www.strategic-culture.org/pview/2014/03/10/new-ukraine-government-questioned-legality-or-criminal-nature-of-staged-coup.html>
- Miall, H., & al, e. (2004). *Contemporary Conflict Resolution*. Cambridge: Rex Features.
- MidNoticias. (04 de março de 2014). *Mapa da Guerra Fria 1945-1990*. Obtido de Mid Noticias: <http://www.mixdenoticias.com.br/wp-content/uploads/2014/12/guerra-fria-mapa-legenda.png>
- Milhazes, J. (10 de maio de 2016). Guião de Entrevista - a disputa pela Rússia e Ucrânia pela região da Crimeia. (U. Oliveira, Entrevistador)
- Miller, B. (2007). *State, Nations and the Great Powers: The sources of regional war and peace*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Milner, H. (1997). *Interests, institutions and Information*. Princeton: Princeton University Press.
- Mingst, K. (2011). *Essentials of International Relations*. Nova Iorque: WW Norton and Company.
- Monaghan, A. (2015). *A New Cold War? Abusing History, misunderstanding Russia*. Londres: Royal Institute of International Affairs.
- Monteiro, N. P. (2013). Waltz e a unipolaridade americana. *Relações Internacionais*, 25-33.
- Moreira, A. (17 de maio de 2016). Guião de entrevista - A disputa entre a Rússia e Ucrânia pela região da Crimeia. (U. Oliveira, Entrevistador)
- Morgenthau, H. (2003). *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: EDNUB/IPRI.

- Nugroho, G. (2008). Construtivism and international relations theories. *Global & Strategies*, 85-98.
- Nunes, I. F. (1996). Os conflitos regionais e a segurança internacional. *Nação e Defesa*, 149-172.
- Nunes, J. C. (2007). A alteração do conceito de dissuasão: contributos para a sua conceptualização. *Revista militar*, 89-0.
- Nye, J. S. (2009). *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Gente Editora.
- Pallaver, M. (2011). *Power and Its Forms: Hard, Soft, Smart*. Londres: The London School of Economics and Political Science.
- Papava, V. (2014). *Old or new cold war: is the new cold war a continuation of the old*. Paris: Cicero Fundation Great Debate Paper.
- Peres, C. (14 de março de 2014). *Disputas históricas entre a Rússia e a Ucrânia*. Obtido de Expresso online: http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_internacional/Ucrnia/disputas-historicas-entre-a-russia-e-a-ucrania=f860668
- Petrova, M. (1997). The end of Cold War: a battle or bridging ground between rationalist and ideotional approaches to international relations? *European Journal of International Relations*, 1-37.
- Pick, L. (2012). EU-Russia energy relations: a critical analysis. *POLIS Journal*, 322-365.
- Prazeres, J. P. (2014). O conflito na Ucrânia sob o ponto de vista da segurança e da defesa. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rosas, F. (30 de agosto de 2014). *Guerra e revolução na Rússia de 1917*. Obtido de Jornal Público Online: <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/guerra-e-revolucao-na-russia-de-1917-1668056>
- Rosca, A. (2014). Power distribution on the world stage: the impact of the Crimean Crisis. *Journal of Eastern European and Central Asia Research*, 3-9.
- Russo, A. (1 de setembro de 2014). *NATO Members Comprise 13 of 20 Fastest Declining Defence Budgets between 2012 and 2014 Reports IHS Jane's*. Obtido de IHS Newsroom: <http://press.ihs.com/press-release/aerospace-defense-terrorism/nato-members-comprise-13-20-fastest-declining-defence-budg>

- Sakwa, R., Galeotti, M., & Balzer, H. (2015). *Putin's third term, assessments amid crisis*. Washington: Center on Global Interest.
- Salmon, E., & Rosales, P. (2014). Rússia y la anexión de Crimea o la crisis de la post Guerra Fría. *Derecho PUCP*, 185-204.
- Salushev, S. (2014). Annexation of Crimea: causes, analysis & global implications. *Global Societies Journal*, 37-46.
- Saraiva, F. (2011). A definição de crise das Nações Unidas, União Europeia e NATO. *Nação e Defesa*, 11-30.
- Satzewich, V. (2003). *Global Diasporas Collection*. Londres: Routledge.
- Selltiz, W. M. (1987). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: E.P.U.
- Smith, B., & Harari, D. (2014). *Ukraine, Crimea and Russia*. Londres: House of Commons.
- Sofer, K. (2014). *Concrete steps to Address the crisis in Ukraine*. Washington: Center for American Progress.
- Sousa, F. d., & Mendes, P. (2014). *Dicionário de Relações Internacionais* (3ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha* (1ª Edição ed.). Lisboa: Lidel.
- Stahn, C. (2007). 'Jus ad bellum', 'jus in bello' . . . 'jus post bellum'? – Rethinking the Conception of the Law of Armed Force. *The European Journal of International Law*, 921-943.
- Stein, A. (2008). Neoliberal Institutionalism. Em C. Reus-Smit, & D. Snidal, *The Oxford Handbook on International Relations* (pp. 201-221). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Stern, D. (2014). Ukraine Crimea: Rival rallies confront one another. *BBC News*.
- Stravridis, J. (2014). NATO needs to move now to Crimea. *Foreign Policy*, 1-5.
- Studies, C. o. (2015). *The Ukraine Crisis and the end of the Post-Cols War European Order: Options for NATO and the EU*. Copenhaga: Center for Miliatry Studies.
- Suslov, M. (2014). Crimea is ours! Russian popular geopolitics in the new media age. *Eurasian Geography and Economics*, 588-609.
- Teper, Y. (18 de agosto de 2015). *Official russian identity discourse in light of the annexation of Crimea: national or imperial?* Obtido de Post Soviet Affairs: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1060586X.2015.1076959>
- Trenin, D. (2014). The Brink of a War in Ukraine. *Canergie Endowment*.

- Trenin, D. (2014). *The Ukraine Crisis and the Resumption of the Great-Power Rivalry*. Moscow: Carnegie Moscow Center.
- Tsygankov, A. (2015). Vladimir Putin's last stand: the sources of Russia's Ukraine policy. *Post-Soviet Affairs*, 279-303.
- Ukraine, N. S. (19 de março de 2015). *MAP: the situation in the Eastern Regions of Ukraine* – 19.03.15. Obtido de Information analysis center: <http://mediarnbo.org/2015/03/19/map-the-situation-in-the-eastern-regions-of-ukraine-19-03-15/?lang=en>
- Urban, M. (25 de março de 2014). *A crise na Crimeia pode ser a origem de uma nova ordem mundial?* Obtido de BBC Brasil: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140325_crimea_russia_exclusao_rb
- Varettoni, W. (2011). Crimea's Overlooked Instability. *The Washington Quarterly*, 87-99.
- Waltz, K. (1959). *Man, the State and War*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Waltz, K. (1964). The stability of a bipolar World. *Daedalus*, 881-909.
- Waltz, K. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.
- Wendt, A. (1992). Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, 391-425.
- Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge : Cambridge University Press .
- Westphal, K. (2014). *Russian energy supplies to Europe*. Berlim: German Insitute for International and Security Affairs.
- Wilson, A. (2000). *The Ukrainians: unexpected nation*. New Haven and London: Yale University Press.
- Worldpress. (03 de março de 2015). *A crise dos mísseis que quase levou o mundo à extinção*. Obtido de Wordpress: <https://dinamicaglobal.wordpress.com/historica/a-crise-dos-misseis-levou-o-mundo-muito-proximo-da-extincao/>
- Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods*. Thousand Oaks: CA: Sage.
- Zagare, F., & Kilgour, D. (2003). Alignment Patterns, Crisis Bargaining, and Extended Deterrence: A Game-Theoretic Analysis. *International Studies Quarterly*, 587-615.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ANÁLISE DA LEGALIDADE DA INTERVENÇÃO RUSSA NA CRIMEIA

De acordo com a lei internacional, existem duas formas diferentes de olhar para a guerra: as razões que levam ao conflito e a forma como se faz o conflito. Assim, o *jus ad bellum* é o ramo do direito internacional que define as razões legítimas de um Estado para se envolver numa guerra e os critérios que criam uma guerra. Determina quando o uso da força de um Estado através das fronteiras é lícito. A principal base jurídica é o no art.º 51º supra citado e o art.º 2º da Carta da ONU nos números 3 e 4 e no art.º 51º¹⁰³ (Bugnion, 2003).

Uma questão fundamental a ser analisada é se existe qualquer justificação ou norma internacional que sirva de base para o uso da força da Rússia na Ucrânia. Moscovo justificou as suas ações declarando que estava a proteger os seus interesses e os seus nacionais na Ucrânia (cidadãos de etnia russa que são cerca de 9 milhões), mais especificamente na Crimeia (Burke-White, 2014). Os russos consideravam que os seus cidadãos estavam em perigo e que poderiam ser perseguidos por extremistas pro-ucranianos. Isto aconteceria devido ao caos político que se instalou na Ucrânia na sequência da deposição de Yanukovich (Balouziyeh, 2014). Adicionalmente, Moscovo considerava que com este conjunto de acontecimentos constituíam uma ameaça para a sua base militar de Sebastopol e no Mar Negro logo não poderia ser um espectador dos acontecimentos (Marxsen, 2014). A proteção dos nacionais no exterior, mais propriamente a responsabilidade de proteger (R2P) está previsto no *jus ad bellum*, sendo uma exceção ao art.º 2º da Carta da ONU no número 4 e considerado uma extensão do artº 51 (Criscuolo, 2014).

Contudo, não foi provado que os cidadãos russos tenham sido alvo de perseguição na Crimeia (Balouziyeh, 2014). Mesmo que tal acontecesse a Rússia não tinha competência

¹⁰³ Artigo 51º “Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer momento, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais”. Informação disponível em: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>. Acedido em: 3 de Junho de 2016.

para atuar na região sem que existisse o aval do Conselho de Segurança da ONU (Burke-White, 2014).

A incorporação da Crimeia e a intervenção da Rússia pode ser considerado um desrespeito das Convenções de Genebra, nomeadamente o Protocolo Adicional I que se refere à proteção das vítimas de conflitos armados internacionais, considerando que conflitos armados contra a dominação colonial, ocupação estrangeira ou regimes racistas devem ser considerados como conflitos internacionais. Com esta base, pode-se considerar que a ocupação russa da região é um conflito armado, dado se considerar uma ocupação estrangeira de um território nacional, sendo uma clara violação da sua integridade territorial (Manni, 2014).

Para que uma nação possa fazer uso da força com outro Estado tem de cumprir os seguintes requisitos: causa justa, intenção correta, proporcionalidade de meios, autoridade adequada e declaração pública, último recurso e probabilidade de sucesso (Stahn, 2007). A anexação de território viola claramente o direito internacional na medida em que a causa não seria justa, a Rússia não detinha competência adequada que lhe legitime a intervenção num território estrangeiro, nem fora habilitado por nenhuma organização internacional. Além disso, os meios eram totalmente desproporcionais dada a discrepância entre a capacidade bélica entre a Ucrânia e a Rússia¹⁰⁴.

Apenas um destes critérios poderia ser cumprido: a probabilidade de sucesso. E Moscovo foi bem-sucedido nesta situação dado que conseguiu incorporar na Federação Russa a península da Crimeia.

As resoluções da ONU 2625 e 3314 também foram violadas, dado que o art.º 1º da resolução 3314 define agressão como “o uso da força armada de um Estado contra a soberania, a integridade territorial ou independência política de outro Estado, de qualquer outra forma incompatível com a Carta da ONU”. Assim, a incorporação daquela região foi um ato de agressão da Rússia ao território ucraniano que detinha a soberania daquela região (Manni, 2014).

Já a resolução 2625 refere-se aos princípios do direito internacional que regem as relações de amizade e cooperação entre Estados, estabelecendo: “todos os Estados gozam de igualdade soberana. Têm iguais direitos e iguais obrigações e são em igualdade de condições membros da comunidade internacional, apesar de diferenças de ordem económica, social, política ou de outra ordem” (Manni, 2014). Assim, e recordando o Memorando de Budapeste

¹⁰⁴ Ver Anexo R - Capacidade de confronto entre a Ucrânia e a Rússia.

(1994) em que a Rússia garantia a soberania ucraniana, respeitando a independência e as fronteiras existentes e mantinha um Tratado de amizade com Ucrânia, garantindo não existir disputas ou reclamações territoriais (em troca este país retificava o Tratado de Não - Proliferação de Armas Nucleares como um Estado não detentor de armas nucleares), há um claro rompimento com as obrigações russas perante aquele país e perante os tratados que subscreveu (Allison, 2014).

Os Acordos de Helsínquia¹⁰⁵, assinados entre 1973 e 1975 pela União Soviética também foram desrespeitados pela Rússia na intervenção na Crimeia. Esta violação verifica-se no desrespeito dos seguintes princípios dos acordos: igualdade entre Estados soberanos, uma vez que a Rússia não tratou a Ucrânia com igualdade, considerando que a deposição do Presidente era ilegal; abstenção de recorrer à ameaça ou uso da força, dado que as tropas russas mobilizaram-se de imediato para a fronteira leste da Ucrânia e há a suspeita de terem fornecido as milícias separatistas na Crimeia, porém enquanto não for disparada uma arma pelos militares russos, é questionável que se afirme que a Rússia fez um ataque armado à região; inviolabilidade das fronteiras, que foi despeitado com a incorporação da região da Crimeia na Federação Russa; integridade territorial dos Estados, na sequência da violação do princípio anterior; resolução de controvérsias por meios pacíficos, uma vez que a Rússia nunca quis negociar a situação com Kiev; não intervenção nos assuntos internos em que a Rússia interveio na Crimeia, sendo uma região pertencente à Ucrânia; e o cumprimento de boa-fé das obrigações do direito internacional que a Rússia não respeitou, atuando à revelia das normas do sistema internacional (Europe, 1975).

Putin alegava que o governo ucraniano do Presidente Yanukovich solicitou a intervenção russa¹⁰⁶. Assim, a ocupação da Crimeia, para Moscovo não constituía um uso ilegal da força, uma vez que teria sido um pedido de um governo para assistência militar para restaurar a lei e a ordem (Burke-White, 2014). Seria assim uma resposta legítima a um pedido de assistência a um governo. Porém uma vez que este Presidente foi deposto e fugiu

¹⁰⁵ Os Acordos de Helsínquia têm como princípios: igualdade entre Estados soberanos; abstenção de recorrer à ameaça ou uso da força; inviolabilidade das fronteiras; integridade territorial dos estados; resolução de controvérsias por meios pacíficos; não intervenção nos assuntos internos; respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; igualdade de direitos e direito à autodeterminação dos povos; cooperação entre estados; cumprimento de boa-fé das obrigações do direito internacional. Informação disponível em: <http://www.osce.org/node/39506>

¹⁰⁶ Na carta endereçada Putin estava o seguinte conteúdo: “... a vida, a segurança e os direitos das pessoas, especialmente... na Crimeia, estão sob ameaça ... As pessoas são perseguidas com base na sua língua e crenças políticas. Por isso, peço... a Putin da Rússia para usar as forças armadas da Federação Russa para estabelecer a estabilidade, legitimidade, a paz, a lei e a ordem em defesa do povo da Ucrânia”. Informação disponível em: (Mezyaev, 2014)

para a Rússia, esse pedido perdeu toda a validade e além do mais a carta de pedido de intervenção não tinha sido tornado pública nem comunicada aos cidadãos ucranianos (Criscuolo, 2014). Moscovo reforça em simultâneo que a deposição de Yanukovich fora ilegal e que desta forma o Memorando de Budapeste teria perdido a sua validade (Balouziyeh, 2014).

No entanto, o presidente russo argumenta que nunca usou força militar na Ucrânia, que teriam sido milícias ucranianas separatistas que invadiram e ocuparam as bases militares ucranianas na Crimeia. Assim, o Kremlin considera que nunca violou o direito internacional porque as suas forças armadas nunca invadiram nem ocuparam a Crimeia. Procurando descartar-se da acusação de que interveio militarmente na Ucrânia. Alegadamente as bandeiras russas bases militares ucranianas teriam sido levantadas pelas milícias pró-russas locais. Contudo estes argumentos não têm validade para a comunidade internacional, principalmente pelo facto de não permitir que observadores da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) visitem a Crimeia (Balouziyeh, 2014)

A Rússia argumentava que a intervenção resultava do referendo que considerava democrático em que mais de 97% dos cidadãos daquela região votou a favor da separação da Ucrânia e a integração da Crimeia como Estado sujeito federal na Federação Russa. O objetivo aqui era salientar o princípio da autodeterminação dos povos¹⁰⁷, enaltecendo a vontade do povo da Crimeia em pertencer à Federação Russa em detrimento da Ucrânia¹⁰⁸. Verifica-se assim o evidente interesse de Moscovo no resultado obtido, dado que reconheceu a Crimeia como Estado independente e o Parlamento da Crimeia solicitou a admissão à Federação Russa (Marxsen, 2014).

Contudo, a Constituição ucraniana não contempla a separação de territórios e mesmo os referendos devem ser organizados a nível nacional e não regional¹⁰⁹. Assim, o referendo não é reconhecido pelos ucranianos e a desintegração é definitivamente uma violação, entre muitos outros dispositivos legais, do Memorando de Budapeste (Balouziyeh, 2014). Adicionalmente, o resultado do referendo não expressou a visão e a opinião de todas as pessoas que vivem na Crimeia. Exemplo disso são os tártaros que simplesmente boicotaram

¹⁰⁷ Autodeterminação é conceito que se aproxima da ideia de autonomia, ou seja, da faculdade de se governar por si mesmo. Esta previsto nos artigos 1º nº2 e 55º. Informação disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tiduniversais/onu-carta.html>

¹⁰⁸ As questões do referendo eram: "É a favor da Crimeia se reunir com Rússia como parte integrante da Federação Russa? "Ou é a favor da restauração da Constituição da República da Crimeia de 1992 e do estatuto da Crimeia como parte da Ucrânia?" (Marxsen, 2014)

¹⁰⁹ O art.º 2 da Constituição ucraniana estabelece a Ucrânia como um Estado unitário com fronteiras indivisíveis e invioláveis (Marxsen, 2014) .

o voto e opuseram-se à reunificação à Federação Russa. A incorporação da península também declarada ilegal pela Assembleia Geral das Nações Unidas de 27 de março de 2014 (Salushev, 2014).

Todas as partes envolvidas no conflito aludem à lei internacional para justificar a sua posição. As autoridades da Crimeia e da Rússia reclama que possui bases legais para a intervenção russa naquela península e que possui o direito de secessão da Ucrânia enquanto a maioria dos outros Estados rejeita essa reivindicação (Marxsen, 2014).

APÊNDICE B

ENTREVISTA DO JORNALISTA JOSÉ MILHAZES

Questão 1 – Na sua opinião, qual a importância da região da Crimeia para a OTAN, UE e Rússia?

A Crimeia é um ponto estratégico no Mar Negro, mas relativo, no sentido em que o principal naquela região o fundamental é quem controla os estreitos que ligam os mares Negro e Mediterrâneo. E isto no caso de uma guerra com o emprego exclusivo de armas convencionais. Na época dos mísseis e armas de destruição em massa, a Crimeia perde muita da sua importância estratégica. Se para a OTAN e a UE, o problema consiste em que foi violado o Direito Internacional quando a Rússia invadiu a Crimeia, violação essa que poderá não ser única e levar a um efeito de dominó no antigo espaço soviético e no Leste da Europa, para a Rússia tornou-se mais uma forma de tentar mostrar que está numa fase de renascimento do seu poderio militar. O Kremlin quer mostrar que tem interesses e direitos especiais no espaço pós-soviético. Do ponto de vista da política interna a curto e médio prazo, essa invasão serviu para reforçar o poder de Vladimir Putin, dirigente que não se pode gabar pelos êxitos na política de modernização do país.

Questão 2 – Na sua opinião que condicionantes levaram os russos a anexar o território da Crimeia?

Como já assinalai, tratou-se, por um lado, de mostrar que a Rússia tem direitos especiais no mundo pós-soviético. Por outro lado, foi uma ação monumental de propaganda para consumo interno e externo. Além disso, e penso que é de extrema importância este motivo, o Kremlin considerou que se passou sem consequências para ele a ocupação da Ossétia do Sul em 2008, esta também poderia passar. Moscovo considera que a UE está mergulhado numa profunda crise que não lhe permite reagir atempadamente a este tipo de ações, a OTAN está manietada pelo desinvestimento ocorrido nesta organização no fim da guerra fria e os EUA estarem envolvidos em numerosos confrontos no Médio Oriente.

Questão 3 – Na sua opinião, a UE e a O deveriam atuado de outra forma perante o sucedido? As sanções impostas à Rússia foram suficientes?

A UE e a OTAN deveriam ter atuado de forma mais firme e perentória em 2008, quando da invasão da Geórgia. Se então tivessem sido impostas sanções iguais às que foram impostas em 2014, talvez a invasão da Crimeia não tivesse ocorrido. A serem empregues, as sanções poderiam ter sido bem mais fortes, pois não existe outros meios mais eficazes para pressionar a Rússia. Tanto mais que, neste caso, estava excluída qualquer hipótese de intervenção militar por parte da OTAN.

Questão 4 – Na sua opinião, estamos perante uma crise, entre os países da OTAN e a Rússia, que se possa considerar Guerra Fria?

Claro que estamos a atravessar uma nova Guerra Fria, isto se aceitarmos que a primeira terminou em 1991. Considero que, então, ela apenas abrandou, pois ainda não foi possível encontrado um *modu vivendus* entre a Rússia e a UE capaz de mostrar que é possível cooperar de forma mais pacífica e frutífera, isto porque os políticos de ambos os lados continuam a pensar em categorias da Guerra Fria.

Questão 5 – Poderá este clima de conflitualidade tornar a Rússia a mesma superpotência que existiu no conflito bipolar, dando-se o fim do predomínio unipolar dos Estados Unidos?

A Rússia nunca conseguirá igualar os EUA. Principalmente devido aos seus aliados. A Rússia pretende assim afrontar o expansionismo da UE e dos EUA, mas nunca conseguirá ter poder para defrontar. Além disso tanto os EUA como a UE não tem interesse que haja um confronto direto dado que isso seria danoso para a Europa, que seria o palco desse confronto.

Questão 6 – Que desenvolvimentos surgirão derivados desta crise no mapa político estratégico europeu e russo?

Do ponto de vista do Direito Internacional, a pertença da Ucrânia é indiscutível. Basta olharmos para o Memorando de Budapeste de 1994. Além disso, quando a URSS caiu, Moscovo não reivindicou esse território, aceitou as fronteiras existentes. Quando à entrega

da Crimeia da Rússia à Ucrânia por Nikita Khrushchov em 1954, ela foi feita em conformidade com as leis soviéticas vigentes, através de um decreto do Presidium do Soviete Supremo da URSS, órgão máximo do poder no país. Ora, em 1991, a Rússia chamou a si os direitos e deveres da URSS perante a comunidade mundial.

Quanto ao argumento de esse ato ter sido realizado há apenas 62 anos, ele não pode ser justificação de uma revisão de fronteiras na Europa.

No que respeita à vontade da população local, ela não pode ser determinada num referendo realizado em estado de sítio e num território militarmente ocupado.

Não espero a devolução da Crimeia, mesmo que na Rússia ocorram mudanças significativas na política no sentido de uma aproximação à UE ou à OTAN. Do ponto de vista interno, isso seria o suicídio de qualquer político. Considero que a invasão da Crimeia significou a elevação da ingerência militar fora das suas fronteiras a um novo patamar. Para manter uma política externa deste tipo, é preciso não só ter meios militares, como também económicos, e aqui está o tendão de Aquiles da Rússia. Extremamente dependente do preço do petróleo e do gás, a economia russa atravessa uma profunda crise. Por isso, não obstante a aparente pujança do regime de Vladimir Putin, não se pode excluir mudanças bruscas a qualquer momento, provocando pelos mais diversos acontecimentos. Neste caso, é real a possibilidade de Putin vir a ser substituído por um “falcão” ainda mais agressivo.

APÊNDICE C

ENTREVISTA AO PROFESSOR DOUTOR ADRIANO MOREIRA

Questão 1 – Na sua opinião, qual a importância da região da Crimeia para a OTAN, UE e Rússia?

Eu acho que este problema, tem talvez mais que ver com a ligeireza com que a UE se expandiu, do que com o risco que possa vir a aparecer, ou que já existe. E porquê? Há aqui um problema que naturalmente é muito importante, e que é o seguinte: para compreender melhor a primeira grande alteração da estrutura política da Europa é no fim da I GM, porque, quando veio a paz o presidente Wilson, trouxe o princípio de que cada nação devia ter um Estado. Havia poucas nações na Europa, Portugal era uma delas e provavelmente a mais antiga nação da Europa. Simplesmente esse princípio ficou na carta da Sociedade das Nações, que a América não assinou embora o princípio fosse do presidente Wilson, acabou com a organização Imperial da Europa. Acabou com o Império Alemão, com o Império Austro-húngaro, com o Império Russo e com o Império Turco que chegava até às fronteiras do Império Austríaco. Esta alteração normalmente não é tomada em conta nas apreciações da situação, e porquê? Quando veio a II GM, veio mais um princípio na Carta das Nações Unidas da ONU escrita por nós ocidentais exclusivamente, e naturalmente com uma influencia grande dos EUA que tinham sido os libertadores da Europa, no sentido de que deviam acabar com os Impérios Coloniais e a descolonização vai alterar outra vez, enfim, com as contingências que sabe e combates e perdas. Realmente é um Império “Euromundista”, não é Portugal. É a Holanda, a Bélgica, a França, a Inglaterra, é Portugal, que na conferência de Berlim tinham feito esta repartição.

A vigência da Carta das Nações Unidas, foi como que suspensa em vários aspetos, porque foi substituída pela ordem dos pactos militares, Pacto de Varsóvia e a OTAN. Nós (Europa), vivemos meio século em pactos militares, até que caiu o muro, e quando caiu o muro, desenvolveu-se uma coisa diferente na Europa enfraquecida, que foi a UE. Mas acontece o seguinte, e aquilo que não é só problema da Ucrânia, a UE tem um complexo de governação enorme, comissão (presidente), parlamento (presidente), tem conselho (presidente), tem os conselhos (presidentes), depois tem a eurocracia, tem os tratados à volta

(tratado orçamental, etc.), mas não é um Estado, e quem representa interesses europeus nas NU, Conselho de Segurança, é a França e a Inglaterra.

Um sinal é que a Esquadra francesa somada à Inglesa é inferior à Esquadra Americana. Quando a situação é esta, o que é que faz a Europa? A Europa declara uma segurança e defesa autónoma e até cria uma entidade eleita pelo conselho e vice-presidente da comissão responsável pela segurança e defesa da Europa. Simplesmente não encontra nenhum estudo sobre o que são fronteiras amigas da Europa, pois, para fazer um estudo de Segurança e Defesa é importante saber quais são as fronteiras amigas, mas não há. E mais, o alargamento após a queda do muro de Berlim, obriga a pensar se tem capacidade para governar.

Aconteceu uma coisa, que a meu ver, está a acontecer com vários países. É que a realidade, mais uma vez, começou a discutir com as leis e então você em vez de ter a tal Europa unida, tem uma Europa Arco-íris. Porque uns são de Chengane e outros não são de Chengane, uns são do Euro, outros não são do Euro, e uns dizem que são ricos e outros são pobres como o Chipre, a Grécia, a Itália, a Espanha, Portugal e a França já começa. Não sei se já reparou que estamos a falar do Império Romano, pobres. Portante a Europa aumenta o seu Arco-íris porque tem pobres e tem ricos.

O resultado é que se dá um fenómeno, a meu ver, a memória dos povos começa a pôr de lado os tratados e o senhor olha para a Europa como militar e vai à procura do Conselho Estratégico da Europa e não encontra. Depois, como ela alargou sem estudos e não sabe quais são as fronteiras amigas, esbarrou com a memória russa. Porquê? Porque quando os turcos invadiram a Europa, a tal destruição que depois é feita na guerra 14-18 nos vários Impérios, a Igreja russa (que é ortodoxa) declarou que a primeira Roma tinha caído com os Bárbaros, a Segunda Roma tinha caído com os Turcos e que a Terceira Roma nunca cairá, que era a da Rússia.

Com isto, com a expansão da Europa sem estudar as fronteiras amigas e a governabilidade da UE, a UE mexeu num ponto importantíssimo para os interesses da Rússia. Não é para a legalidade da Rússia, é para os interesses e para a memória, por isso Putin diz claramente num discurso: a minha fronteira de interesses é mais vasta que a minha fronteira geográfica, e os senhores estão a mexer na minha fronteira de interesses. Eu acho que ele acabou o discurso e foi à missa, porque se lembrou de que a terceira Roma nunca cairá.

Eu testemunhei que indivíduos das nacionalidades que pertenciam ao Império Soviético tem saudades e ainda hoje dizem que são russos na sua maioria. Talvez isto

explique o porquê da Europa ainda não ter Conselho Estratégico, porque a Alemanha ainda não decidiu se quer uma Alemanha europeia ou uma Europa alemã. Mas está a haver outra coisa, os movimentos nacionalistas estão a nascer na Europa, é o decidir se sai da Europa ou se fica, se diminuir as obrigações ou não diminuir as obrigações, tudo isto para mim sintetiza-se nisto: Começa a memória a lutar contra os tratados e com mais a circunstância da ameaça das migrações, a ameaça do turbilhão democrático muçulmano e a diminuição dos eleitorados europeus. A Europa precisa tomar consciência que tem circunstância.

Essa circunstância que interessa mais aos militares, faz com que a segurança esteja a entrar em conflito com as obrigações humanitárias. A responsável pela Segurança e Defesa, que é uma senhora, disse na TV, perante a foto da criança morta na praia, precisamos de um Exército. A minha pergunta é: Tem previsões orçamentais para isso? Os governos deixaram diminuir a importância da Segurança e Defesa.

A Europa não tem natureza de Estado, portanto não é como um Estado que pode entrar nas decisões internacionais e curiosamente o Liechtenstein é Estado, o Mónaco é Estado, Andorra é Estado, mas a Europa não é. Isto é uma das dificuldades que a Europa está a enfrentar, e por outro lado os movimentos nacionalistas que estão a aparecer por causa da integração das populações que vão buscando.

Um ambiente de Crise e sofrimento, é muito favorável à possibilidade de recrutamento para praticar atos de violência como estão a acontecer. É por isso que eu acho que são muito fundadas as preocupações com a Europa neste momento, e lembrar que as guerras começam com casos furtivos. A I GM começou porque mataram um príncipe, que é uma coisa que fazem desde o tempo de César. A II GM começou porque a Alemanha elegeu um maluco que inventou um incidente na fronteira com a Polónia (hoje nós sabemos que o conflito com os militares polacos eram alemães fardados de polacos).

A segurança é sempre violada com um caso furtivo e o imprevisível está à espera de uma oportunidade.

Questão 2 – Na sua opinião que condicionantes levaram os russos a anexar o território da Crimeia?

Estamos a falar de um território onde uma parte da população sente-se russa. Este problema diz respeito ao que era o Império russo, a Rússia teve sempre várias nacionalidades integradas. Além disto existe o problema do acesso ao mediterrâneo, o grande problema da Rússia há séculos é livre entrada no Mediterrâneo que está fechada. Está evidente que a

memória passa por cima dos tratados. Ele sabe o que é que disse a igreja russa quando os turcos chegaram lá: A terceira Roma nunca cairá.

Questão 3 – Na sua opinião, a UE e a OTAN deveriam atuado de outra forma perante o sucedido? As sanções impostas à Rússia foram suficientes?

Neste momento há um problema muito sério, que diz respeito à posição militar. O Presidente Obama fez sempre declarações no sentido do *Soft-Power*, resolver as coisas através de negociações, dialogo, compromisso, foi ao México, não foi recebido pelo Presidente no Aeroporto e além disso não resolveu o problema da prisão como pretendia, tal como muitas outras coisas.

Houve um certo afastamento dos EUA em relação às obrigações com a Europa. Os EUA parece que estão a regressar áquilo que consideram tradicionalmente o seu destino histórico, que é o avanço para o Pacífico, os EUA nasceram a ir para o Pacífico.

Torna-se difícil avaliar a situação, para além da existência de risco e dificuldade em medir a o risco.

Questão 4 – Na sua opinião, estamos perante uma crise, entre os países da OTAN e a Rússia, que se possa considerar Guerra Fria?

Não, já não é a Guerra Fria como é evidente. Porque em primeiro lugar a Guerra Fria foi um conceito inventado por Raymond Aron que era um grande cientista que o que ele queria dizer é que havia a guerra improvável e a paz impossível. Há evidentemente lutas sobretudo económicas, financeiras, etc., que as grandes potências disputam umas com as outras. Neste momento o que há é aquela soma de ameaças à própria UE, umas internas e outras externas, que exigem uma reformulação do conceito de segurança da Europa.

Hoje a ameaça vem da Rússia, vem a ameaça de incidentes por nós não fizemos o estudo das fronteiras amigas, mas a ameaça principal que vem é das migrações neste momento, não é da Rússia. Na medida em que semelhança com a Guerra Fria não me parece que seja, segundo o conceito do grande Raymond Aron.

Questão 5 – Poderá este clima de conflitualidade tornar a Rússia a mesma superpotência que existiu no conflito bipolar, dando-se o fim do predomínio unipolar dos Estados Unidos?

Os EUA mantêm viva a ideia que são a casa do alto da colina, portanto, indispensável ao mundo, e hoje provavelmente continuam a ser uma das grandes potências mundiais. Mas há duas pequenas coisas, a eficácia do desafio do fraco ao forte, em que temos o terrorismo a mostrar que não é preciso ser uma superpotência para deitar com eles abaixo. A outra são armas não tripuladas, que vão aumentar a crueldade das guerras. Matar sem ver à frente quem se está a matar torna a morte insignificante.

Questão 6 – Que desenvolvimentos surgirão derivados desta crise no mapa político estratégico europeu e russo?

Bem, isso talvez tenha de consultar o segredo de Estado, porque não é fácil. A maior parte dos países que se libertaram da Rússia, como a Polónia que eu acho o povo pior estacionado do mundo, guardam esse sentimento de libertação vivo, mas há o contrário como já falei, em que há a saudade.

Formalmente aquilo que se mantém é a OTAN, ao serviço de missões internacionais, mas cada vez mais será acordos de países dentro da OTAN.

APÊNDICE D

ENTREVISTA A ARNAUD LION, DIPLOMATA EUROPEU NA RÚSSIA

Question 1 - In your opinion, what is the importance of the Crimean region to NATO, European Union and Russia?

1. *For RF - The Crimean peninsula has double importance for RF.*

Strategically the peninsula hosts the major Russian naval fleet base in Sebastopol. This base offers an access to open Sothern seas for Russia. Constructing a similar base on the Russian black sea coast line (they have already a base of minor importance - Novorossysk) would have bared high costs and is considered unfeasible by a majority of observers/experts.

Crimea has also an important symbolic value. Before Khrouchtchev (Ukrainian himself) gave it to Ukrainian socialist republic it was part of the Russian socialist republic. Crimea has a specific place in the Russian literature and Russian history. Therefore every Russian considers Crimea to be part of Russia, even among those who are critical to the current RF regime (see comments made by Navalny). Russians don't use the word "annexation" but rather speak of a "reunification" and a "correction of an historical mistake (the Khrouchtchev gift).

For the current Russian regime, Crimea is therefore not only about foreign policy. It also plays an important domestic role. Notably in the construction of the current narrative that is being put forward by the kremlin, and which could be summarized as : V. Putin being the defender of the Russian identity and nation (Russkiy Mir) against the threats from the outside forces (read the West/the US) willing to weaken the country. Such an ideology lives among the majority of the Russian population and it explains partly why the current leadership is enjoying a huge support from its population. The "return" of the Crimean peninsula fits in that narrative/ideology.

2. *For the EU and NATO I don't think that Crimea plays a particular strategic role (except for monitoring Russian fleet operations in the Black sea). But what is a*

strategic interest is that we (EU/NATO) consider the annexation has a major violation of sovereignty (we do not recognize the Russian orchestrated referendum). The 1st time since the end of the 2nd WW.

Question 2 - In your opinion which conditions led the Russians to incorporate the territory of the Crimea?

The vacuum of power in UA following the Maidan.

Question 3 - In your opinion, the European Union and NATO should acted otherwise considering what happened? The sanctions imposed to Russia have been enough?

UA is neither a member of the EU nor the NATO. So I don't see what more we could do than take sanctions (nb: be careful, some of these sanctions were taken following the annexation of Crimea, some following what we consider the RF interferences in Donbass. We are speaking about two different set of sanctions). I don't think that "Crimean sanctions" will be lifted soon... probably a different thing than the "Donbass sanctions" which are linked to the implementation of the Minsk agreements. These will; certainly be renewed in June/July. But I believe it will be the last time.

As a result of the Russian actions in UA, some Russian neighboring countries (eastern Europeans and Baltic states) which are today member of NATO, have expressed their worries with regard to this Russian military assertiveness. They must be reassured that NATO will defend their integrity (military reinforcing, and readiness to call in chapter 5). At the same we should avoid escalation. It is thus a find balance to find the upcoming NATO summit in Warsaw will be very interesting in that perspective.

Question 4 - In your opinion, we are facing a crisis between NATO's countries and Russia that can be considered as Cold War?

NO.

Question 5 - Can this situation turn Russia to the same superpower that existed in the bipolar conflict, giving the end of the unipolar dominance of the United States?

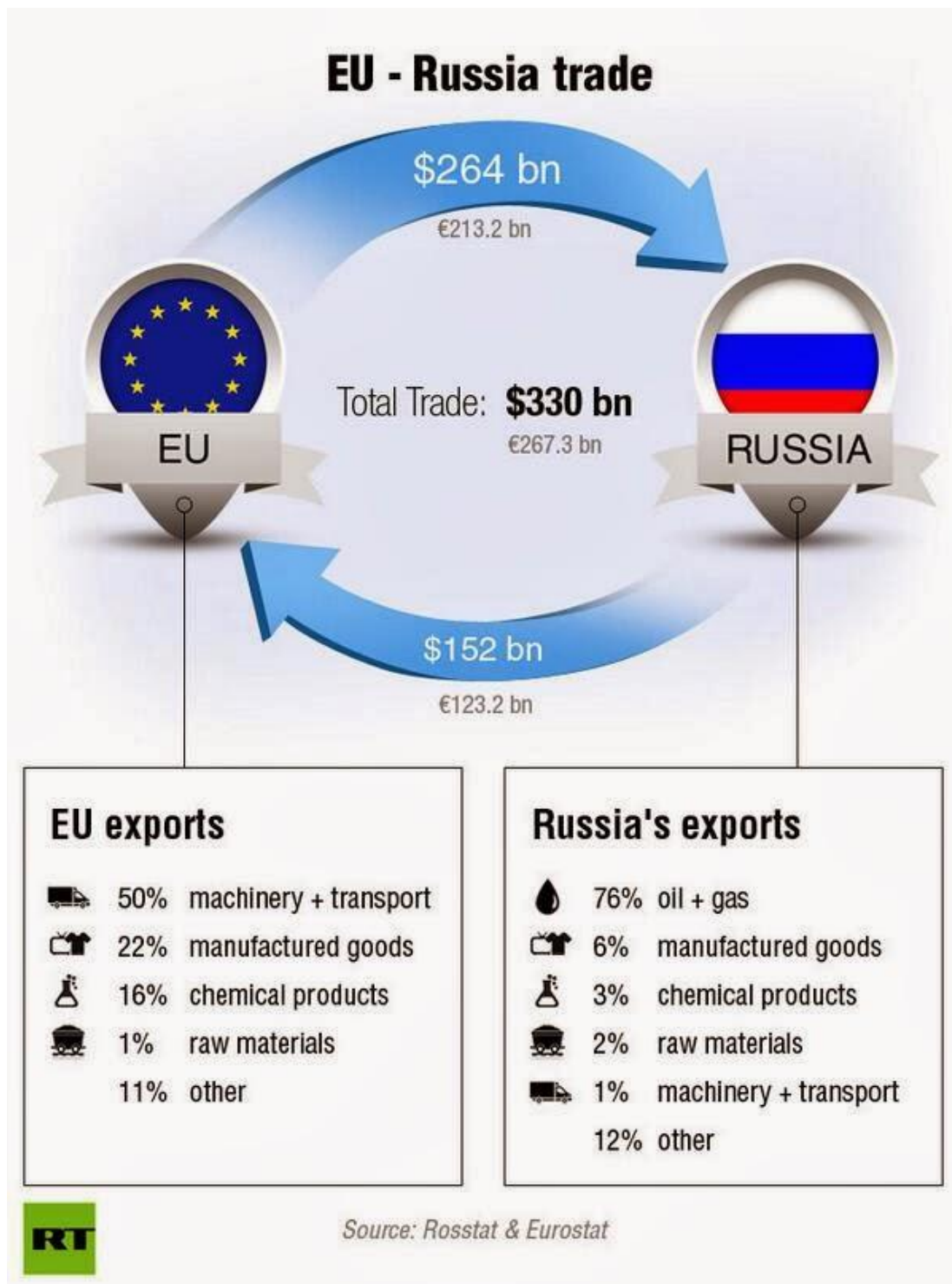
NO. The Russian economy is under huge pressure. Conducting a war in UA and in Syria is one thing. Engaging in a “cold” war with the West another. Russian can’t bear the costs of such a war and they know it. They are not willing to escalate further a certain point. But they also know that the West (Obama) is reluctant to engage military as long as “vital” interest is at risk.

Question 6 - What developments will arise derived from this crisis in European and Russian political and strategic maps?

It is too early to have the full picture. There is already a shift in the approach the EU has towards the countries of the Eastern partnership (before “one size fits all approach” becoming today a “differentiated” approach). What can be said is that the UE has difficulties to find a common position on how to define the future relations with RF. This is due to two contradicting factors. On the one hand a profound mistrust towards Russia and on the other hand the fact that the EU and Russia remain “natural” partners (geographic proximity, important export market for UE products).

ANEXOS

ANEXO A
RELAÇÃO COMERCIAL UE – RÚSSIA 2013



Fonte: (Eurostaat, 2014).

ANEXO B

OS ESTADOS-MEMBROS DA OTAN VS PACTO DE VARSÓVIA DURANTE A GUERRA FRIA

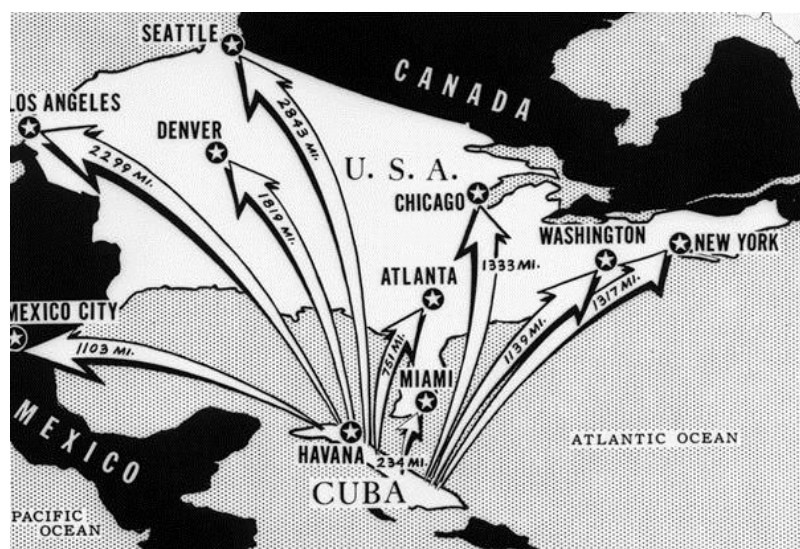


OTAN (em azul) e países integrantes do Pacto de Varsóvia (Warsaw Pact)

Fonte: (InfoEscola, 2014).

ANEXO C

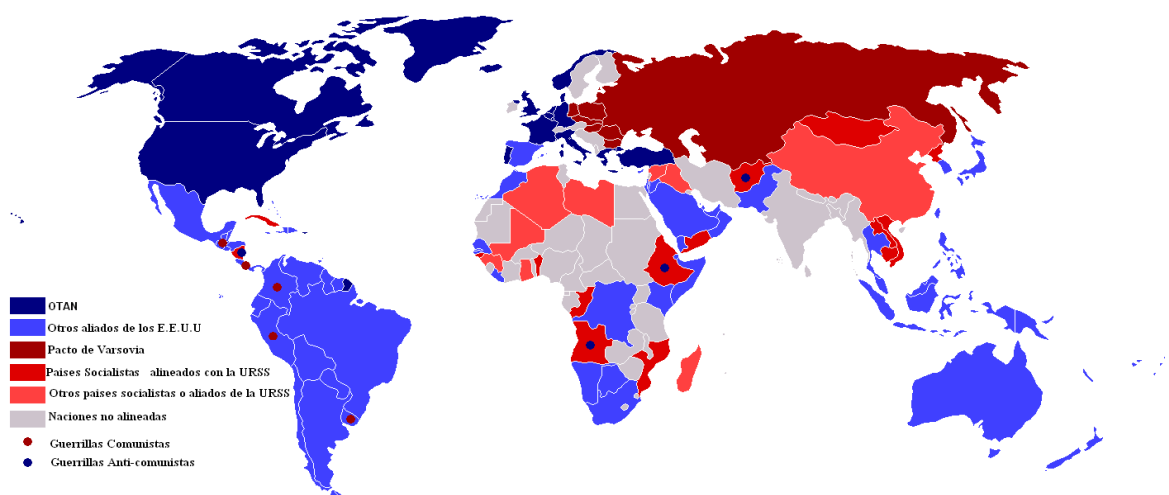
ALCANCE DOS MÍSSEIS SOVIÉTICOS EM CUBA



Fonte: (Worldpress, 2015).

ANEXO D

MAPA DA GUERRA FRIA (1945-1990)



Fonte: (MidNoticias, 2014).

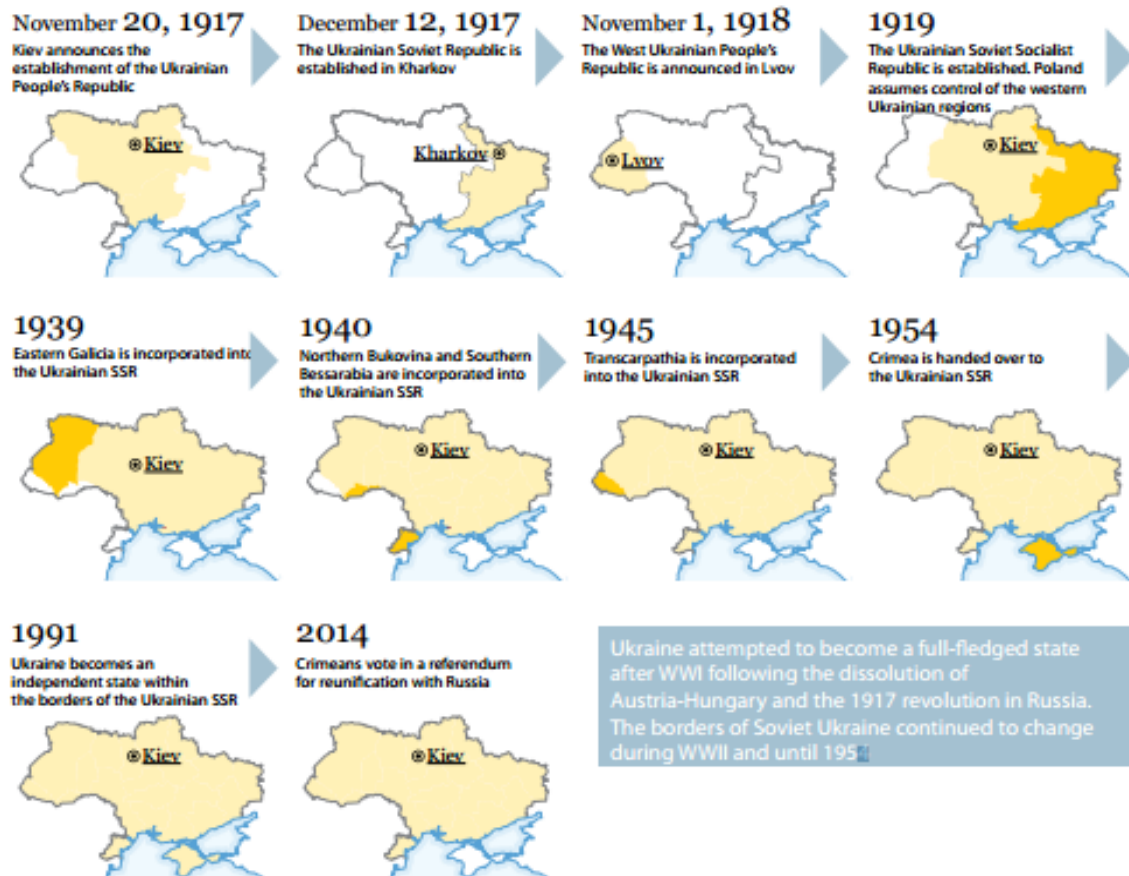
ANEXO E

MUDANÇA DAS FONTEIRAS UCRANIANAS DO SÉC. XX AO SÉC. XXI

Border changes in the 20th and the 21st centuries

Basic stages in Ukraine's territorial division

Ukraine is the second largest state in Eastern Europe after Russia and the largest country located entirely in Europe.



Fonte: (Andreev, 2014).

ANEXO F

MAR NEGRO, MAR MÁRMARA, ESTREITO DE BÓSFORO E ESTREITO DE DARDANELOS



Fonte: (Freitas, 2006).

ANEXO G

MAPA DA URSS (1922-1991)



Fonte: (Bolchevique, 2016).

ANEXO H

MAPA DA CRIMEIA



Fonte: (Lu, 2016).

ANEXO I

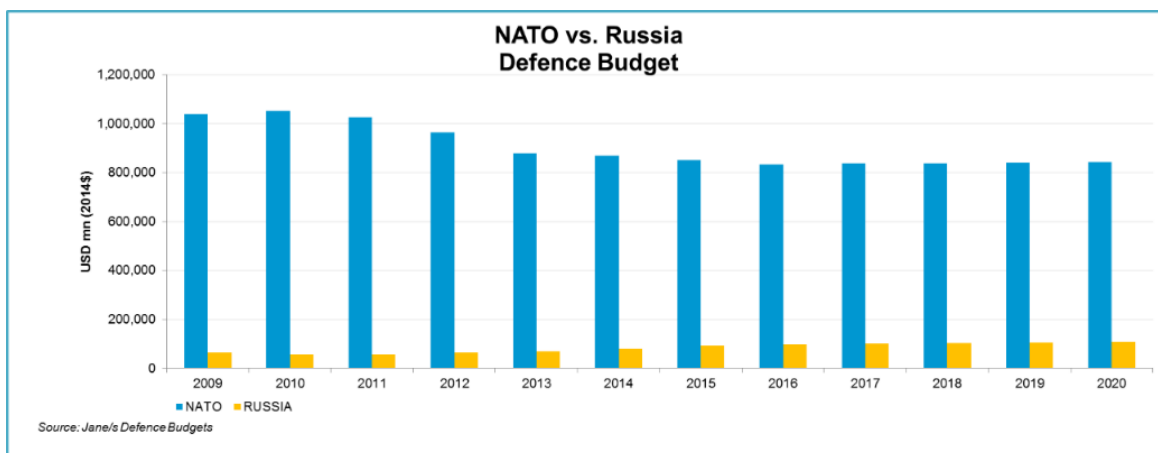
MAPA DO MAR AZOV



Fonte: (Globedia, 2016).

ANEXO J

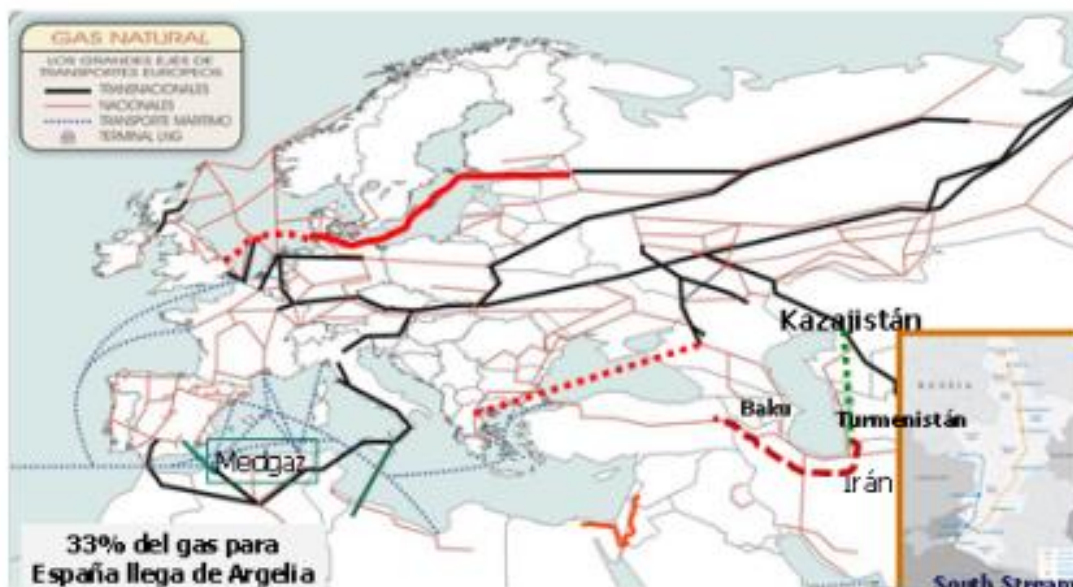
OTAN VS RÚSSIA – ORÇAMENTO DE DEFESA, PERSPETIVA PARA A DÉCADA ATUAL



Fonte: (Russo, 2014).

ANEXO L

MAPA DOS GASODUTOS NA EUROPA



Fonte: (Martín, 2014, p. 23).

ANEXO M

DIVISÃO POLÍTICA E CULTURAL DA UCRÂNIA



Fonte: (Geovisualist, 2014).

ANEXO N

A SITUAÇÃO DAS REGIÕES DE LESTE DA UCRÂNIA



Fonte: (Ukraine, 2015).

ANEXO O

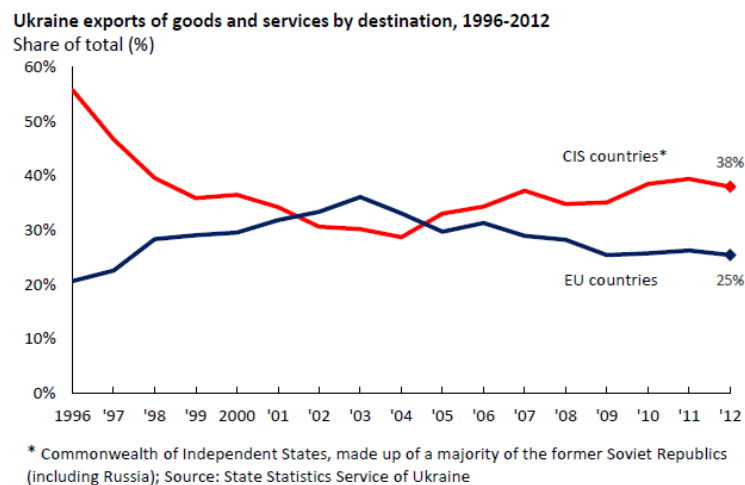
PAÍSES DA COMUNIDADE DE ESTADOS INDEPENDENTES



Fonte: (Coceducacao, 2013).

ANEXO P

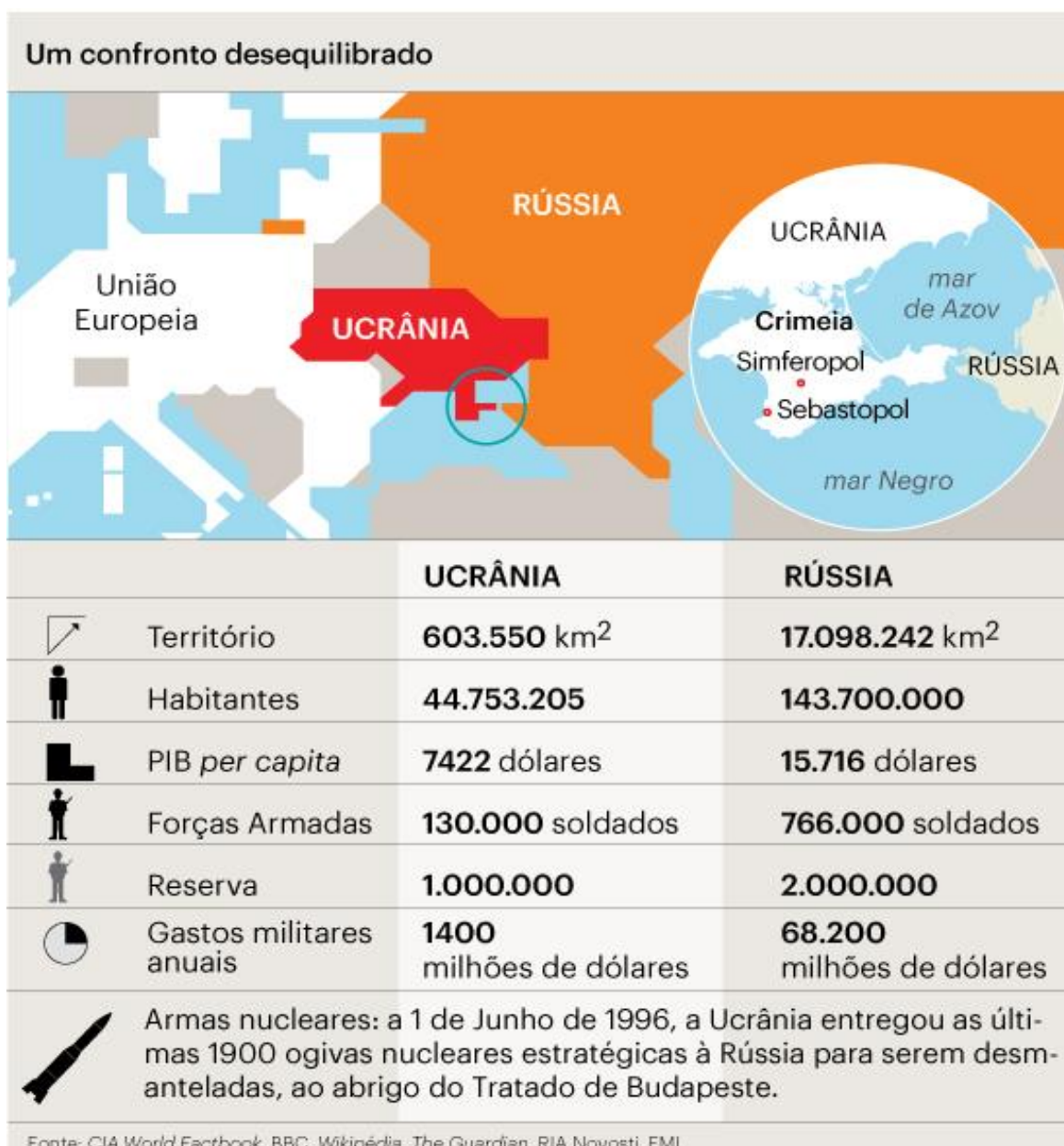
A EXPORTAÇÃO UCRANIANA DE BENS E SERVIÇOS POR DESTINO (1996-2012)



Fonte: (Smith & Harari, 2014).

ANEXO Q

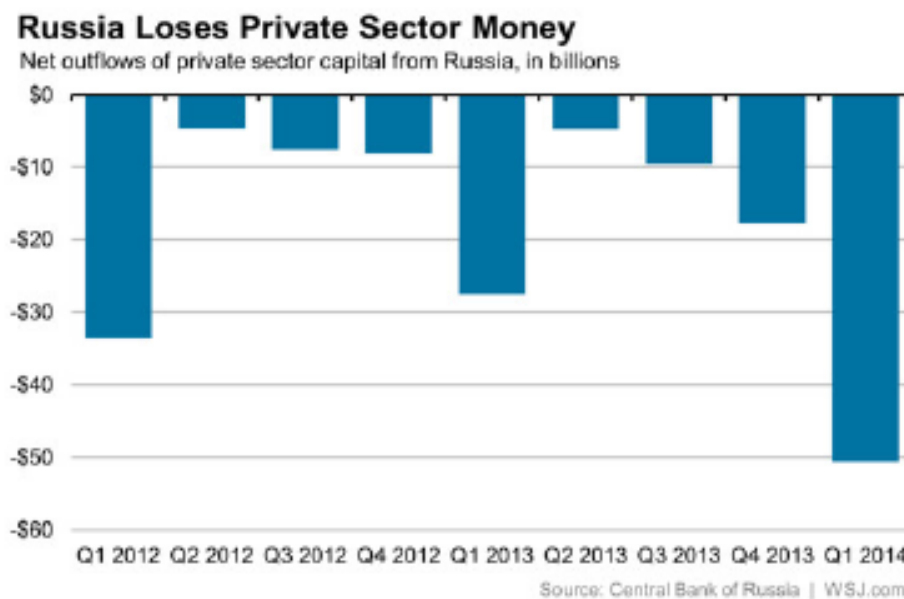
CAPACIDADE DE CONFRONTO ENTRE A UCRÂNIA E A RÚSSIA



Fonte: (Barata C. , 2014).

ANEXO R

PERDAS DE CAPITAL NO SECTOR PRIVADO RUSSO EM BILIÕES DE DÓLARES



Fonte: (Engle, 2015).

ANEXO S

PIB RUSSO DE 2012 A 2015



Fonte: (Engle, 2015).